

BRITO CAMACHO

QUESTÕES NACIONAIS

GUIMARÃES & C.^ª-EDITORES
68, RUA DO MUNDO, 70—LISBOA

1937

1871

1872

1873

1874

QUESTÕES NACIONAIS

DO AUTOR

Herança mórbida (esgotado)
A Propaganda (esgotado)
Dois crimes (esgotado)
Impressões de viagem (esgotado)
Nas horas calmas (esgotado)
Ao de leve (esgotado)
Pretos e brancos (esgotado)
Por aí fora (2.^a edição)
Longe da vista (2.^a edição)
D. Carlos íntimo (2.^a edição)
Gente rústica (2.^a edição)
Os amores de Latino Coelho
A Caminho de África
Terra de lendas
Quadros alentejanos
Jornadas
Contos ligeiros
Gente vária
Contos e sátiras
Cenas da Vida
Gente Boer
Pó da estrada
Lourdes
A questão romana (esgotado)
Por cerros e vales
Ferroadas
A reacção (esgotado)
A linda Emilia
Moçambique
De bom humor
Matéria vaga
Contos selvagens
Portugal na guerra
Rescaldo da guerra
Questões nacionais

ACHO

HELDER ADEGAR FONSECA
Arquivo e Biblioteca

1/2000 1985



LIVRARIA EDITORA
GUIMARÃES & C.^a
68, Rua do Mundo, 70
Telef. 2 9426 — LISBOA

Comp. e imp. na Imprensa LUCAS & C.^a
59, Rua Diário de Notícias, 61 — LISBOA

Prefácio

Publica-se este livro para valer como documento.

Republicano ab ovo, ainda estudante do Liceu, já propagandeava o meu credo político, que me parecia tão inatacável como as verdades demonstradas.

Desde que acabei o curso, em 1889, até 1906, data em que fundei a Lucta, a minha colaboração esteve sempre assegurada, gratis pro deo, a todos os jornais republicanos que me pediam, não sendo exagerado dizer que colaborei, mais ou menos, em toões os que para aí se publicaram durante esse largo período. Tive o desvanecimento, ainda estudante, de ver publicados artigos meus, em fundo, na Democracia, jornal custeado e dirigido por Elias Garcia, que a poucos, a muito poucos, concedia uma tal honra. Fui membro do Directório, e só faltei, depois de 1885, se bem me recordo, a um Congresso do Partido, por impossibilidade de aí comparecer.

Não têm conta os discursos que fiz em reuniões de propaganda ou de protesto, a despeito da minha antipatia pela retórica comicieira, muitas vezes convertida em algaravia comicial...

Eleito deputado, por Beja, em 1908, só durante o consulado de Sidónio Pais deixei de ter lugar em S. Bento, constando do Diário das Câmaras o meu labor parlamentar, de pouca valia, mas copioso.

Fui Ministro, de Novembro de 1910 a Setembro de 1911, obrigado a gerir a pasta do Fomento por se escusarem a êsse encargo as pessoas competentes.

Em 1920 fui nomeado Alto Comissário de Moçambique, governando esta Província até fins de 1922.

Como o leitor vê, fui politico militante, sempre na brecha, durante mais de dois tēços da minha vida.

Pois bem : Tenho publicado alguns volumes de litteratura vária, e apenas um, A Propaganda, versando matéria politica, pequeno volume que pouca gente conhece, porque dele se fez uma tiragem insignificante, esgotada a breve trecho, há bons trinta anos. E não desejo comparecer perante o tribunal da História como um profissional das letras, ajoujado ao pêso de dúzia e-meia de volumes, alguns dos quais mereceram da Critica elogiosas referências, sendo em politica um simples amator, nada conhecendo, e nada me esforçando por conhecer dos múltiplos e complexos problemas da Administração Pública, como se elles não fôsem objecto de estudo como quaisquer outros problemas, só podendo resolvê-los ou tentar eficazmente a sua resolução quem os tiver estudado com boa intelligência e criterioso saber.

Êste livro, que ficará completo com mais dois que tenho em preparação adiantada, mostrará à posteridade que a politica não foi para mim um entretenimento fútil, um jôgo de habilidades e argúcias, rebolando a minha preguiça e a minha incompetência pela irregular superficie das questões pròpriamente politicas e administrativas que mais importam à vida moral e material da Nação.

Fui um politico que tomou a sério o seu voluntário encargo, desde muito novo habituado a estudar, convencido de que o estadista não pode ser um homem de acção proficua se não fôr culto, de pensamento alto e claro.

Tantas vezes tenho dito e escrito que sou natural de Aljustrel, que me parece absurda a hipótese de sete cidades, vilas ou aldeias, em futuro remoto, disputarem a honra de terem escutado os meus primeiros vagidos. Mas já não tenho por absurda a hipótese de se agatanharem os vindouros por minha causa, afirmando uns que eu fui um homem de letras a politicar nas horas vagas, sustentando outros que eu fui um homem político a literatar nos seus momentos de ócio...

Pouco me importa que os coevos ou os vindouros me considerem um politico com tintas de literato; o que não quero é que me considerem um literato com manhas de politico. . .

Brito Camacho

Tuberculose

Não façamos sociologia no espaço.

Escreveu o professor Grancher, muito antes de vir a talho de foice tratarmos aqui dêste assunto, que *a tuberculose, atacando os fracos, os débeis, depura a humanidade, conformemente a leis que não fizemos, e não podemos mudar. Ela é um mal necessário, qualquer coisa como o agente de execução do struggle for life.*

É uma *boutade*, evidentemente, e justo é perdoá-la ao homem eminente que tanto trabalhou para a resolução de problema tão grave. Um mal necessário... é um bem indispensável; não deve combater-se, antes deve cultivar-se.

Se o *bacillus* da tuberculose fôsse bastante inteligente e justiceiro para só atacar os inúteis e os anti-sociais, então seria justo que por tôda a parte lhe erguêssemos altares e o adorássemos, como a um Deus — o único Deus que não fôsse estúpido e mau.

Assim, seria um factor, o mais poderoso, da selecção social, e a êle deveríamos nós o aperfeiçoamento da raça, condição de tôda a felicidade. Mas tal não acontece.

O *bacillus* ataca não só os fracos por natureza, mas também os enfraquecidos de ocasião, isto é, o homem forte que um acidente banal colocou em condições de menor resistência.

Depois, ser fraco não é, necessariamente, ser inapto para a vida; a época não é de atletismos, de lutas homéricas, braço a braço — a não ser no Coliseu...

O famoso *struggle for life*, que não pode entender-se hoje à moda darwiniana, já não tem, como condição essencial de triunfo, o vigor do músculo, a força bruta, a robusta validade zoológica.

Os enfezados de Sparta, condenados por incapacidade física, e talvez, também, por exigências de estética, poderiam ser hoje cidadãos prestáveis, se dentro do arcabouço defeituoso alojassem um espírito superior, uma alta capacidade artística ou filosófica.

Simplemente o tuberculoso não é meramente um fraco de corpo: é o portador duma doença que raramente perdoa e que, pelo seu enorme poder de contágio, representa extraordinário perigo social.

Morrem por ano, na Alemanha, segundo as estatísticas, para cima de 110:000 tuberculosos; em França o *bacillus* faz anualmente 150:000 vítimas, e umas 30:000 na Itália.

Compreende-se, em presença de tais números, o afã com que em toda a parte se luta contra tal flagelo, um dos aspectos mais terríveis da questão social.

A Alemanha, que é um imenso quartel, não poderia ver sem comoção a tuberculose inutilizar-lhe cada ano para mais de cem mil vidas, isto é, cem mil soldados, o que acabaria por lhe reduzir os seus efectivos em tempo de paz.

A França, sempre atenta aos mínimos movimentos da sua inimiga e rival, também não poderia assistir indiferente à hecatombe de cem mil vidas por ano, tanto mais que a sua natalidade é pequena, mercê do maltusianismo feroz que lá se pratica, em todas as classes da sociedade.

O inglês sabe muito bem determinar o preço duma vida, procurando a sua equivalência em libras, e, como

homem de negócios, tudo inscreve no seu livro-de-ração, de modo que a cada momento vê em que relação está o *deve* e o *haver*, o que ganha e o que perde; para um bom filho de Albion a equação da vida estabelece-se com estes dois termos — *ganhos* e *perdas*. Ganhar ou perder — eis a questão... Disse-o Shakspeare, que antes de ser dramaturgo foi merceeiro.

Embora menor que na Alemanha e na França, a mortalidade pela tuberculose, na Inglaterra, é ainda assim bastante considerável, país de grande indústria e de grande miséria, condições favoráveis para a florescência do morbo.

Os países pequenos, como o nosso, menos ainda do que os países grandes, de basta população, não poderiam sofrer anualmente as sangrias de vida que as estatísticas accusam, sem risco de se degradarem.

A luta contra a tuberculose tinha, pois, de fazer-se em nome dos interesses sociais, cada povo procurando defender-se contra um inimigo poderoso, que não conhece fronteiras, e orientando essa defesa segundo a sua cultura, o seu feitio de espírito e o seu génio de raça.

Sabe-se o que valem as chamadas *curas económicas* dos alemães, e sabe-se igualmente a confiança que devem merecer as estatísticas *industriais* dos sanatórios de tóda a parte.

As tuberculosas que se curam, em regra geral, são as tuberculosas que não foram diagnosticadas. O *bacillus*, que habitualmente vive dentro de nós, ou perto de nós, encontrou-se um dia em boas disposições para atacar e iniciou o ataque.

Imediatamente o organismo reagiu e, como quer que acudissem lutadores vigorosos, o *bacillus* foi vencido; e se nem sempre paga com a vida o seu acto de hostilidade, é porque os defensores naturais do organismo são generosos e contentam-se com enclausurá-lo numa

cicatriz resistente, que é assim a modos uma célula da penitenciária para condenados a reclusão perpétua...

Um belo dia o indivíduo morre, em plena saúde, por um acidente qualquer, e lá vai então o canivete das autópsias descobrir a cicatriz heróica na intimidade do tecido pulmonar.

O professor Brouardel dá uma percentagem de mais de 50 por cento de tuberculosos curados nos indivíduos que vão parar à *morgue*, depois dum banho no Sena, ou cosidos a facadas por um bando de *apaches*.

Alguns tuberculosos se curam, não há dúvida; mas a tuberculose é principalmente uma doença inevitável.

O melhor remédio contra a tuberculose... é ter uma boa saúde. Parece um conceito do Sr. de La Palisse, e é, afinal, um dito conceituoso do professor Grancher. Ora ¿o que é preciso para ser forte, vigoroso, ter uma boa saúde? Apenas isto — ser filho de bons pais, isto é, de progenitores perfeitamente aptos para a vida; passar os nove meses da gestação no aconchêgo uterino, sem incidentes que perturbem o desenvolvimento natural do feto e, uma vez cá fora, entrado na vida de relação, conduzir-se conforme as prescrições da ciência, em termos que todos os órgãos se desenvolvam regularmente, harmonicamente, sem retardamentos e sem sobressaltos. Por outras palavras — o indivíduo que veio ao mundo sem nenhuma tara, são e escoreito, se tiver uma boa educação física e moral; se não fôr obrigado a excessos de trabalho; se tiver uma alimentação suficiente; se viver em boas condições higiênicas de habitação; se evitar as desordens duma vida só de prazer, as intemperanças do amor ou do álcool, esse indivíduo terá 99 probabilidades contra uma de escapar à tuberculose.

Parece simples; e, todavia, o problema assim pôsto, — nem êle pode ser pôsto doutra forma — implica todas estas questões magnas, dum superior alcance so-

cial: — *a constituição da família, segundo a velha fórmula do casamento*; a educação da criança, no ponto de vista físico e moral; a escolha duma profissão; a regulamentação do trabalho; a higiene pública e privada; a alimentação, de maneira que a ninguém falte o necessário e o suficiente, o que importa, está bem de ver, a transformação profunda dos fenómenos da produção e distribuição de riqueza, segundo um critério de maior justiça e equidade.

Ora, de tôdas estas questões, que importa resolver, se queremos atacar a sério o problema da tuberculose, a primeira, referente à constituição da família, sem ser a mais difficil, é a mais irritante, a que não pode ser abordada sem levantar uma gritaria de mil demónios.

Impedir o casamento dos tuberculosos! E logo se diz que para fazer filhos não é preciso casar, concluindo-se daí, com uma grande força de lógica, que a interdição resultaria inútil, sendo, portanto, uma violência desnecessária.

Tivemos o cuidado de dizer que nas sociedades actuais o casamento é a fórmula legal de fazer filhos, sabendo muito bem, por ser público e notório, que elles se fazem também fora da lei, e em número razoável. Mas uma coisa é o que a lei expressamente permite, e outra coisa o que ella tácitamente consente. A lei, proibindo o casamento do tuberculoso, faz com que a sociedade não seja cúmplice dêsse desgraçado, mau e imprevidente no crime de fazer filhos que não prestam.

Qualquer pode abdicar inteiramente da sua vontade; pode renunciar por completo aos seus haveres; pode guardar intransigentemente a sua castidade, pondo-lhe leões à porta.

A lei nunca poderá obrigar um homem a deliberar por si, se elle apenas quizer ser mandado; nunca poderá obrigá-lo a ter alguma coisa de seu, se elle quizer desfazer-se de quanto possui; não poderá obrigá-lo a

constituir família, se elle quizer conservar-se celibatário. De modo que os votos de *pobreza*, *obediência* e *castidade*, qualquer os pode fazer e cumprir, se isso fôr do seu agrado. Simplesmente o não pode fazer já hoje dentro da lei, como no tempo das madraçarias conventuais. Em relação a fazer filhos como em relação a fazer votos, uma coisa é o que a lei não pode proibir e outra o que ela não deve sancionar.

* * *

Visto que o *bacillus* da tuberculose ataca de preferência os fracos, e por via de regra os mata, o que é preciso é tornar os organismos fortes e vigorosos. Já quasi se não discute a hereditariedade da terrível doença, parecendo assente que é a *predisposição* que se herda, uma resistência inferior que desarma o organismo no conflito com o mal.

Na verdade, os filhos de tuberculosos quasi sempre morrem da tuberculose, e raramente deixam de sofrer alguma das várias afecções que são bem metamorfoses do implacável morbo. Quando menos, são enfezados, débeis, sempre mal adaptados ao meio, e, por isso mesmo, sofrendo constantemente.

Quer dizer, o casamento, visto que é esta a forma legal de fazer filhos, pode ser, e é, efectivamente, um factor de degenerescência da raça, por vários modos, sendo um dêles, e dos mais importantes, a cultura da tuberculose. Só deveriam fazer filhos os individuos bem constituídos, sem taras, isto é, dando tôdas as garantias de bons produtos, no ponto de vista da conservação da espécie.

Para a consecução dum tal *desideratum*, de pouco servem os meios coercitivos, que é sempre fácil iludir e sofismar.

Mas o que não se pode razoavelmente esperar da lei,

deve esperar-se da educação, uma educação racional, bem dirigida, começada cedo e continuada pela vida fora, uma educação que ilumine o espírito e fortifique o sentimento, sem lirismos e sem brutalidades.

Ninguém pode ter o direito de atirar para o mundo criaturinhas votadas à desgraça, frutos pêcos que nunca chegarão a sasonar, e que muitas vezes amaldiçoarão quem as fêz, por uma satisfação de bêsta que não pôde encontrar freio nos ensinamentos duma cultura inteligente.

Aos tuberculosos, visto como tais individuos não são estêreis, deveria proibir-se o casamento.

Neste ponto restrito a lei seria eficaz, menos eficaz que a educação, em todo o caso.

Durante os nove meses de vida uterina, o feto pode ser prejudicado no seu desenvolvimento, a tal ponto que, ao nascer, já venha fraco e débil, em condições de minima resistência.

A mulher pobre é obrigada a excessos de trabalho, porque a fêria do marido, só por si, não chega para sustentar a família, ainda que não seja numerosa. Trabalha, por via de regra, até ao dia em que pare, e como a alimentação é quasi sempre insufficiente, o feto, que vive à custa da mãe, também sofre, até certo ponto, dessa insufficiência.

Raramente a mulher pobre deixa de voltar ao seu labor ao quarto ou quinto dia depois do parto, labor de officina ou de campo, sem dar tempo a que o seu organismo se refaça de tôdas as fôrças perdidas, cada órgão readquirindo a sua normalidade anatômica e funcional. E porque não lhe chegue o leite para alimentar o filho, vá de o encher de caldos, de farinhas, de pão e de legumes, na preocupação, filha da ignorância, de lhe fornecer a dose de alimentos, sob qualquer forma, que lhe é necessária. Formam-se assim êsses magníficos exemplares de atrepsia, e explica-se assim a mor-

talidade enorme das crianças na mais baixa idade. Escapam as que são excepcionalmente dotadas, e das outras vivem as que não tiveram a felicidade de morrer nas primeiras semanas ou nos primeiros meses, criaturinhas sem vigor, sem saúde, podendo durar muito, mas vivendo pouco, que em tais condições a vida extensa é apenas uma agonia prolongada.

Seria necessário que a mãe amamentasse o filho durante o primeiro ano, salvo o caso de impossibilidade manifesta por falta de leite, ou existência de doença contagiante, como a sífilis e a tuberculose.

Mas para que isto assim fôsse, seria também necessário que a mulher não precisasse escravizar-se ao trabalho duro, de manhã à noite, fora de casa, no campo ou na fábrica. Em parte as creches resolvem o problema; mas a creche não é sem inconvenientes, se ao seu funcionamento não presidir uma direcção esclarecida e zelosa.

Conviria, em primeiro lugar, que as creches fôsem numerosas, não só para que a sua população não fôsse excessiva, mas principalmente para encurtar as distâncias, de modo que as mãis pudessem ir amamentar os filhos, nalguns minutos roubados ao trabalho. Claro está que sendo a creche um viveiro de crianças, que todos os dias entram e todos os dias saem, o perigo do contágio é grande, se a observação médica não fôr escrupulosa.

Feito tudo o que a ciência aconselha, e supondo que a creche tem as necessárias condições de ventilação, iluminação e cubagem, isto é, foi construída conforme os preceitos da boa hygiene, as crianças só têm a ganhar com a sua permanência ali durante o dia quasi todo, pois que a hygiene da habitação é um luxo com que os pobres não podem. Se a criança nasceu sã e escoreita, e pôde chegar, por uma *élevage* bem dirigida, até aos três ou quatro anos, sem prejudicar o desen-

volvimento regular do seu organismo, há tôdas as probabilidades de que venha a ser uma criatura prestimosa, útil à comunidade.

E se-lo-ia, por certo, se os pais não precisassem explorar-lhe o pequenino esforço de que é capaz, na idade em que todo o organismo é, por assim dizer, um esbôço, uma esculturazinha galante, feita de fragilidades.

A-pesar-de tôda a protecção aos menores, largamente legislada, a verdade é que as crianças começam a trabalhar quando só deviam brincar, e êsse trabalho prematuro, quási sempre excessivo, importa paragens e irregularidades de desenvolvimento, que algumas vezes matam, e constantemente atrofiam.

Os filhos dos ricos não trabalham nos campos ou nas oficinas; mas cruzam-se no caminho da escola com os pequeninos grilhetas da fábrica, e, por um processo diferente, a encherem a cabeça com sabedorias inúteis, caem no *surmenage* intelectual, tão perigoso como o outro.

! Quantos velhos, por aí, de pouco mais de vinte anos!

! Quantos invernos enregelados, que nunca sentiram a primavera!...

* * *

Se a tuberculose, em Portugal, faz trinta mil vítimas por ano, isto quer dizer que ela, em cada ano, diminue de muitos milhares de contos a riqueza pública.

¿ Quantos milhares de contos?

Não é fácil determinar o valor económico do homem, máquina de trabalho que só ao cabo duns poucos de anos de montada começa a produzir, gastando-se, naturalmente, como tôdas as máquinas, sofrendo avarias que exigem consêrto, acabando por se inutilizar de

todo. Às avarias da maquineta humana chama-se doenças; à sua completa e irremediável inutilização chama-se morte.

Nos dois períodos extremos da vida, a máquina humana consome mais do que rende, sem por isso deixar de ser economicamente útil. Consumir, dentro de certos limites, é estimular a produção, que diminue ou estanca desde que diminua ou cesse o consumo.

¿ Há consumidores que nada produzem? Sem dúvida; mas uma coisa é a Moral e outra a Economia, e se tais consumidores, sob o ponto de vista moral, são condenáveis, no ponto de vista económico alguma utilidade representam.

Certo é que a criança e o velho consomem sem produzir, melhor dizendo, consomem mais do que produzem, o que tanto faz dizer que desfalcam, sem compensação económica, a produção comum.

Já seria uma tremenda calamidade, a tuberculose, se matasse inexoravelmente os individuos que ataca, acabando com o bicho, a peçonha. Mas ela tem um poder contagiante verdadeiramente assombroso, e ainda por cima se propaga por via hereditária, transmitindo-se o *micróbio*, germe específico, segundo uns, transmitindo-se apenas a predisposição para a doença, segundo outros, não apenas uma fraqueza orgânica, que realiza a melhor condição para adquirir doenças, mas uma particular aptidão para a tuberculose, que não precisa encontrar um individuo em estado de miséria fisiológica para nêle se instalar e florescer.

Procuram os sábios uma vacina que torne o organismo refractário à tuberculose, e pode ser que venham a encontrá-la, mercê de pacientes e demoradas investigações. Mas até que a encontrem, a tuberculose ceifará milhares de vidas, comprometerá gravemente a saúde da raça, condenando-a a desaparecer por degenerescência progressiva !

Está muito bem que os médicos tratem os doentes de tuberculose ; é optimo que os sábios procurem uma vacina que contra ela nos imunize, como a vacina jenne-riana nos imuniza contra as bexigas. O que não achamos bem é que se reduza a um simples problema clínico um problema social, tão eminentemente social que não pode ser estudado e resolvido no restrito campo da medicina hipocrática ou curativa.

Noutro tempo, a tuberculose era triste apanágio das classes pobres ; era-lhe hostile o bom ar dos campos, a singeleza da vida rústica, quási sem outros beneficios da hygiene que não sejam os do trabalho realizado numa atmosfera limpa, banhada de luz puríssima. Nos grandes centros populacionais, mixto de miséria e opulência, a tuberculose raramente aparecia nas casas ricas, nem sempre de boa hygiene, mas constantemente de boa mesa, o trabalho não deprimindo, pelo excesso, os seus moradores, e oportunos cuidados médicos evitando que se enraizem simples e accidentais episódios mórbidos. Eram os casinhotos sem ar, sem luz, sem asseio, leitos sem roupa, mesas sem pão, eram êsses casinhotos que a tuberculose visitava a-miúdo, agravando a miséria com a doença.

Já assim não acontece presentemente.

A tuberculose floresce nos campos como nas cidades ; perdeu o acanhamento de entrar em casa de gente rica, que já fornece à respectiva estatística uma contribuição importante.

Em relação à tuberculose, como em relação à psiquiatria, é necessário que a assistência seja *eminente-mente social pelos seus meios, e preventiva pelos seus fins*. Estas palavras, que transcrevo dum trabalho do Dr. Sobral Cid — *Reforma e actualização da assistência psiquiátrica em Portugal*, tornam bem nítido o pensamento que confusamente aqui fica expresso.

E pois que veio a talho de foice uma referência aos alienados, citando palavras justas e sábias do ilustre psiquiatra Dr. Sobral Cid, não queremos concluir sem chamarmos a atenção do leitor para a assistência que entre nós se dá aos alienados, aos indivíduos considerados malucos pelas pessoas que se reputam com juízo.

Ainda hoje teriam actualidade os clamores do professor António Maria de Sena, e as suas reivindicações em favor dos alienados podem ser formuladas hoje como há meio século, porque ainda não obtiveram deferimento. Já temos o ensino oficial da patologia do espirito ; mas, propriamente, em matéria de assistência aos alienados, a situação é pouco melhor do que era quando o Dr. Sena publicou a sua notável memória intitulada — *Os alienados em Portugal*.

Não temos aqui, à mão, a respectiva estatística ; mas quere-nos parecer que não erramos por excesso dizendo que o número de alienados em Portugal deve ser muito superior a dez mil, andando à solta quatro quintos destes desgraçados ! Tem-se gasto dinheiro a rodos, com mil coisas desnecessárias ou de secundária importância ; mas tem-se poupado, sordidamente, com a assistência aos tuberculosos, que exige muito dinheiro, para ser profícua, e igualmente se tem poupado com a assistência aos alienados, muitos dos quais, convenientemente assistidos, poderiam recuperar a saúde perdida, tornando-se valores sociais.

É uma vergonha, um crime de lesa-humanidade, o que entre nós se faz em matéria de assistência aos alienados ; e digno de louvores é o Dr. Sobral Cid, por colocar diante dos olhos do público, sem lhe carregar as côres, êsse tremendo quadro.

Rilhafoles, anexo pedagógico da Faculdade de Medicina, é meramente um *depósito* de doentes, cuja saúde mental foi tocada por maneiras diversas e em diferente grau. Uma boa profilaxia das doenças mentais teria

evitado que muitos dêles chegassem ao internamento ; e porque o Hospital-Asilo que é Rilhafoles, pelo seu quadro clínico, deficiente, e pelas suas instalações, mais insuficientes ainda, não permite que ali se faça a terapêutica psiquiátrica que devia fazer-se, e é necessário que se faça, crêmos não ser despropositado dizer que, por culpa do Estado, representante da sociedade, não avulta mais na estatística respectiva o número dos curados, aumentando do mesmo passo a contribuição de ciência que é lícito esperar dum estabelecimento daquela natureza, vasto campo de estudo, em que se encontram as mais variadas e mais interessantes espécies nosológicas.

Os tuberculosos !

Os alienados !

¿ Já pensaram os expoentes máximos da raça no que será esta Pátria gloriosa no dia em que andarmos todos a deitar os pulmões pela boca, tontinhos mansos ou furiosos, consumindo tôda a energia do espírito em concepções delirantes, exacerbada a fúria dos maníacos, tornada fúnebre a tristeza dos melancólicos ?

Loucos à solta

O Dr. Júlio de Matos, um dos raros grandes espiritos da nossa terra, dizia-nos, a-propósito da morosidade com que se trabalha para a construção dum manicómio em Lisboa : — *O safanão de cinco de Outubro mal acordou a nossa gente, e deixou ficar quasi na mesma a engrenagem burocrática, em que se esterilizam tantas energias.*

Bem sabia o nosso ilustre amigo e abalizado professor que uma revolução política, como foi a de 5 de Outubro, não é positivamente um cadinho em que repentinamente uma sociedade se transforme, ou uma espécie de Tabor em que se transfigure um povo, à maneira bíblica. Não ; uma revolução política, como a que fizemos há anos, permite eliminar prontamente vícios de organização e funcionamento em muitos serviços públicos, que desde então passam a ser mais produtivos, e permite igualmente assentar princípios e regras que antecipem conquistas doutrinárias, do mesmo passo que realiza melhoramentos materiais que só muito mais tarde viriam por automatismo evolutivo. Em rigor, pode dizer-se, o benefício que se conhece dum movimento revolucionário que vinga é este — criar a indispensável condição para cortar abusos de longa data enraizados, e antecipar conquistas, no domínio

moral e material, que às vezes mal se divisam num futuro longínquo.

A verdade é que o nosso povo, adormecido há séculos, acordou sobressaltado no dia 5 de Outubro, e ficou, nem bem desperto, nem bem dormido, a ver o que dêle queriam, habituado a não ter vontade e dalgum modo incapaz de a exprimir. A burocracia teve o vago pressentimento duma ameaça, e ficou-se de orelha afitada, disposta a viver em República como sempre vivera em Monarquia. Tudo isto tem uma explicação natural e fácil...

O Dr. Júlio de Matos, como homem de ciência, especializado em psiquiatria, media com inteira justeza o alcance dêste problema — a assistência aos alienados — e para êle chamou a atenção de quantos, mais ou menos justificadamente, exercem influência na marcha dos negócios públicos.

Aí por 1880, o professor António Maria Sena propôs arrolar os alienados de Portugal, sem dúvida no propósito de pôr em evidência a necessidade de prover de remédio essa verdadeira chaga social. Estatísticas não havia, de modo que teve êle de colher, directamente, os elementos estatísticos de que carecia, auxiliado no seu benemérito empreendimento pela má vontade das estações oficiais, sempre que são chamadas a colaborar em obra útil. Resolveu organizar a sua estatística por concelhos, e, assim, dirigiu-se aos médicos municipais, solicitando-lhes, como um favor pessoal, a indicação dos casos de loucura, quaisquer que êles fôsem, de que tivessem conhecimento na circunscrição administrativa em que exerciam a clínica. Um grande número não respondeu; e as respostas que lhe chegaram, na maior parte, eram manifestamente deficientes, quasi tôdas elas tendo a falta de educação científica, na matéria em questão, fornecida pelas Escolas de medicina...

Apurou o Dr. Sena, com os escassos e pouco fidedignos elementos que assim colheu, que havia em Portugal 8:000 loucos sem nenhuma espécie de assistência; oito mil desgraçados entregues à miséria da sua condição, muitos dêles perigosos, sob aparências inofensivas.

O número apurado, há trinta anos, *grosso modo*, pelo Dr. Sena, deve estar hoje no dôbro, o que tanto importa dizer que há em Portugal uns quinze mil indivíduos que não têm saúde mental, alguns absolutamente incuráveis, e muitos dêles vagueando nas fronteiras da loucura, susceptíveis de remédio, acudindo-lhes com prontidão e inteligência. Os manicómios que temos, um no Pôrto e outro em Lisboa, não albergam a décima parte dos loucos que precisam de assistência, não obstante o de Lisboa receber um número de alienados que excede muito a sua lotação.

Todos os dias e a tôdas as horas por aí se fala em defesa social, uns pedindo que se arranque a pele ao contribuinte, para se fazer com ela, depois de tanada, a couroça de navios; outros pedindo que se criem laboratórios por tôda a terra, num quasi receio fóbico dos infinitamente pequenos. E ninguém pensa que êses 15 ou 16 mil loucos que andam por aí em liberdade, proliferando conforme Deus é servido, ninguém pensa que essa legião de criaturas degradadas é o maior perigo da raça, porque a envenena na sua origem, diminuindo e pervertendo as suas energias físicas e anémicas. Sob êste ponto de vista, não é perigoso o louco em que não há o bruxolear duma vida de espirito que o ponha acima da condição meramente animal, quasi não tendo de pessoa mais do que a forma e algumas necessidades vegetativas.

O perigo está exactamente no louco que já o é aos olhos de um psiquiatra, mas ainda está longe de o ser para todo o mundo. Estes frutos que não realizam uma

qualquer modalidade de doença mental, fazem a vida de qualquer cidadão perfeitamente equilibrado, e reproduzem-se em criaturas que vão da extravagância à mais completa desorganização psíquica.

Hospitalizar os doidos, tomando esta palavra na mais lata significação, não é apenas praticar uma obra de humanidade : é organizar a defesa social, de um modo seguro e eficaz, em relação ao maior perigo que a ameaça.

O que está não pode continuar, e a insuficiência dos nossos recursos orçamentários não pode justificar que continue. A despesa feita com a hospitalização dos loucos não é, talvez, reprodutiva, no sentido que tem esta frase no classicismo da economia política ; mas é que valor terá uma sociedade em que proliferem os pobres de espírito, no dizer evangélico, hoje principalmente que o Progresso é uma série de adaptações intelectuais, exigindo de cada vez mais um alto potencial e um perfeito equilíbrio ?

A conversa dêsse dia, com o Dr. Júlio de Matos, suscitou-nos as considerações que aí ficam, e que servem a chamar para o caso a atenção de quantos se reputam com juízo.

Os diabéticos

Fui um dia visitar a sede da Associação Protectora dos Diabéticos Pobres, instalação mais do que modesta, postríssima, duma pobreza a que eu chamaria franciscana, se o *Povorelo* ainda existisse.

Em Portugal deve haver entre seis a sete mil diabéticos, a maior parte dos quais não pode tratar-se por não estar em condições de comprar os remédios.

Foi um enorme serviço feito à humanidade a descoberta da *Insulina*, quasi milagroso medicamento, cujo único defeito, mas esse considerável, consiste em ser caríssimo.

Não sei doutro que se lhe compare, sob este ponto de vista, não havendo muitos que lhe sejam comparáveis sob o ponto de vista dos beneficios que proporciona aos doentes.

Como a questão é de dinheiro, mais cedo ou mais tarde ela há-de resolver-se em beneficio de todos — indigentes, pobres e remediados.

Por-ora, e enquanto a indústria e o comércio não querem ou não podem lançar no mercado a *Insulina* a um preço menor, há que recorrer a todos os processos lícitos de a arranjar, em termos de acudir, salvando-os, a tantos e tantos desgraçados que, a despeito da sua doença, ainda podem ser valores económicos, utilizados por alguns anos.

Foi um sentimento humanitário, conjugado com alto pensamento de solidariedade, que determinou a criação da Associação Protectora dos Diabéticos Pobres, obra benemérita, devida à iniciativa e ao porfiado esforço do Dr. Ernesto Roma.

Há que tornar bem conhecida esta Instituição, porque em Portugal, felizmente, não faltam pessoas que se compadeçam do mal alheio, e de boa vontade contribuam para o minorar, dando alguma coisa do seu supérfluo, bem servindo a Sociedade através dos esquecidos da fortuna.

A *Insulina* é cara, mas a mínima quotização de alguns milhares de pessoas facilmente habilitará a Associação a socorrer os desgraçados que lhe batem à porta. E não é brincadeira a quantidade de *Insulina* que a Associação fornece aos doentes que protege.

Com as suas receitas ordinárias, provenientes de quotas, cujo mínimo é de 5 escudos por mês, a Associação não pode agüentar-se, e o produto de festas e espectáculos públicos é o que há de mais contingente.

Em tudo se podem fazer economias, excepto com a saúde dos cidadãos que careçam de socorros médicos.

Pois a Associação de que nos estamos ocupando já teve necessidade de reduzir a quantidade de *Insulina* que fornece aos seus doentes, fazendo assim com que muitos marchem mais lentamente para a cova, mas para lá caminhem irremediavelmente, se mão benéfica lhes não acudir a tempo.

Criou a Associação um Boletim em que registava a sua vida de todos os dias, o número de doentes que beneficiava com medicamentos ou com dietas; as análises que lhe pediam, na maior parte dos casos gratuitamente, e as outras pagas a um preço mais que moderado. Nesse Boletim a Associação dava úteis ensinamentos aos doentes; ensinava-os a fazerem, eles próprios, as análises elementares que mais lhes interessam, de

modo a estarem sempre ao corrente da marcha da sua doença, prevenindo acidentes que lhes poderiam ser fatais. Em matéria de higiene, o Boletim recomendava os preceitos mais salutareos, avisando os doentes dos riscos que corriam não os observando com rigor.

De resto o Boletim, distribuído gratuitamente, era uma voz que em toda a parte encarecia a miséria dos diabéticos, tornava conhecida as benemerências da Associação e convidava as pessoas generosas e compassivas a enfileirarem nesta cruzada do bem, fazendo humanitarismo prático.

Pois o Boletim deixou de se publicar por falta de dinheiro, e ainda não houve um filantropo que se offerecesse para custear a sua publicação.

Num segundo andar da Rua de S. Nicolau instalou o Dr. Ernesto Roma a sua Associação, pobríssima instalação, como já dissemos, onde aliás se realizam todos os trabalhos que uma clínica de diabéticos torna necessários.

Ali dá as suas consultas, ali faz as suas análises, ali ministra, sob a forma de lições, ensinamentos elementares da culinária que aos diabéticos importa. Os doentes aprendem ali a preparar os alimentos de que podem fazer uso, escolhendo-os e lotando-os por maneira que, alimentando-se segundo o preceito do mais severo regime diabético, escapem ao despotismo de uma culinária quasi inquisitorial, que não era curativa, nem reparadora.

Ali, na sede da Associação, o diabético aprende a fazer as análises elementares que mais o interessam, a pesquisa do açúcar, da albumina e da acetona nas urinas, e aprende a dar injeções de *Insulina*, prática esta que torna cada diabético num auxiliar do médico.

Se todas as donas-de-casa, pobres e remediadas, conhecessem a química alimentar que lhes interessa, como conhecem a química dietética os diabéticos que seguem, na Associação, as respectivas lições, os orçamentos da

gente pobre e mal remediada seriam organizados por forma a não agravarem a miséria com involuntários desperdícios. Talvez seja bonito que as madamas estudem a química das Faculdades, mas seria de maior utilidade que tôdas aprendessem a química das cozinhas..

Todos, independentemente de sexo e de idade e de condição social, estão sujeitos a enfermar de diabetes, doença que nem sempre mata, mas prepara muitas vezes a morte por enxêrto de outra doença.

A frequência da tuberculose nos diabéticos é bem conhecida, e contra a tuberculose nada pode a *Insulina*.

Nos velhos tempos em que eu fazia clínica, os diabéticos que o eram averiguadamente, comendo sem nunca se fartarem, e bebendo sem nunca matarem a sede, nesses tempos longínquos os desgraçados que tinham as urinas carregadas de açúcar pediam a Deus que os fovescesse com *uma cama*, porque a dormir passavam desta para melhor, sem darem por isso...

A *Insulina* actua eficazmente, mesmo no estado comatoso; o caso é ter o doente uma assistência médica ilustrada na matéria, e dispondo do remédio em quantidade suficiente.

Seria uma vergonha que, por falta de recursos, tivesse que fechar uma Associação criada só para acudir aos pobres, aos que não podem comprar o prodigioso remédio que poupa ou prolonga a vida dos que a diabetes ataca, em qualquer altura da vida.

Apraz-nos acreditar que tal não sucederá, e que a Associação, vendo grandemente acrescido o número dos seus sócios, e vendo igualmente aumentado o número dos seus protectores, alargará o seu raio de acção e criará serviços, a hospitalização, por exemplo, que ainda não pôde criar, porque a boa vontade, ao serviço dos mais filantrópicos propósitos, ainda não foi capaz de repetir o milagre de santa Isabel, transformando as rosas em dinheiro...

Criminalidade infantil

Qualquer individuo, mediocrementemente ilustrado, pode escrever um grosso volume sobre a criminalidade infantil, sem dar-se a grandes canseiras, bastando-lhe forragear na vasta literatura que há sobre o assunto, pondo implacavelmente de banda os autores pouco conhecidos.

Escrever as duzentas páginas do livrinho, em quarto, de que nos estamos ocupando, é que seria impossível a qualquer que não possuísse a rara sagacidade do padre Oliveira, a sua particularíssima aptidão de observador, o seu natural alento de psicólogo, maravilhoso de intuição, subtil, nunca deixando de ser equilibrado na análise, e rebelde à gulodice, tão lamentavelmente portuguesa, das generalizações farfalhudas.

Fácilmente se percebe, lendo o livrinho do padre Oliveira, que não foi nas bibliotecas que elle se instruiu sobre a natureza e forma da criminalidade infantil.

Não ; o padre Oliveira encontrou-se um dia, por mero acaso, exercendo funções de capelão, interinamente, na Casa da Correção e Detenção de Lisboa, e logo a curiosidade do seu espirito se prendeu ao estudo do problema, sobre tantos pontos de vista curioso, da delinquência infantil, que ali tinha debaixo dos olhos, emocionando a sua alma cheia de ternura e bondade.

Causa arripios a descrição que faz o padre Oliveira do que eram as *Mónicas*, quando êle lá entrou, a primeira vez : uma cadeia no velho estilo, sem ar, sem luz, sem conforto de qualquer espécie — *escravaria do gado humano*.

O espanto do padre Oliveira, ao entrar nas *Mónicas*, proveio, sobretudo, de imaginar que uma casa de correcção era destinada... a corrigir, quando ela, no fim de contas, pelas nossas leis e pelos nossos costumes, era apenas uma cadeia destinada a punir.

Iam para ali os pequeninos criminosos que a Justiça condenava, segundo as cominações do código penal, e que ainda não tinham idade para se matricular em nas *Universidades do Crime* — a Penitenciária e o Limoeiro...

Não podíamos nós, em 1886, fazer um código penal que se baseasse numa ciência que ainda não estava formada, uma ciência que ainda hoje, por excessivamente conjectural, não serve de base aos mandamentos da Justiça. Nas transformações do Direito — tão variável como a Moral — há que notar, com particular atenção, as que se referem ao crime, isto é, ao facto delituoso e correspondentes sancções legais, segundo o critério de justiça em cada povo e em cada época.

Sempre as ideias vão adiante dos factos ; sempre uma revolução nos espíritos precedeu uma correspondente revolução nas leis e nos costumes.

Em matéria de Direito Penal, sob o ponto de vista doutrinário ou especulativo, estamos já muito longe da filosofia em que se inspirou o nosso Código, como todos os códigos penais de então ; mas no campo das aplicações, no exercício da justiça, como *profilaxia* e como *terapêutica*, quasi nos encontramos, ainda, no ponto em que estávamos agarrados ao velho clacissismo que deu as Penitenciárias e outros semelhantes instrumentos de perversão e tortura.

O padre Oliveira viu bem o problema, logo que se pôs em frente dêle. Nem a criança, o delinqüente infantil, pode estar sujeita às disposições do Código, nem a casa do Correcção pode ser uma sucursal da justiça dos tribunais, com uma venda nos olhos e uma balança nas mãos...

¿ Onde, pois, devia ser colocada a Casa de Correcção ?

Di-lo, e muito bem, o padre Oliveira : «no mais alto lugar, no último da escada de tôdas as instituições de educação, visto ser a ela que compete a missão mais difícil e delicada, que é a de corrigir ou atenuar, nos diferentes seres humanos, não só os defeitos da geração, mas também as avarias da educação.»

Assim pensando, dolorosamente impressionado pelo espectáculo que lhe oferecia a *Casa* em que vivia, o padre Oliveira dispôs-se a estudar, com propósitos de o resolver, o problema da criminalidade e educação infantil ; e em vez de fazer o que outro qualquer faria, neste País de sabedorias livrescas — meter-se dentro de uma biblioteca a folhear cartapácios sem número — encetou longa caminhada de estudo, pela observação e pela experiência, aos ideologismos da literatura científica, na especialidade, antepondo os conhecimentos positivos e correspondentes deduições lógicas ao que se oferecia ao seu exame.

Impôs-se o padre Oliveira a obrigação de percorrer todo o caminho que costuma ser transitado pela criança, desde o lar doméstico até à casa de correcção, com passagem pela escola e pela oficina.

A solução do problema da educação nacional, diz o ilustre pedagogo : «está menos no estudo da literatura pedagógica do que na observação de toda a vida social, desde os seus baixos fundos até cá muito para cima.»

Nestas palavras, que são as dum apóstolo, está expressa a concepção que o padre Oliveira tem da crimi-

nalidade infantil, no tocante às suas causas próximas e remotas, hereditárias e individuais, concepção que, sem dúvida, outros tiveram antes dêle, mas que é nova em Portugal, e que implica uma revolução, tomada a palavra à boa parte, nos velhos processos de educação que ainda hoje são de uso entre nós, e nos absurdos processos de correcção de menores, que ainda não pusemos de banda.

A criança pode ser criminosa por defeitos da geração e por avarias da educação, às vezes estes dois factores conjugando-se para darem à criminalidade infantil um elevado potencial.

Impressionante como uma página de Dostoiewsky é o quadro que o padre Oliveira nos dá, a página 25 da Introdução, duma visita geral à Casa de Correcção, ajuntando-se no parlatório — *é como se dissesse Parlamento de correcionais* — a fauna lá de dentro, e o melhor, no género, da fauna cá de fora...

Uma pequena amostra :

«A correr, aos guinchos, numa alegria bestial, como quem se esquivava a alguém que a perseguia, irrompeu na sala uma rapariga em cabelo, o busto à vontade numa blusa larga e comprida que caía sobre um saiote vermelho muito curto, em que destoava um avental branco de criada. Arquejante, a resfolgar, encostou-se à parede, pondo os braços em arco, com as mãos sobre as ancas, e esperou, nesta atitude, o seu perseguidor. Não tardou este a aparecer. Era um rapaz de dezóito anos, quando muito, mal lhe penugindo ainda a barba, faces escaveiradas, côr plúmblea e fisionomia atroz e já depravada, trazendo um chapéu à Mazzantini sobre umas desgrenhadas e negras melenas que lhe cobriam a testa. Caminhava, bamboleando o corpo, cigarro ao canto da boca, e as mãos metidas nos bolsos dianteiros das calças...»

A sessão, tôda no *argot* das tavernas e das prisões, é de um pitoresco inexcedível, e da sua feição moral facilmente o leitor ajuíza, considerando que nela tomam parte, com os rufias e marafonas visitantes, os *detritos humanos* acumulados naquela *nitreira social*, como o padre Oliveira, numa das mais felizes expressões do seu livro, chama à antiga Casa de Detenção e Correccão de Lisboa.

Muito judiciosamente indica o padre Oliveira o processo a seguir no estudo do problema de que trata no seu livro e de que nos temos ocupado.

Têm de se estudar, diz o padre Oliveira, em primeiro lugar, as causas da criminalidade; em segundo, as diversas formas pelas quais se manifesta o crime; em terceiro, a classificação dos criminosos; e por último, a terapêutica aplicável a cada criminoso.

Reconhece o padre Oliveira as vantagens de se estudar o problema da criminalidade, não apenas o da criminalidade infantil, mas o de tôda a criminalidade, em laboratórios bem apetrechados; mas, convencido de que o problema é essencialmente de natureza psíquica, a êsses estudos de laboratórios, em fórmulas e instrumentos, não liga importância demasiada.

Manouvrier, cujas lições seguimos, por alguns meses, na Escola de Antropologia, em Paris, contava a visita que um dos seus discípulos fizera ao gabinete de trabalho de Lombroso, uma espécie de laboratório sem instrumentos, quási totalmente desprovido de utensílios de trabalho. Como estranhasse o facto, o discípulo de Lombroso, que o acompanhava, explicou-lhe: — «O Sr. Lombroso não é um sábio de régua e compasso...»

Manouvrier, que passava o melhor do seu tempo a medir e a pesar crânios, servindo-se do compasso e da balança como de indispensáveis auxiliares, citava o caso desdenhosamente, insinuando que o Sr. Lombroso era tão especulativo como um teólogo.

Será sempre difícil medir, fotografar e dissecar tanto os clarões como as sombras da alma humana, diz o padre Oliveira, e o seu assêrto é de admitir sem restrições, a menos que êle inculque a absoluta dispensabilidade de todos os processos físicos nos estudos de criminalidade.

Do mesmo passo que afirma, e muito bem, que o problema da criminalidade, essencialmente de natureza psicológica, é mais para ser estudado e resolvido pela observação directa e a análise psíquica, de que por métodos e instrumentos laboratoriais, o padre Oliveira lança a hipótese de ser o crime de *origem microbiana*, derivando duma causa específica, como certas doenças, as mais devastadoras, que estudou, na sua eficiência, o genial Pasteur.

Não fica mal a quem estuda os grandes problemas que mais interessem à humanidade fazer um bocadinho de possibilismo científico, e, sob êste ponto de vista, a natureza microbiana do crime, aventada pelo padre Oliveira, é tudo o que de mais arrojado conhecemos no género.

Não há correlação íntima, como pretende o padre Oliveira, entre a ciência de Pasteur, a *bacteriologia*, e a ciência de Lombroso, a *criminologia*, dando de barato que a criminologia, e não apenas a antropologia criminal, seja uma ciência lombrosiana. A fantasia literária, nesta parte do livro, substitue-se ao rigorismo científico, que deve ser observado em trabalhos desta natureza, mesmo quando o seu autor, como no caso presente, duma notável probidade, não se inculca cientista. Ao *Micróbio* chama o padre Oliveira o maior de todos os criminosos, como se apenas houvesse micróbios patogénicos, isto é, geradores de doença, e como se o crime não fôsse um conceito vão aplicado à actividade meramente biológica dos infinitamente pequenos.

¿ É criminoso o micróbio da raiva ?

Tanto como o mar, quando engole um navio.

As comparações resultam quasi sempre *perigosas*, quando se arrogam valor científico.

É feito por mão de mestre o quadro duma *leva*, isto é, o transporte para a *Correcção* dum grupo, maior ou menor, de jóvenes delinquentes, alguns fazendo escala pelo Limoeiro. O estudo das mãis, apenas o esboço dum trabalho em preparação, é duma verdade flagrante, e afirma, melhor do que qualquer outra passagem do livro, o excepcional talento de observador que tem o padre Oliveira, demonstrando ao mesmo tempo uma capacidade de análise psíquica, em tãda a parte rara.

A nossa imprevidência, estabelecendo *Correcções*, sem termos organizado a família; construindo *Sanatórios*, sem procurarmos evitar as doenças; fundando *Manicómios*, deixando produzir-se à vontade a loucura, é realmente um dos nossos grandes males. Mas não é um mal exclusivamente português, porque dêle sofrem, uns mais, outros menos, os povos de todo o mundo. Em tãda a parte se põem trancas na porta depois da casa roubada; e a nossa inferioridade, em relação a outros países, no que toca à criminalidade, consiste em que nós, mesmo depois da casa roubada, nenhuma pressa nos damos em pôr as trancas — para evitar novos roubos...

Erradamente atribue o padre Oliveira a um italiano a conhecida frase de Vitor Hugo — *abrir uma escola, é fechar uma cadeia*; mas critica judiciosamente este conceito, a que se tem dado importância demasiada, e a que também se tem pretendido negar qualquer valor.

O procedimento da criança, como muito bem diz o Sr. padre Oliveira, é antes o resultado de um exemplo que imita, que duma lição que decora.

Considerando a importância que têm, na educação da criança, a casa, a escola e a rua, o padre Oliveira ca-

racteriza assim cada um desses três *habitat*, que são as três *étapes* no caminho da vida, até ser, na conformidade das leis, uma unidade social, uma criatura *sui juris* :

«Em casa o educador da criança é a família ; na escola é o professor ; na rua é o mundo. O primeiro educador dá-lhe a lição do exemplo ; o segundo toma-lhe a lição do livro ; o terceiro oferece-lhe a lição da vida. Quere dizer : numa parte imita ; noutra decora ; só na rua vive. E viver é sentir, pensar e querer !»

Recordação da Morgue

Foi há muito tempo...

Ao chegarmos à redacção, para a faina do costume, soubemos que o Santos, chefe da tipografia da *Luta*, caíra, havia menos duma hora, levando as mãos ao peito, ali para os lados de S. Pedro de Alcântara, e fôra imediatamente conduzido ao pòsto da Misericórdia, para os indispensáveis socorros médicos.

Corremos lá, na esperança de ainda o encontrarmos com vida; mas o pobre Santos caíra morto, e da Misericórdia, constatado o óbito, tinham mandado transferir o cadáver para a *Morgue*.

¿ O leitor sabe o que é a *Morgue* ?

Tinhamos lá ido uma única vez, no dia imediato àquele em que o rei Carlos fôra morto na Rua do Arsenal, pagando com a vida crimes que eram de muitos. A policia fizera transportar para ali os cadáveres dos regicidas, e não resistimos nós, como não resistiram centenas de indivíduos indiferentes em matéria política, à curiosidade de ir ver os autores da singular tragédia que na véspera tinha sido representada, em dois minutos, ao virar duma esquina.

Fácilmente se acredita que fôsse grande a nossa emoção, tão grande que nada vimos senão os cadáveres de Costa e de Buíça, expostos como num mostruário, tão serenos de fisionomia como se tivessem morrido à ma-

neira de Petrónio, num banho quente, abrindo as veias.

Foi essa a primeira visita que fizemos à *Morgue*, e foi a segunda para vermos, antes de lançado à terra, o cadáver do que fôra, durante quási quatro anos, nosso companheiro de trabalho.

! A coisa repugnante que aquilo é !

Sente-se, a uma distância grande, vindo da *Morgue*, um cheiro intenso, que faz náuseas, e logo se percebe que lá dentro há cadáveres em putrefacção, e que nenhum desinfectante ali se emprega no intuito de tornar aquela atmosfera respirável.

Entra-se no anfiteatro, destinado às lições práticas de medicina legal, e involuntariamente se tapa o nariz com o lenço, no justificado receio dum envenenamento grave por via respiratória. Com esta precaução, insuficiente, mas necessária, pode avançar-se mais um pouco, visitando o estabelecimento em tôdas as suas dependências.

Num desvão, cosidos em serapilheiras, estavam os cadáveres carbonizados das vítimas do Leandro, o incendiário da Rua da Madalena. Por cima dêles havia ossos de outros cadáveres, tudo para ali amontoado, aguardando não se sabe o quê para lhe ser dada sepultura.

Mais adiante, numa casa de pequenas dimensões, pobre de luz, havia cadáveres nus, estendidos no chão, uns por cima dos outros, repugnantes ao olfacto, pelo cheiro que exalavam, e repugnantes à vista, pelas manchas verdes que lhes zebravam a pele, em retalhos de grandes dimensões. Por cima dêsses cadáveres, barras de gelo, fundindo lentamente, de maneira que no chão empoçava um líquido espesso e mal cheiroso, em que era forçoso molhar as botas para não pisar os cadáveres.

Numa outra casa, anexa ao anfiteatro, caixas de madeira, forradas de zinco, e, dentro dessas caixas, cadá-

veres empilhados, uns nus, outros vestidos, aguardando a vez de serem levados para o cemitério.

Foi numa dessas caixas que encontrámos o Santos, vestido como estava quando a morte o surpreendeu, e com um cadáver pesando-lhe sôbre o ventre, atirado para ali como se atira um madeiro para uma pilha de lenha grossa...

! Nunca fizemos uma visita que tanto nos enchesse de repugnância e de tristeza, que tanto ofendesse os nossos sentimentos de piedade pelos mortos !

Não há o direito de ultrajar os cadáveres, e na *Morgue* elles eram ultrajados da maneira mais descaróavel, para ali atirados como se atiram para uma nitreira os animais que alguém comprou para fazer adubos.

Dir-se-ia, perante aquêlê espectáculo, que nunca sentiu, quem o permite, alancear-lhe o coração a perda irreparável dum parente ou dum amigo, orvalhando-lhe com lágrimas a face transtornada e fria. E apavora tamanha falta de piedade, tão completa ausência de delicadeza perante a morte, em que há o que quer que seja de sagrado, não dando a esta palavra a significação religiosa que ela tem.

Aquilo não pode continuar assim. Não é só a hygiene que protesta, é também a moral que reclama ; não é apenas a razão que se insurge, é também o sentimento que fulmina.

Compreende-se, visitando a *Morgue*, o desleixo criminoso que tem havido nos exames médico-legais, desleixo que denunciámos no Parlamento, verberando-o com justificada indignação.

O director da *Morgue* de Lisboa conhece muito bem a *Morgue* de Paris, e sabe que ela é, no género, o que há de pior no estrangeiro. Pois a *Morgue* de Lisboa é mil vezes pior que a de Paris, sem falar do ensino que numa e noutra se faz, porque não é disso que se trata aqui.

É indispensável que semelhante vergonha acabe, e, pois que a denunciemos ao público, estamos certos de que não se manterá por muito tempo.

! É tão pouco, afinal, o que se exige ! Apenas isto — um bocadinho de asseio e também um bocadinho de decência.

Habitações operárias

Um sábio inglês, Carlos Darwin, observando o que se passa à superfície da terra entre seres vivos, formulou a lei biológica da luta pela vida, e deduziu uma teoria do progresso geral do facto naturalista da sobrevivência do mais apto. Se ainda voltar aqui, a abusar da paciência com que me escutam, hei-de escolher para tema da minha palestra a filosofia darwiniana, particularmente no que diz respeito à descendência do homem. Não há questão nenhuma filosófica que não possa ser tratada proveitosamente numa assembleia de operários. Tudo depende do modo de a tratar. Nos países onde se pratica a extensão universitária, principalmente na Inglaterra, a exigüidade mental dos operários não é motivo para que os sábios mais ilustres se abstenham de perante eles desenvolverem teses filosóficas ou científicas, chamando-os a uma vida de espírito que os valoriza e ennobrece.

Subsiste ainda, nas sociedades do nosso tempo, o fenómeno da luta pela vida, tanto na concorrência entre os indivíduos, como na concorrência entre os grupos organizados; mas essa luta é apenas uma sobrevivência, representa tam-sòmente uma imperfeição em via de eliminar-se. O homem é de cada vez mais um ser social; a luta já não é condição de progresso, tomando a palavra no significado que ela tem nas ciências naturais.

Hoje ser o mais forte significa ser o mais apto, e essa maior aptidão só eleva o indivíduo quando se traduz em vantagens sociais.

Pois bem ; se é verdade que os sócios da *Caixa Económica*, promovendo a realização destas conferências, fizeram obra de higiene do espírito, não é menos certo que êles fazem do mesmo passo obra de cooperação social, congregando os homens de pensamento e de trabalho para o mesmo fim alevantado e patriótico.

Por motivos diversos, entre os quais se conta, dominando todos os outros, a iniqua organização económica da sociedade, não é permitido a todos os homens adquirirem aquêlê mínimo de saber, abaixo do qual se fica no reino puramente animal. E se a elementaríssima instrução, que consiste em ler mal e escrever pior, já constitue um privilégio, ¿ que admira então que só poucos adquiram a instrução secundária, e só raros ascendam aos estudos superiores ? Vindo aqui, a uma associação de operários, expor o que aprendemos nos livros e na lição dos mestres, acrescentado ou corrigido pela experiência e pela capacidade de cada um, nós procuramos legitimar o nosso privilégio, convertendo-o numa utilidade comum.

Num programa de conferências a realizar numa associação de operários, era indispensável que figurasse a tese que hoje venho aqui tratar, não com os desenvolvimentos que ela comporta, mas de forma a tornar patente a sua importância máxima.

A questão das *casas para operários*, casas baratas e casas salubres, é ao mesmo tempo um problema de higiene pública e economia social. Quem não o considerar assim, sob êste duplo ponto de vista, não pode medir-lhe todo o alcance, e se pretender resolvê-lo não poderá dar-lhe senão uma restrita solução, por demais incompleta.

Na sessão legislativa finda, o govêrno levou ao par-

lamento uma proposta de lei sobre casas baratas. Apareceu tarde e a más horas, à hora má em que aparecem todos os projectículos de interesse regional, que são na maior parte das vezes a moeda com que certos deputados pagam os votos que lhes deram. O presidente do conselho, muito desejoso de fazer aprovar aquela proposta, pretendeu que ela entrasse em discussão de afogadilho, quasi de surpresa, como se fôsse um artigo de contrabando. Devo dizer que s. ex.^a a tinha encomendado, mas não a tinha lido; e, talvez só por ignorância, pretendia que um assunto de tal importância podia votar-se sem primeiro se discutir, ou poderia discutir-se sem se ter estudado.

Opus-me, terminantemente, a que semelhante proposta entrasse em discussão, sem tempo para a estudar, e o deputado que a relatara, num movimento de honestidade intelectual, que muito o nobilita, escreveu ao Sr. presidente do conselho, declarando-lhe que não iria à câmara discuti-la. Daí por três ou quatro dias o parlamento fechava, e a proposta das *casas baratas* ia dormir nos arquivos o sono das coisas inoportunas...

¿ Porque me opus eu à discussão de tal proposta?

Gosto muito de dar explicações... quando mas não pedem, recusando-as, por via de regra, quando me são pedidas.

Em primeiro lugar, eu não tinha disponível o tempo material necessário para fazer da proposta, sequer ao menos, uma leitura demorada, que me habilitasse a discuti-la honestamente, expurgando-a dos seus maiores defeitos ou introduzindo-lhe algumas emendas claramente úteis ou necessárias. Estava-se, como já disse, no desmanchar da feira, e sobre a mesa da presidência haviam sido despejados cabazes de propostas e projectos, muitos dos quais se tinham logo introduzido na *ordem-do-dia*, exigindo alguns, pela sua complexidade e valor, estudo reflectido e aturado. Depois, o relatório

da proposta, bem como o do respectivo projecto, era duma insuficiência desoladora, carecendo por completo de tôdas as informações que seria necessário dar sobre o assunto e que os deputados, cada um de per si, não poderiam colhêr. Nada ali se dizia, duma forma precisa, sobre as condições da habitação operária nos grandes centros urbanos, particularmente em Lisboa, mostrando que não somente o operário vive em péssimas condições higiênicas, mas ainda que a desproporção entre o aluguer que paga e o salário que recebe é tal que o constroem a uma vida de miséria. No relatório da proposta escrevera-se a palavra *socialismo*, mas pouco se escrevera antes ou depois dela que explicasse de que *socialismo* se trata — se do socialismo do Estado, à moda alemã, se do socialismo municipal, à moda da Inglaterra.

Mas não foi só por isso que eu me opus à discussão da proposta.

Tratava-se de interferir na vida do operário, embora para a tornar melhor, e os legisladores tinham obrigação de lhe dar tempo a estudar o assunto, discutindo-o nas suas associações de classe e formulando depois, a êsse respeito, os seus votos e aspirações.

Eu não distingo muito bem entre o providencialismo governativo e o providencialismo parlamentar, sobretudo num País como o nosso, em que o Parlamento é o sofisma grosseiro da divisão dos poderes, tal como a estabelece a Carta.

O meu velho amigo e correligionário Estêvão de Vasconcelos apresentou o ano passado, logo no comêço da sessão legislativa, um projecto de lei sobre accidentes de trabalho nas fábricas. Bom ou mau, era um trabalho honesto, e visava a preencher uma lacuna grave na abundante legislação portuguesa, realizando uma forma de socialismo prático, como há perto de trinta anos Bismarck o inaugurara na Alemanha. Porque era da ini-

ciativa dum deputado republicano, êsse projecto de lei estava destinado a nem sequer ser discutido; mas succedeu ainda que o operariado das fábricas, como lhe competia, não cuidou de o impor aos ilustres deputados, não direi para que o aprovassem, mas ao menos para que o discutissem.

Provavelmente, a proposta das casas baratas vai ser renovada na sessão legislativa próxima... ou remota — quem sabe? — e aquêles a quem o assunto particularmente interessa deviam procurar influir para êle ter a solução mais conveniente.

*
* * *

Há casas que matam, como há homens que assassinam. Justo é, pois, que se adoptem contra elas medidas rigorosas de profilaxia criminal, certo como é que a medicina que previne é muito menos contingente, e é geralmente mais barata, que a medicina que cura.

Há um interêsse social enorme em cuidar da hygiene da habitação operária, e se o egoísmo capitalista fôsse um pouco inteligente, por ganância, e não por humanitarismo, cuidaria dela com solicitude. Quando se pergunta a um roceiro de S. Tomé se o regime de trabalho naquela ilha, florescente como nenhuma outra das nossas possessões, não é uma forma atenuada de escravatura, ouve-se inevitavelmente esta resposta — *não há trabalhador em Portugal que seja tratado com as comodidades com que ali são tratados os pretos*. O facto, que é absolutamente verdadeiro, prova apenas que os roceiros de S. Tomé, uns mais do que outros, são agricultores inteligentes.

A vida e a saúde do trabalhador formam um capital que a sociedade utiliza, e que por isso mesmo lhe convém aumentar, tornando-o duma produtividade crescente. Só a morte dos parasitas, incapazes de todo o

trabalho fecundo, representa um lucro social ; a morte dum trabalhador é sempre um prejuízo. O que se dispende com a doença, nos casos em que a saúde volta, e com ela o antigo vigor, é a verba que o proprietário duma máquina tem sempre de reserva para reparações, e que lhe é descontada nos lucros.

Todo o indivíduo, seja qual fôr a sua idade e sexo, precisa duma ração de ar, como precisa duma ração de comida. E da mesma forma que os alimentos devem ter umas certas qualidades de pureza e valor nutritivo para realizarem o destino que lhes compete, o ar precisa ter um certo volume e uma certa composição para ser vitalisante.

A habitação do operário, sobretudo nos grandes centros, é pobre de ar e de luz, pobre porque não tem o volume de ar que devia ter, e pobre porque êsse pequeno volume de ar é viciado de tudo quanto pode prejudicar a saúde. A luz raramente entra à larga nessas habitações; em muitas, e aqui perto há algumas, é preciso acender uma vela ou um candieiro em pleno dia.

Nos campos, nas aldeias, nas vilas e pequenas cidades, a habitação operária deixa muito a desejar ; mas é incomparavelmente superior, no ponto de vista da higiene, à habitação operária nos centros urbanos muito populosos. Pode dizer-se, duma forma geral, que a higiene das fábricas é má, e o ar que se respira nas ruas, numa cidade de população densa, é viciado bastante. Acrescente-se a êste mal o duma higiene caseira desgraçada, e calcular-se-á até que ponto a sociedade é desamorável no abandono a que vota os seus trabalhadores, e até que ponto é estúpida na maneira como cerceia os seus rendimentos. Tive ocasião de visitar o chamado palácio do conde de Soure. Ali não se vive, morre-se lentamente, como nas velhas prisões e casamatas. Aquela pobre gente pode dizer que habita *um*

palácio, e mal se compreende que haja quem explore aquele *açougue*, alugando-o para ali se instalarem pessoas. Muito grande é, na verdade, a resistência vital do homem, para não morrer em poucas semanas a respirar naquela cloaca.

É rara a habitação operária onde não haja um número de pessoas maior do que ela comporta, e dessa acumulação não tem só a queixar-se a higiene, mas também a moral. Pai, mãe e filhos, vivem para ali numa promiscuidade criminosa, em que se geram tantas vezes novos crimes, de que só a sociedade é responsável. Quando a doença entra numa dessas tocas, o mal redobra de gravidade. É preciso deixar um pouco à vontade o doente, e para isso é preciso que os outros se apertem ainda mais. Há em toda a gente uma instintiva repulsão pelo hospital, e isso faz com que o pobre queira antes apodrecer no seu casebre, falto de tudo, a ir tratar-se, sem falta de cousa alguma, para lá. A liberdade de o fazer não deve respeitar-se além de certos limites, e já hoje, em muitos países, a lei preceitua os casos em que essa liberdade não pode ser acatada. Assim é que na Inglaterra, quando um indivíduo adoece com uma doença infecciosa, se a casa que habita está em más condições, quer ele queira, quer não, é levado para o hospital, não tendo que pagar o transporte, que é custeado pela administração sanitária. E note-se que a Inglaterra é o país onde mais se respeita a liberdade individual. Foi um sábio inglês que inventou a vacina contra a varíola; pois em país nenhum a obrigação de todos se vacinarem encontrou resistência, em nome da liberdade individual, como na Inglaterra.

* * *

É preciso reconhecer a cada indivíduo o direito de se alimentar mal, podendo alimentar-se melhor; o di-

reito de viver sem conforto, podendo fruir todos os cómodos. ¿Há pouco pão na sua mesa? É uma coisa com que os outros não têm nada.

¿É inteiramente desconfortável a sua habitação?

Isso é lá com ele. Cada um, dentro das suas posses, vive como quere, com a única, mas indispensável condição de não prejudicar os outros. Este é o limite natural de liberdade que tem o indivíduo, em sociedade, de viver a seu gosto.

Numa casa em péssimas condições higiênicas apparece uma doença contagiosa ou epidémia. Essa casa constitue um foco de irradiação mórbida, ameaçando mais do que um bairro, uma cidade, e ainda mais do que uma cidade, um país inteiro.

¿Há-de permitir-se que subsista esse perigo, em nome da liberdade dum egoísta estúpido, que não quere abandonar a sua pocilga?

A variola, como sabem, é uma doença altamente contagiosa, e é uma doença grave. Quando não mata, deixa freqüentemente sinais visíveis da sua passagem, e esses sinais constituem, muitas vezes, deformidades importantes. A beleza, na mulher, é mais do que uma graça — é um capital. Pois bem; esse capital com freqüência a variola compromete-o a ponto de o inutilizar.

Não há dúvida, a variola é uma doença grave.

Figure-se, então, um varioloso querendo passear a sua variola, no período de descamação, em que o perigo de contágio é máximo; figure-se um tal doente querendo passear a sua variola por aí, roçando-se por toda a gente, entrando em todos os lugares públicos, semeando a doença em nome da sua liberdade de trânsito!...

Não! Tudo, neste mundo, é limitado, e mais do que tudo deve ser limitada a liberdade de fazer mal.

Nada mais justificado que a obrigatoriedade da de-

claração das doenças contagiosas ; mas essa obrigação é, em geral, cumprida com uma tal falta de rigor que a ilude por completo.

Seria talvez bom que todos os doentes pudessem tratar-se em sua casa ; o carinho, a desinteressada dedicação dos parentes são elementos de *terapêutica moral* em muitos casos mais valiosos que os da *terapêutica farmacológica*.

Mas, como isso não é possível, necessário se torna fazer a hospitalização de quem não possa tratar-se convenientemente fora do hospital, sem perigo para os outros.

Só por criminoso desleixo as roupas hospitalares podem hoje semear uma epidemia, porque ou se inutilizam ou se desinfectam convenientemente, até à esterilização. Mas não sucede o mesmo com as roupas que serviram a um pobre doente, um pestoso ou um tísico, que manchou quantos trapos tinha em casa e precisou lavá-los à pressa, à medida que os manchava, para os ir substituindo uns pelos outros.

A solicitude dos poderes públicos pela hygiene das habitações não data de muito longe, e, como era natural, foi na Inglaterra, aí pelos meados do século último, que ela entrou a manifestar-se. Primeiro do que ninguém o inglês devia notar que a vida e a saúde representam dinheiro ; que a doença é um mau negócio e a morte uma falência completa. O humanitarismo inglês é todo esterlino ; na tabela de equivalências formulada pela Grã-Bretanha a cada sentimento generoso é atribuído um certo valor monetário.

Pois bem ; inteligentemente utilitarista, o inglês viu que dispendar largamente com a hygiene é fazer uma boa colocação de capital.

¿ Em tal bairro a mortalidade excede certo limite ?
Uma comissão de peritos vai inquirir das condições

higiénicas dêsse bairro, e se conclue pelas suas péssimas e irremediáveis condições de habitabilidade, dentro em nada êsse bairro é demolido, e sem grande demora surge um outro onde não falta a boa luz e o grande ar.

Foi assim que a Inglaterra conseguiu diminuir em poucos anos, em meio século, de 50 0/0 a sua mortalidade pela tuberculose.

Ainda em nenhum outro país se alcançou idêntico resultado, nem mesmo na Alemanha, onde abundam os sanatórios de toda a espécie.

Devo dizer que a variola, a que já me referi, e a tuberculose, a que me refiro agora, são doenças a que se deve dar o nome de vergonhosas. As outras, aquellas a que assim se usa chamar, são doenças terríveis, mas não merecem aquella denominação, com o significado que se lhes atribue.

Vergonhosas são todas as doenças evitáveis, doenças perigosas para o individuo e para a comunidade, doenças que só por desmazêlo criminoso ou por lamentável ignorância continuam a fazer estragos.

As casas sem hygiene devem ser espionadas, como os malfetores de carreira, os cadastrados, e os seus proprietários obrigados a beneficiá-las de modo a não prejudicarem os desgraçados que nelas habitam, sem recursos para as melhorarem. Quem se der ao trabalho, numa cidade grande como Lisboa, de comparar a habitação dos operários honestos com a habitação, por conta do Estado, dos criminosos já condenados por sentença, reconhecerá que a dos segundos é infinitamente melhor que a dos primeiros.

A Penitenciária é um palácio onde os fidalgos que o habitam trazem a cara coberta. Ali não falta a luz, não falta o ar, não falta a água. Cada prêso tem o seu quarto, bastante espaçoso e bastante arejado para lhe não prejudicar a saúde fisica e fortalecer, de algum modo,

a saúde moral. Em cada quarto há um leito, cujas roupas se mudam antes de chegarem à sujidade. A comida é abundante, feita com géneros de boa qualidade e fornecida a horas certas.

Há pequenos jardins onde os presos, umas tantas horas por dia, dão os seus passeios, desentorpecendo as pernas, e como o trabalho é uma condição de equilíbrio e vigor fisiológico, cada qual, conforme os seus gostos e as suas aptidões, faz isto ou faz aquilo, encaderna livros ou fabrica móveis.

O operário honesto, coitado, passa o dia na fábrica ou na oficina, come pouco, come mal e come à pressa, e, quando recolhe a casa, à noite, para dormir, ou se despe às escuras, por não ter luz, ou apaga a luz para se não mostrar nu aos filhos já crescidos, deitados para ali, de cambulhada.

¿Quere isto dizer que deve o trabalhador honrado fazer-se criminoso, para disfrutar os cómodos que a sociedade garante à indústria criminal?

Não; quere apenas dizer que é preciso dignificar o homem socialmente útil, arrancá-lo à miséria da sua condição, dar-lhe uma casa em que viva em substituição da pocilga em que apodrece, e facultar-lhe os meios de ser ainda mais prestimoso, avigorando a sua capacidade física e ao mesmo tempo cultivando a sua capacidade intelectual.

O problema das habitações para operários tem de encarar-se sob este duplo aspecto — no que diz respeito às exigências da higiene, e no que diz respeito ao valor dos salários. Não pode o operário, por mais que ganhe, permitir-se uma moradia de luxo; mas é absolutamente indispensável que no seu lar haja garantias da sua saúde e haja garantias da sua integridade moral.

Foge-se naturalmente da casa que nos incomoda; e quantas vezes o operário, sentindo-se mal em casa, vai

distrair-se para a taberna ! Convém dizer que a miséria anda, quasi sempre, associada ao desleixo, e que não raramente o desleixo, ainda mais que a miséria, põe o operário fora de casa, atirando-o para a taberna e para as companhias pouco recomendáveis.

Desde que o operário não tem outro rendimento que não seja o seu salário, a sua habitação, quanto a conforto, há-de ser função do que elle ganha. Embora nestes últimos anos os salários tenham aumentado um pouco, o trabalhador não tem podido melhorar sensivelmente as suas condições de vida, porque tudo o que elle consome se tornou mais caro. Os aluguéis devem ser regulados pelo salário, e este varia enormemente dentro de cada país, de terra para terra, sobretudo de cidade para cidade. Os poderes públicos podem e devem obrigar os proprietários a beneficiarem os seus prédios, segundo os preceitos da boa hygiene ; mas não podem constrangê-los a um certo preço de aluguer.

¿ Certo proprietário diz que não pode fazer no seu prédio as obras de que elle necessita para ser higiênicamente habitável ?

Pois então ou elle não aluga esse prédio, ou o Estado faz as obras necessárias e fica a receber o aluguer até se reembolsar. Digo o Estado como podia dizer o Município, achando preferível que da hygiene urbana se ocupe o Município, criando-se-lhe os recursos necessários.

O Estado não deve construir casas para alugar, mas pode muito bem incluir no seu orçamento, todos os anos, uma verba destinada a subvencionar a construção de casas higiênicas e baratas. Além disso, pode auxiliar, por modo indirecto, as sociedades que se formarem para esse fim, já dispensando-as do pagamento de certos impostos, já fornecendo-lhes por um preço módico materiais de construções de que disponha, como madeira das suas florestas, por exemplo.



Na Inglaterra as municipalidades dos centros mais populosos, como em Londres, como em Glasgow, como em Manchester, têm construído milhares de casas onde habitam milhares de famílias, vivendo bem e pagando pouco. Ainda não há muitos anos viviam em Londres 60.000 famílias em casas colectivas, isto é, promiscuamente, como num curral.

Em Lisboa há as casas-de-malta, onde vão dormir os que não podem sequer pagar um mísero casinhoto, e essas casas, sendo péssimas, não são, ainda assim, o que há de pior no género.

Em Paris, por exemplo, muitos indivíduos entram às 10 ou às 11 horas da noite para uma tasca ; fazem um pequeno consumo, trinta réis ou um pataco ; encostam os cotovelos à mesa e ali dormem até de manhã.

Provavelmente têm ouvido falar das camas de corda, e talvez tenham tomado o caso à conta de *blague*... Pois é duma autenticidade muito mais bem estabelecida que os milagres da Senhora de Lourdes, de que não me atrevo a duvidar.

Havia em Paris, como em Londres, casas onde o indivíduo ia pernoitar por dez réis. O colchão era uma tábua e o travesseiro era uma corda estendida entre duas paredes, a uma certa altura. Para a corda não incomodar, a cada freguês a casa fornecia uma almofadinha de palha, onde repousava a cabeça. Pela manhã o dono da casa desatava uma ponta da corda, e todos os fregueses acordavam ao mesmo tempo, batendo com a pinha no chão.

Na Inglaterra, como já disse, os Municípios constróem casas para operários, e as cooperativas ou sociedades de consumo destinam a tais construções uma boa parte do seu capital.

Na Alemanha são principalmente as sociedades de

crédito que exploram, no bom sentido da palavra, esta indústria, e na Itália muitas municipalidades subvencionam as cooperativas de construção.

Quanto a mim, o problema deve resolver-se pelo cooperativismo, com o auxílio, de qualquer natureza, dos Municípios e do Estado. Não cabe nos estreitos limites duma conferência dizer, em detalhes, o modo como isso deve ser feito; mas o que não posso dizer agora, neste lugar, di-lo-ei no Parlamento, quando fôr renovada a iniciativa da proposta de lei sobre casas baratas.

¿ Convirá ao operário ser dono da casa que habita?

Pelo menos, essa faculdade deve ser-lhe reconhecida na lei, ficando-lhe a liberdade de proceder como achar mais conveniente.

O socialismo colectivista, naturalmente, é contra tódá a propriedade individual, sem excluir a habitação; mas enquanto a Humanidade inteira não constituir um só organismo político e económico, a tendência de cada família há-de ser a de constituir o seu lar.

Se o tempo me chegasse, falar-lhes-ia dos jardins ou campos operários, mostrando de que vantagem êles são para o trabalhador. Já outro dia o Dr. José de Magalhães, numa passagem da sua admirável conferência, se referiu a êsse ponto, mostrando como aí está um elemento aproveitável para a educação da criança. Eu consideraria o facto principalmente sob o ponto de vista económico, mostrando como tais jardins e tais campos podem acrescer os recursos orçamentais do operário, directamente, pelo que produzem, indirectamente pela economia a que obrigam e também pela acção moralizadora que exercem.

Nas cidades de população densa faltam, por via de regra, os grandes espaços abertos, verdadeiros pulmões em que se faz a renovação do ar. Chamo-lhes espaços abertos, mas para a gente miserável êles são fechados,

porque não vai lá. Cada qual tem o seu pudor, o seu orgulho, e muitas pobres mãis que desejariam levar os filhos para um jardim têm vergonha de ir aí expor os seus fatinhos remendados ou os seus pèzitos descalços. Sucede uma coisa idêntica com a freqüência escolar, aliás obrigatória, duma obrigatoriedade... que não obriga ninguém, porque não há sanção para a respectiva falta. Devemos respeitar êsse sentimento da pobre gente escravizada à miséria económica, porque êle é, talvez, mais orgulho que modéstia, mas orgulho em que há nobreza.

Vou terminar, não querendo abusar por mais tempo da benévola atenção com que me têm escutado.

A *Caixa Económica Operária* é uma associação corporativa, criada e mantida para beneficio dos seus associados. Provavelmente, há entre êles prosélitos de tôdas as doutrinas políticas, desde as mais reaccionárias até às mais avançadas. Mas uma qualidade lhes é comum: todos são operários, todos são membros duma mesma classe. Pois bem: a todos direi que não se desinteressem da política; que não se isolem nas suas reivindicações económico-sociais, pondo a política de banda. A questão económica e a questão política são apenas aspectos da questão social. Um economista inglês, cujo nome não vem para o caso, disse que a questão económica era meramente uma questão de garfo e faca. Se assim fôsse, não seria preciso, para a resolver, um estadista como Bismarck, como Gladstone, como tantos outros a quem legitimamente se possa chamar homens de Estado. Bastaria para a resolver... a senhora duquesa de Palmela, com as cozinhas económicas...

Não; quem aconselhar os operários a desinteressarem-se da política, ou é um mistificador ou é um imbecil. Simplesmente a política, no significado que tem em ciência social, não é essa *regateirice* que para aí se desenrola à nossa vista, enchendo-nos de desgosto e

de náuseas. A política de princípios, a política como arte de reger os povos e não como manigância para os explorar, essa política devem fazê-la os operários, se quiserem alguma vez chegar à conquista dos seus ideais mais altos.

É essa a política que lhes aconselho, porque é essa a política que faço.

(Conferência realizada na *Caixa Económica Operária*, em 1909).

A instrução popular

A mais grave e a mais justificada acusação que nós, os republicanos, fazíamos à monarquia era a de conservar o povo em paradisiaca ignorância, indo para além de setenta a percentagem de analfabetos. Parecia-nos que o trono não resistiria à leitura da Carta pelos cidadãos que não vivem dos favores do Poder, homens livres que não sabem fazer uso da liberdade, quando lha concedem, e não sabem reivindicá-la, quando lha tiram.

O contacto com as pessoas que sabem ler estabelece-se por meio do livro, do jornal, da revista, o panfleto, a fôlha avulsa, conforme a instrução de cada um; mas o contacto com os analfabetos só pode estabelecer-se de forma directa, pela palavra oral, em conferências, palestras ou lições, por qualquer forma de reuniões públicas.

Para fins de propaganda política é de efeitos mais seguros e mais rápidos a propaganda pela palavra oral que pela palavra escrita, sobretudo quando às multidões, muito emotivas e pouco raciocinadoras, falam oradores de palavra quente e gesto largo, leve e sonora, vibrátil como as lâminas delgadas e compridas...

Mas a autoridade, na vigência da monarquia, doseava com muita parcimónia o direito de falar em público, indo até ao excesso de intervir, cortando a palavra aos

oradores, em assembléias que se realizavam em recinto fechado, em centros ou clubes em que a entrada só era permitida aos sócios e o assunto da palestra ou conferência era de carácter doutrinário, algumas vezes, mas muito raras, de indole científica.

Fui uma vez convidado a fazer uma conferência num centro socialista, com sede na freguesia de Santa Isabel, se bem me recordo. Adoptei este tema, que veio publicado nos jornais — «As aspirações socialistas e os princípios basilares da República».

Naquele tempo eu vivia nas melhores relações com o operariado de Lisboa, que me reputava socialista teórico, honestamente convencido de que não poderíamos chegar ao socialismo governativo sem passarmos pelo governo republicano.

Mal entrei em matéria, tendo falado durante uns escassos dez minutos, ergue-se no meio da assembléia um polícia de revista, polícia da secreta, sem farda, e declara perentoriamente: — *a reunião está proibida...*

Pregunto-lhe quem é, para saber com que autoridade apparecia a dar ordens na casa alheia, e elle exhibe as suas credenciais de bufo, isto é, o seu cartão-de-identidade, passado na devida forma.

— Está muito bem, mas isto é uma conferência...

— Seja o que fôr, tenho ordem de proibir tudo.

Às vezes a intervenção da autoridade fazia-se brutalmente, com pranchadas e tiros; mas já nos temos lembrado muitas vezes, com saüdade, do Sr. capitão Dias; e até o juiz Hoche perpassa, de quando em quando, fugitivamente, como uma sombra, pelas nossas vagas recordações, vagas e saüdosas, a-pesar-de tudo...

Nunca menti a uma assembléia popular, nem para me fazer aplaudir, nem para a levar, no estonteamento dum entusiasmo de ocasião, a adoptar a causa que eu evangelizava, na passividade ou automatismo duma crente que toma como verdades tôdas as afirmações que lhe

fazem em tom dogmático, indemonstráveis como os mistérios, os postulados e axiomas. Sempre me quis parecer que as multidões compreendiam o que eu lhes dizia, não se entusiasmando com os meus discursos, mas ouvindo com interesse os meus singelos dizeres. E' que eu falava-lhes em termos de elas me entenderem, acomodando-me à sua exigüidade mental, esforçando-me por lhes brocar o cérebro em vez de lhes fazer cócegas na medula.

Recordo-me de ouvir dizer a um tribuno, discursando na Lourinhã:

— «Cidadãos! A minha alma, como a agulha magnética, procura o norte da Pátria, que é a República.»

O maior comício que se fêz em Lisboa, na vigência da monarquia, se bem me recordo, effectuou-se nas chamadas *terras de D. Amélia*, ocupadas hoje pelo extremo norte da Avenida Almirante Reis. A assistência, segundo os cálculos que então se fizeram, porventura um bocadinho exagerados, foi de cinquenta mil pessoas. Nesse comício um orador, rematando o seu veemente discurso, delirantemente aplaudido, disse: — «E' necessário pegar na monarquia, essa Messalina sem vergonha, metê-la no fundo do oceano, lá onde rasteja o caranguejo, e cuspir-lhe».

Foi uma trovoadas de palmas e de gritos, e eu vi toda aquela gente alongar os beiços, no jeito de quem vai cuspir... O capitão Dias, esforçando-se por manter a austeridade do seu cargo, mostrou-se comovido.

Vivemos em República há muitos anos; e a percentagem de analfabetos que nos legou a monarquia, se não aumentou, também pouco diminuiu.

Mais de setenta por cento dos cidadãos portugueses, antes de cinco de Outubro, não eram capazes de ler a Carta; outros tantos, se não mais, na hora que passa, são incapazes de ler a Constituição da República...

Se o problema tem sido atacado a sério, com ânimo de o resolver, desde que ao Estado foi dada a nova fórmula jurídica, a nossa percentagem de analfabetos estaria hoje reduzida a proporções mínimas, igual à que nos países civilizados, e de marcha progressiva, assinala essa inevitável calamidade. Milhares e milhares de contos gastos em obras sem utilidade que justifique despesas tão avultadas, chegariam para construir as escolas que nos faltam, apetrechando-as tôdas convenientemente, para bem realizarem o seu destino.

O ensino primário deve ser obrigatório; mas o Estado não pode efectivar essa obrigação, relativamente ao grande número, enquanto só houver um têrço das escolas que devia haver, e tôdas as crianças pobres, na idade escolar, não puderem frequentá-las, por motivos de ordem económica, umas não tendo que comer, outras não tendo que vestir, os pais de muitas, um grandíssimo número, não podendo distrair do seu orçamento caseiro, reduzido ao mínimo, as quantias necessárias para a compra de livros, canetas, lápis e papel.

Não há exército, no mundo, em que o número de soldados analfabetos seja tão grande como entre nós; e sabe tôda a gente que o analfabetismo do soldado é um sério motivo de inferioridade em campanha.

Pois bem; com o serviço militar obrigatório era facilissimo instruir todos os mancebos apurados, e isso não custaria dinheiro ao Estado, porque os quartéis seriam escolas e os oficiais ou sargentos seriam professores.

Não temos escolas primárias, e o número de analfabetos, como já ficou dito e repetido, anda à roda de sessenta por cento; mas temos três Universidades e muitos milhares de doutores, categoria social que veio substituir, sem vantagem, a dos fidalgos de terceira classe — barões, comendadores e viscondes. Mas parece que assim é que vamos bem e que as nos-

sas lamentações nada mais são que rabugices de velho, visto ninguém se empenhar de-veras em que tomemos por outro caminho.

* * *

Oficialmente não se consideram analfabetos os indivíduos que soletram as palavras e juntam o nome, fazendo mal uma e outra coisa. Também se não consideram analfabetos, oficialmente, os indivíduos que apenas soletram as palavras escritas em letra-de-fôrma, olhando para os manuscritos como para um papel de música...

Se da estatística deduzirmos o número avultado desta categoria de *letrados*, a percentagem dos analfabetos não ficará longe dos setenta, com certeza excedendo de muito a percentagem oficialmente apurada.

Há um mínimo de instrução que deve ter todo o indivíduo normal, não importando, para o caso, as anomalias físicas compatíveis com o regular desenvolvimento da inteligência. Esse mínimo não pode consistir em soletrar as palavras impressas, ajuntando mal as letras para formar as sílabas, e em muitos casos não sabendo ajuntar as sílabas para bem pronunciar as palavras.

É freqüente, no Alentejo, não se encontrar um único indivíduo que saiba ler, num rancho de vinte ou trinta trabalhadores, homens ou mulheres. De duzentos operários inscritos numa associação de classe, trabalhadores rurais, numa das freguesias do meu concelho, apenas cinco sabiam ler.

Nenhum exército do mundo tem a percentagem de analfabetos que tem o nosso, e o pior de tudo é que o analfabeto que assentou praça, quando deixa as correias, na quasi totalidade dos casos, lê nas estrêlas e escreve nas paredes, fazendo riscos, como disse João de Deus.

Ignorantes como os nossos soldados, com pequena diferença, são os nossos emigrantes, e todos os anos emigram para a terra estranha milhares de trabalhadores...

Seria fácil ensinar a escrever a todos os mancebos analfabetos que são chamados ao serviço militar, e para isso se conseguir não seria necessário praticar violências de qualquer natureza, bastando não lhes dar baixa sem terem adquirido êsse mínimo de instrução.

Relativamente aos emigrantes, o caso é diverso, não sendo justificada a violência de impedir que um homem emigre só porque em criança não frequentou uma escola que devia haver e não havia na sua aldeia ou lugarejo.

O Estado não pode efectivar a obrigatoriedade do ensino sem que haja as escolas que deve haver, dada a extensão do nosso País, a distribuição dos seus habitantes e a densidade, aliás muito pequena, da sua população.

Apenas isto?

Mais alguma coisa para que a obrigatoriedade realizada seja exequível e não levante justificados protestos.

Muitas crianças, mesmo em Lisboa, não frequentam a escola por não terem roupa nem calçado; por não poderem comprar os utensílios escolares — *não confundir com utensílios gramaticais, da autoria do Sr. Alfredo de Magalhães* — de que precisam, e ainda porque na escola não há uma cantina que lhes forneça de graça, ou quasi de graça, uma refeição que lhes conforte o estômago.

No campo as crianças, aos 7 anos, algumas vezes ainda mais cedo, são já uma utilidade, que os pais aproveitam, não por ganância, mas por necessidade, umas vezes pondo o *miúdo* de guarda a um ferragial, por ocasião das sementeiras, outras vezes confiando-lhe a guarda dum animal que não podem ter em casa e precisam

não deixar em liberdade, no respeito devido à propriedade alheia.

Temos um têrço, pouco mais ou menos, das escolas que devíamos ter, e dessas a maior parte não satisfaz aos mais rudimentares preceitos da hygiene escolar, que deveria merecer do Estado a mais solícita atenção.

Seria óptimo, até como processo de educação cívica, que tôdas as crianças, pobres e ricas, freqüentassem as escolas públicas, não se proibindo aos ricos a freqüência das escolas particulares ou o ensino doméstico, pagando uma contribuição escolar, variável com a fortuna de cada um. O produto desta contribuição seria exclusivamente destinado aos variados serviços da instrução primária, que é necessário melhorar, e não apenas difundir.

As pessoas ricas, sem encargos de família, dum modo geral os solteiros e viúvos sem filhos, também seria justo que pagassem uma contribuição escolar, que só levantaria protestos sendo exagerada ou não sendo equitativa.

Mas as nossas escolas, na sua grande maioria, são perfeitos modelos de casas sem hygiene e sem conforto, destinadas à curta permanência de indivíduos em formação, menos resistentes que os adultos a variadas causas de doença.

Nestas condições, fugir da escola é, algumas vezes, fugir dum perigo ; obrigar à freqüência da escola pode ser a condenação a uma pena que não corresponde, embora desproporcionadamente, a qualquer falta, crime ou delito.

Querer dar ensino escolar sem ter escolas é quasi o mesmo que querer preparar uma *omelette* sem ter ovos ou, como dizem os franceses, fazer um cozinhado de lebre sem ter lebre.

Nada mais fácil do que efectivar a obrigatoriedade dos pais ou tutores, com relação ao ensino primário,

desde que o Estado cumpra a sua obrigação de abrir escolas em número suficiente, bem apetrechadas do respectivo material, chamando assim a tudo quanto é necessário para o seu bom funcionamento.

A nossa percentagem de analfabetos é uma vergonha, mesmo dando de barato que ela não vai além de cinquenta por cento.

Até há poucos anos só a Rússia, de extensão infinita, o sul da Itália e a Turquia, emparelhavam connosco na percentagem de analfabetos. A Bélgica andava pela nossa craveira, governada pelo partido católico durante perto de trinta anos, sabido como é que *a santa ignorância* dos fiéis sempre foi uma virtude, um merecimento aos olhos da Igreja católica, apostólica e romana.

Se fôsse possível um Império universal, êle seria uma *Irmandade*, tendo como chefe supremo o Papa, e assentaria no obscurantismo do povo, a grande massa ignorando o simples ler e escrever, e a *elite* dirigente deformada mentalmente, à moda dos jesuítas.

Lê-se isto nas *Constituições* de 1559, estava decorrendo o concílio de Trento :

«Todo aquêlê que estiver ao serviço da Sociedade não deve saber ler nem escrever, nunca se instruirá sem o consentimento do geral da Ordem, porque lhe basta servir com tôda a simplicidade e humildade J. C. nosso mestre.»

Assim respondia Loiola a Lutero, o qual, anos antes, proclamava a necessidade de haver escolas em todos os lugares, tanto para rapazes como para raparigas.

Um país de analfabetos é um rebanho entregue à guarda de lobos.

A instrução mínima, a que se adquire nas escolas

primárias, é a obrigação e o direito de todo o indivíduo, macho ou fêmea, hábil para a receber, e mal se compreende que dessa obrigação seja dispensado o maior número, que dêse direito seja esbulhada a grande massa social.

Já hoje se não pode repetir a conhecida frase de Victor Hugo — «abrir uma escola é fechar uma cadeia», mas ainda que haja de se abrir uma cadeia junto de cada escola, em nome da dignidade humana e dos mais altos interesses da Sociedade, nós reclamamos que se abram escolas.

* * *

Em Portugal há menos de metade das escolas que devia haver, umas 7.500, havendo para estas escolas, entre efectivos e auxiliares, uns nove a dez mil professores. Bem sabemos que há escolas particulares; mas além de serem em muito reduzido número, não podem admitir, pela sua exigüidade, tantos alunos, cada uma delas, como qualquer escola oficial, e muitas são regidas por indivíduos sem a necessária idoneidade para o exercício de função de tamanha importância.

¿ De que serve estar escrito na lei que a instrução primária é obrigatória, se quasi metade da população escolar não tem, não pode ter, lugar nas escolas oficiais?

Há um mínimo de instrução — o simples saber ler, escrever e contar — que deve ser proporcionado a todos que o possam receber, e esse mínimo é que por lei deve ser obrigatório e gratuito, servindo a gratuidade para autorizar a obrigação. Pode dizer-se, e é verdade, que o mesquinho saber ler, escrever e contar de pouco vale como vantagem social; mas é duma grande vantagem para os indivíduos que o possuem, seja qual fôr o seu sexo.

Excluída a hipótese bíblica da criação do mundo, é

tão fantasioso dizer para que foi criado o homem, como para que foi criado o burro, o porco, o lagarto, o percevejo, o rato e a aranha...

A velha teoria da finalidade passou ao depósito das coisas fora de uso no cemitério da História em que se recolhem os cadáveres, sentimentos das idéias, que alguma coisa representaram na evolução espiritual da Humanidade.

Seja como fôr, a verdade é que o homem é um ser eminentemente social, e que a Sociedade, fora da qual não podemos conceber sequer a sua existência, é a imprescindível condição para que ele realize os seus fins individuais.

Consideradas as coisas sob êste ponto de vista, pode dizer-se que tudo quanto é, na realidade dos factos, uma vantagem dos individuos, representa também, em proporções variáveis, mínimas às vezes, mas sempre de valor positivo, vantagem social.

Mal se comprehende, e de forma alguma se desculpa, que nas sociedades civilizadas do nosso tempo ainda haja homens analfabetos, homens para quem o saber ler, escrever e contar, reduzidos êstes predicados à sua expressão mais simples, sejam um mistério tão profundo e tão obscuro como o da Santíssima Trindade...

! Pois há, e na sociedade portugueza êles representam mais de metade da população, à roda de sessenta por cento !

Valendo uma Nação o que valem os seus naturais, em número e qualidade, mal se comprehende que não seja a cultura do homem, no triplice ponto de vista físico, intelectual e moral, o objecto de maior solicitude por banda dos governantes, dispondo em favor da Sociedade de todos os recursos do Estado.

Por via de regra, mais preocupou sempre, e mais preocupa ainda, em tôda a parte, o número que a qualidade, sendo todavia certo que aumentar o número es-

capa mais à acção do Estado que melhorar a qualidade.

Viu-se, no decurso da Grande Guerra, que a França não era um país em degenerescência, pois não havia perdido o vigor, que sempre fez dos seus soldados um exército de valentes, nem perdera aquelas virtudes civicas que fizeram dela, no juízo de Renan, um povo messiânico.

Tôdas as outras condições iguais, o povo que tiver a superioridade numérica sobre os outros quási tem garantido o seu triunfo na eventualidade de um duelo singular.

Nós, em Portugal, somos poucos, e, além de sermos poucos, somos gente pobre, *mal instruída e pior alimentada*.

Só os privilegiados da fortuna têm mesa farta; comem até mais do que conviria que comessem para agüentarem o esforço... de não fazerem nada. O que cada português consome em pão, em carne, em manteiga, em açúcar, é menos, é muito menos do que consomem os habitantes dos outros países nesta Europa velha e rabugenta. Somos um País grandemente produtor de vinho; pois mesmo como consumidor de vinho, o português parece viver em regime de dieta. A regra, considerada a generalidade da população, sobretudo nas aldeias e vilas, pequenos centros populacionais, a regra é, aos domingos, beber a cair, e de semana nem o provar. É um regime de enxurrada, como o dos nossos rios — ou enchem a trasbordar, ou correm aflitos para o mar, pedindo-lhe a esmola de uma sede-de-água...

Vivemos em regime de *deficit* permanente, tanto no que diz respeito ao pão do corpo como ao pão do espírito, sendo tão necessário um como o outro, embora seja verdade, como se lê nos Evangelhos, que nem só de pão vive o homem...

Ambos êstes problemas — o da Escola e o da Terra —

exigem cabal satisfação, e não me parece que seja um trabalho de Hércules resolver os dois ao mesmo tempo. Basta que os governos o queiram, com decidida boa vontade, pondo ao serviço do seu querer os recursos de que naturalmente dispõem.

Resolver o problema agrário é tornar o País independente do estrangeiro em muitos milhares de contos, e proporcionar à gente que não é rica, que não é sequer remediada, maior fartura na sua mesa.

Resolver o problema do ensino *é operar da catarata milhares de pobres cegos, que não podem dar um passo sem guia*, porque aos cegos de entendimento não succede como aos do corpo — hiperestesiarem os outros sentidos, compensando, dentro de certos limites, em geral bastante largos, a sua deplorável falta de vista...

Ensino de Direito

À proposta de lei criando uma Faculdade de Direito em Lisboa foi apresentada aí pelas três ou quatro horas da manhã. Era demasiadamente cedo, ou demasiadamente tarde, como quiserem, para discutir uma proposta de tanta importância; mas a essa mesma hora discutia-se o orçamento de despesas do Ministério do Interior, e nas duas horas anteriores tinha-se discutido todo o orçamento de despesas do Ministério do Fomento. Isto quer dizer que falta autoridade aos que discutiram êsses orçamentos em menos tempo do que o necessário para os ler, mesmo lendo de-pressa, para gritar contra a violência de se criar, em menos de duas horas, uma Faculdade de Direito em Lisboa?

Mas é que a apresentação duma tal proposta, à hora em que os legisladores cabeceavam, sentindo as pálpebras de chumbo, é um verdadeiro *guet-apens*.

Sabe o leitor que a comissão do orçamento do Ministério do Interior, entre várias propostas que entendera dever apresentar, incluiu esta — a extinção da Universidade de Coimbra! Tôda a gente tomou esta proposta como uma *boutade*, o exagêro dum académico que tem assento no Parlamento, e que desde os seus tempos do liceu se habituou a ouvir dizer da Universidade de Coimbra as coisas mais ofensivas da sua reputação como fábrica de bacharéis.

E quem fazia contra a Universidade uma tão descaróavel propaganda de descrédito?

Todos o sabem, e inútil será pretender ocultá-lo — essa propaganda era feita, quási exclusivamente, pelos próprios bacharéis que a Universidade todos os anos atirava para a via pública, excepção feita dos *ursos* que recrutava para os triunfos do *capelo e da borla*, insígnias sem as quais se não podia ser professor.

¿Era justificada essa propaganda?

Talvez pecasse pelo exagêro, mas a verdade é que a Universidade não se afirmava, praticamente; e, no que respeita ao Direito, como oficina de ciência, reduzia-se tôda a sua actividade mental à confecção de bacharéis — êsses mesmos bacharéis que faziam contra ela uma intensa e apaixonada propaganda de descrédito, afirmando que não sabia ensinar, e era duma escandalosa parcialidade nos seus julgamentos. Muitos dos bacharéis que assim propagandeavam eram a prova flagrante de que ela não sabia, realmente, ensinar, e ainda eram a prova de que também não sabia julgar, pois lhes conferira o almejado diploma...

Fôsse como fôsse, o descrédito da Faculdade de Direito vinha de muito longe, e foi principalmente a obra dos bacharéis, umas poucas de gerações de bacharéis, qualquer delas pior do que as outras.

A governação pública, desde longos anos, tem sido monopolizada pelos homens de Direito, mercê dum êrro ou superstição em via de se desfazer; e sabe muito bem o leitor, sabemos todos nós perfeitamente, como ela, em oitenta anos de inépcia e desvarios, ia liquidando uma nacionalidade de oito séculos de vida autónoma, descontando os sessenta anos de jugo filipino...

A geração de 1907, a que fêz a *grève*, e que tanto nobilitou o seu movimento, reclamou com o maior vigor a criação, em Lisboa, duma Faculdade de Direito, e essa reclamação fê-la sua o partido republicano, que de

forma alguma pensou em hostilizar Coimbra, prejudicando-a nos seus interesses económicos.

Sabe-se que miserável solução teve essa *gréve*, contribuindo para tal miséria os próprios que deviam empenhar-se em que ela fôsse resolvida sem que os rapazes ficassem diminuídos na sua galharda altivez, sem que houvesse lesão da sua integridade moral.

Na vigência da Monarquia muitas vezes se pensou em criar em Lisboa uma Faculdade de Direito; mas às razões pedagógicas sobrepunham-se razões eleitorais, e nenhum governo teve a fácil abnegação de sacrificar um círculo a uma obra de superior alcance moral e pedagógico.

Veio a República, e logo todos viram que a criação, em Lisboa, duma Faculdade de Direito tinha de ser um facto. Esperava-se que êsse facto se produzisse no período de ditadura revolucionária, e êsse seria, na verdade, o bom ensejo para fazê-lo.

O Ministro do Interior, no Governo Provisório, reformou os estudos jurídicos, e criou duas Universidades, uma em Lisboa e outra no Pôrto. Circunstâncias de momento levaram-no a não criar em Lisboa uma Faculdade de Direito, deixando incompleta a sua Universidade. Mas criou uma *Faculdade de Ciências Económicas e Políticas*, a qual se converteria numa Faculdade de Direito com a simples adjunção de três ou quatro cadeiras, algumas das quais já existiam em Lisboa. Quere dizer, o Governo Provisório não criou em Lisboa uma Faculdade de Direito, mas procedeu de modo a tornar manifesto que essa criação havia de fazer-se na primeira oportunidade.

Fizemos parte do Governo Provisório, e, como todos os nossos colegas no Ministério, éramos de opinião que Coimbra não poderia deter, na República, o monopólio de fabricação de bacharéis, que lhe tinha dado e mantido a Monarquia.

Dizia-se que Coimbra sofreria muito nos seus interesses económicos se fôsse criada em Lisboa uma Faculdade de Direito, mas isto era uma afirmação gratuita, produzida à laia de axioma, sem nenhuma espécie de prova. Quisemos, todavia, considerá-la como verdadeira, e ao nosso colega do Interior dissemos que fôsse a Coimbra e oferecesse à cidade tôdas as compensações que ela entendesse serem-lhe devidas e que o govêrno considerasse como legítimas, sem regatear em generosidade. No que dependesse do Ministério do Fomento essas compensações seriam dadas, porque a isso nos comprometíamos, só com a reserva de nos ser feito algum pedido a que fôsse impossível aceder. Ninguém, no govêrno de que fazíamos parte, tinha má vontade contra Coimbra; não estava no ânimo de nenhum de nós causar qualquer prejuízo àquela velha cidade, e dava-se até o caso de serem quatro dos ministros, filhos espirituais da Minerva coimbrã.

Quere dizer: desde a reforma dos estudos jurídicos, a Faculdade de Direito em Lisboa estava virtualmente criada. Os tempos foram passando, e Coimbra viu que o regime dos cursos livres, não como o decretara o Govêrno Provisório, mas como êle fôra interpretado pela Universidade, privava a princesa do Mondego duma população académica bastante considerável, resultando daí um verdadeiro e considerável prejuízo que havia de afectar duramente quasi tôdas as suas classes. É certo que o Govêrno Provisório já alguma coisa dera a Coimbra, e dera-lho, precisamente, a título de compensação.

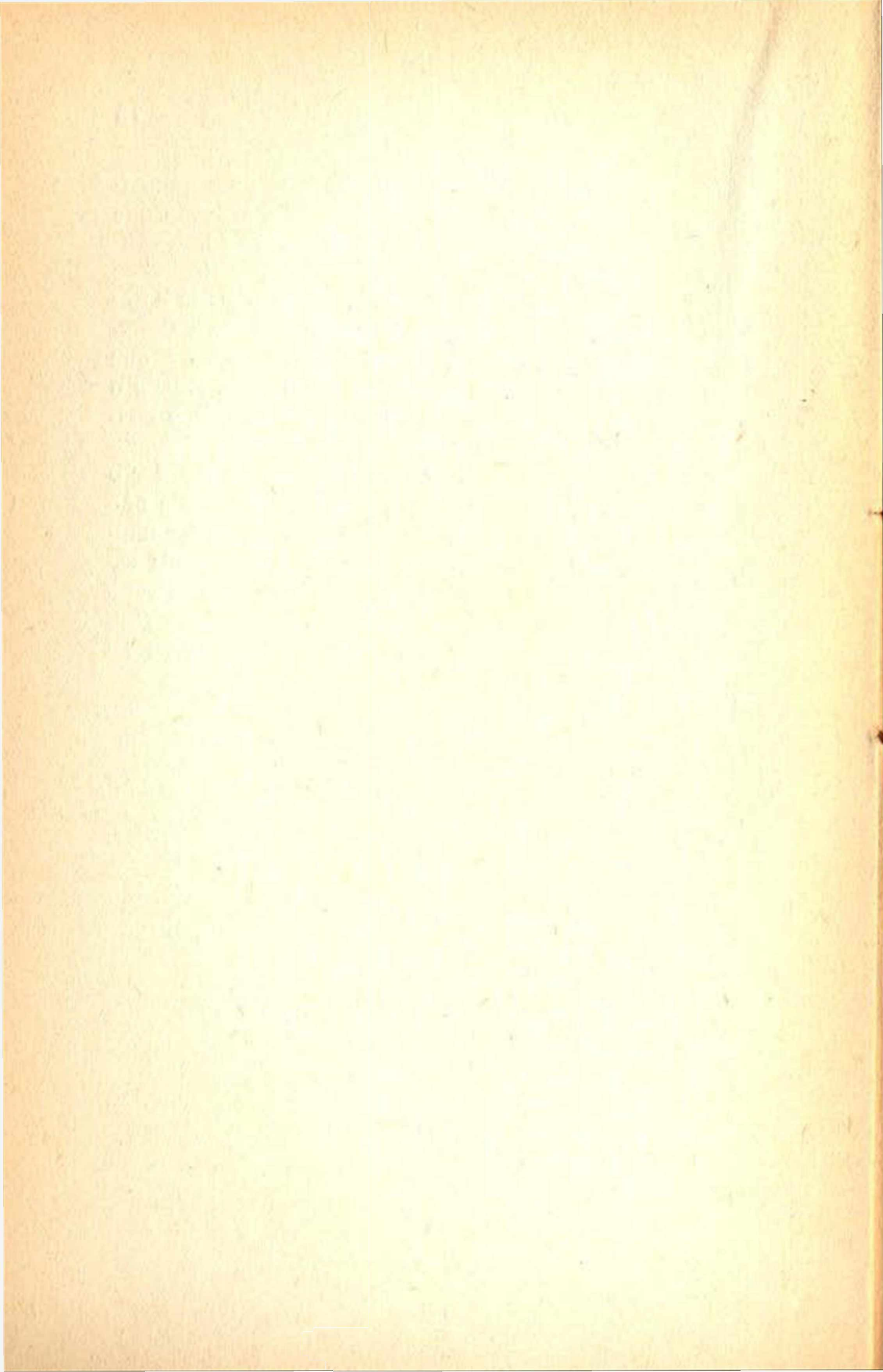
Não era suficiente?

Pois muito bem; essa questão tinha de ser francamente posta aos governos da República, e debatida num sereno e resolutivo propósito de a resolver com equidade. Passado o momento da surpresa, extinto o fogo duma paixão respeitável, por ser sincera, todos poderiam falar e discutir plácidamente, pesando com justeza

os factos, medindo com rigor o alcance dos argumentos aduzidos e adoptando, por fim, uma solução que para o Estado fôsse honesta e para Coimbra fôsse vantajosa.

Dizia-nos alguém — um homem de alto espírito e nobilíssimo carácter, um homem que muito quere a Coimbra, amando-a com tôdas as fibras do seu coração — que mais prejudicou aquella magnifica e lindíssima cidade o encerramento do colégio das Ursulinas do que o chamado desdobramento da Faculdade de Direito.

Achamos natural que Coimbra gostasse de manter o exclusivo do ensino de Direito; mas essa exigência não era razoável; contra ela vinha protestando, de há muito, a pedagogia científica. A República não podia escusar-se de fazer o que fêz, mas a criação duma Faculdade de Direito em Lisboa não podia ser motivo para que a cidade de Coimbra se considerasse ferida ou lesada pelo regime republicano.



Ensino técnico

Foi em 23 de Novembro de 1910, se não estou em êrro, que fui encarregado, por decreto publicado no *Diário do Govêrno*, de gerir a pasta do Fomento.

Duas importantíssimas questões havia a resolver, sem delongas, por aquêlê Ministério, e ambas importavam muito ao prestígio das novas instituições, importando muitissimo, uma delas, à economia do País. Estas duas questões eram a dos açúcares da Madeira — a *questão Hinton* — e a da falência do Crédito Predial.

Tive a felicidade, para resolver a questão do Crédito Predial, embaraçosa por mais dum motivo, de encontrar à frente da respectiva companhia um homem de inteligência e de carácter, firmemente resolvido a sanar males que vinham de longe, na convicção inabalável de que o organismo avariado que tinha entre mãos comportava uma terapêutica heróica, e era ainda, sob a condição de lha applicarem com inteligência e decisão, susceptível de cura.

Para resolver a *questão Hinton*, muito mais importante sob o aspecto moral do que sob o ponto de vista de interêsses gerais da Nação, tinha a fôrça e a autoridade dum novo Regime sem más tradições, e tinha o arnês duma honestidade individual que nunca fôra posta em dúvida, suficientemente rijo para me livrar de caluniosas suspeições.

A minha preocupação máxima, entrando para o Ministério do Fomento, consistia em resolver bem estas duas questões, à primeira das quais, sendo deputado, eu tinha, no desempenho do meu honroso mandato, consagrado algumas horas de estudo. Mas não podia limitar-se a isso, e ao expediente da Secretaria, a minha actividade ministerial; e, visto que aceitara um alto lugar na governação pública, carecia de tentar os máximos esforços para ser, na mais larga medida em que isso fôsse possível, útil ao meu País.

Convencido da necessidade de promover o desenvolvimento da agricultura, habilitando-a a bastar às necessidades do País, logo assentei em reformar o seu ensino, pois que numa época essencialmente caracterizada pela adaptação da ciência ao trabalho, a indústria mão não pode ser feita, não pode ser dirigida pela Rotina.

Tive o bom senso de escolher, e tive a felicidade de encontrar para meu colaborador, no desempenho dessa parte da minha função governativa, um homem de subida inteligência e sólida instrução, um ilustre professor de agronomia: o Sr. Joaquim Rasteiro, que para mais era nome bemquisto entre os lavradores, um dos *carolas*, digamos a palavra, da questão agrícola. Mercê da sua altíssima competência, da sua inexcedível dedicação pelo serviço público, em que ia também, digo-o com orgulho, um pouco de dedicação pessoal, eu pude fazer alguma coisa de útil para a agricultura do meu País.

É manifesto que eu não poderia, como Ministro do Fomento, deixar de atender à situação da indústria propriamente dita, tanto mais que naquele Ministério, ainda no tempo da Monarquia, me precedera um estadista bem digno dêste nome, um homem de superior talento, que vincara a sua passagem, aliás pouco duradoura, pelas regiões do govêrno, por maneira indelével. Já o leitor adivinhou que me refiro a Emídio Navarro.

Precisava, para empreender uma larga reforma do ensino técnico industrial e comercial, de encontrar os *meus homens* ; e tratei de os procurar. Não me foi difícil encontrar os dois de que carecia ; simplesmente um dêles, Basilio Teles, que eu desejava pôr à frente da *Escola do Comércio*, recolhido aos seus estudos de gabinete, opôs às minhas reiteradas instâncias uma recusa formal. O mesmo não sucedeu com o Dr. Alfredo Bensaúde, que prontamente acedeu ao meu convite para ser o director do Instituto Industrial, e logo se pôs a trabalhar na reforma dêsse velho estabelecimento de ensino.

Nunca falara ao Dr. Bensaúde ; sabia que era um homem de ciência, um professor ilustre e um trabalhador de raras faculdades. Também sabia que era um artista, e sempre os homens de ciência que professam a religião da Arte me merecem particular estima.

Reconhecida a necessidade de reformar o ensino industrial, justo me pareceu começar de cima para baixo. Por mais duma vez, nos tempos da propaganda, evidenciando os males do analfabetismo, eu disse que tendo de reformar e desenvolver o ensino, se não pudesse fazê-lo ao mesmo tempo em tôdas as direcções, começaria de cima para baixo. É mau, sem dúvida alguma, que numa sociedade haja, como entre nós, uma percentagem de analfabetos em redor de 60 por cento ; mas é muito pior que essa sociedade se mova à vontade duma *élite* que, a-pesar-de saber lêr e escrever, se pode considerar *analfabeta*, não porque ignore o valor das letras e não seja capaz de as associar em palavras, mas porque não tem faculdades de análise e de crítica e não é capaz de raciocinar.

A *criação* do Instituto Superior Técnico, pois bem pode chamar-se assim à reforma do velho Instituto, é uma das melhores obras da República, e essa obra deve-se àquele homem superior que o dirigiu, em nada

mais pensando do que no seu Instituto, querendo-lhe como se elle fôsse... um raro, um ignorado *stradivarius* !

Temos hoje, no País, uma escola de engenheiros, que já não precisa que encareçam o seu valor, porque ella o fez, em cada anno, atirando para a vida, para a labuta das fábricas e serviços congéneres, rapazes superiormente habilitados. Os cursos do Instituto, péssimamente instalado, funcionavam como os melhores do estrangeiro, o que representa, por banda dos professores, um milagre de competência, de zêlo e boa vontade.

Quando o Instituto tiver as instalações que se lhe destinam, elle será um estabelecimento modelar, que desvanecidamente poderemos mostrar aos estrangeiros de países onde o ensino técnico merece atenções e desvelos.

Estou a ouvir o leitor, que me não pode tragar, a dizer por entre dentes : — *Pois sim, mas o Instituto é o Dr. Bensaúde, não é você...*

Perfeitamente exacto.

Uma noite, o velho Dumas assistia à *première* duma peça do filho, que teve grande êxito. Dizia um invejoso, não se atrevendo a morder na peça : — *Confesse, querido Mestre, que V. fez ali alguma coisa...*

E o velho Dumas, bonacheirão, naturalmente desvanecido com o triunfo do rapaz : — *Fiz o melhor da peça — o autor.*

Aplicando *el cuento...*

A lição do Crédito Predial

A narrativa da vida da Companhia Geral do Crédito Predial Português é uma página interessante da nossa história contemporânea e contém lição profícua, que importa não desaproveitar.

Três potentíssimas máquinas de guerra assestou o Partido Republicano contra a Monarquia, nos três ou quatro últimos anos anteriores ao cinco de Outubro — a questão dos adiantamentos, a questão Hinton e a questão do Crédito Predial. Esta última forneceu aos deputados republicanos, em perfeita concordância com os deputados dissidentes, o justificado motivo para uma campanha que devia ser o último acto preparatório duma revolução triunfante. De começo pedia-se um inquérito ; por fim gritava-se, até ser levantada a sessão — Penitenciária ! Penitenciária !...

¿ O que vinha a ser a questão do *Crédito Predial* ?

Vinha a ser uma obra de desleixo, levada ao esquecimento dos mais elementares deveres, e de incorrecções, levadas a extremos criminosos, obra em que uns colaboravam com a sua incompetência e outros com a sua deshonestidade.

Cometera-se o êrro grave de meter a política na administração da Companhia, chegando-se ao cúmulo, nos últimos anos, de se fazer a *navette* entre a Presidência do Ministério e o governo da Companhia, com políticos de pólpa no conselho fiscal.

Os administradores não administravam ; os fiscais não fiscalizavam ; e os accionistas, reunidos em assembléia geral, votavam como lhes pediam ou lhes ordenavam, não se apercebendo de que a barcaça, vogando sem governo, iria despedaçar-se nas rochas...

No decurso de 1910 tornou-se inevitável o escândalo que se pretendia encobrir, recorrendo a expedientes de vária ordem.

A Companhia estava, na realidade, falida ; os vícios da sua administração estavam patentes ; havia crimes confessados.

Proclama-se a República ; o Dr. Sousa Rodrigues, governador da Companhia, procura o ministro do Fomento — que era eu, à falta de homens — para saber em que disposições estava o Governo Provisório para com aquêlê estabelecimento de crédito.

O Governo Provisório era de opinião que se desse por falida a Companhia, apurando-se as responsabilidades criminais de quem as tivesse, e supunha-se que elas se apurariam em relação aos vultos políticos que na sua administração tinham dominado por largos anos. O ministro do Fomento era de opinião que se tentasse a reconstituição da Companhia, declarando peremptoriamente que saíria do Ministério se a tentativa de reconstituição se não fizesse.

O Crédito Predial representava, na economia do País, para cima de vinte mil contos, o que seria de atender em tôda a parte e se impunha à atenção dos governantes num País como o nosso, economicamente pobre e financeiramente miserável.

No descalabro da Companhia era necessário distinguir a parte que era devida a *defeitos* da sua estrutura ou organização, e a parte que era devida — *le gros morceau* — a *vícios* do seu funcionamento. Fácil nos parecia corrigir os defeitos, e não tínhamos por impossível, embora fôsse menos fácil, emendar os vícios,

pondo nesse empenho muita firmeza e uma decidida boa vontade.

Reconstituída a Companhia e assegurado o seu regular funcionamento, o Governo Provisório não tinha que dar-se a tratos para criar um instrumento de crédito predial e poderia então, com desafôgo, empreender a criação do Crédito Agrícola e o levantamento do cadastro da propriedade rústica, que já merecera a solicitude dos governos da Monarquia, aí por 1847. A Companhia, embora a isso autorizada pelo seu Estatuto, nunca fizera operações de crédito agrícola propriamente dito, e por esse País além a usura explorava a agricultura, a grande e pequena agricultura, mas sobretudo esta última, fazendo do agricultor um escravo da terra, mal chegando a tirar dela o bastante... para se manter em escravidão.

Constituído e assente em boas normas o *Crédito Predial*; organizado o *Crédito Agrícola* e traçado o cadastro da propriedade rústica, segundo qualquer dos tipos já adoptados, o italiano ou o francês, por exemplo, o Governo Provisório teria contribuído eficazmente para a regeneração económica do País, e teria mesmo, de certo modo, e dentro de certos limites, justificado a mudança de instituições.

Impunha-se, pela força das circunstâncias, resolver imediatamente a questão do Crédito Predial, que muito gravemente contribuíra para a queda da Monarquia, e poderia ser, conforme a solução que se lhe desse, uma pedra em falso nos alicerces da República.

Assente que o ministro do Fomento estudaria o caso e levaria a conselho de ministros a solução que houvesse por mais conveniente, entrei em relações com o governador da Companhia, a respeito de quem tinha ouvido as mais lisonjeiras referências, não o conhecendo pessoalmente.

O ministro tinha o *valor de posição*, de que carecia

o Dr. Sousa Rodrigues, para levar a bom termo o seu empreendimento — a reconstituição da Companhia ; o Dr. Sousa Rodrigues tinha o *valor absoluto*, feito de inteligência, saber, vontade e carácter, que o ministro precisava encontrar no homem com quem tinha de trabalhar na resolução do magno problema.

Houve necessidade, mais duma vez, de não observar a lei para fazer justiça ; mas estava-se em período revolucionário, o Governo era de ditadura. Trazia constantemente o Ministério ao facto das negociações em que andava com o governo da Companhia, e tive a boa sorte de êle me deixar os movimentos livres, nunca me recusando os meios de que eu carecia, de ordem legislativa, para levar a bom termo a minha árdua tarefa.

Suum cuique.

Tal como aí está — vigoroso, forte e prestigiado — o *Crédito Predial* é a obra do Dr. Sousa Rodrigues, obra em que brilhantemente se afirmou a sua inteligência culta e a sua vontade enérgica. É um monumento em sua honra, erguido por êle próprio ; mais do que um acto de criação, partindo desta coisa imensa : o *Nada* ; um acto de ressurreição, pondo de pé, cheio de vida e de fôrça, um cadáver.

O ministro do Fomento no Governo Provisório honra-se de ter colaborado na obra verdadeiramente nacional que o Dr. Sousa Rodrigues empreendeu e realizou, e tem muito orgulho em poder afirmar, sem receio de que o desmintam, que a reconstituição da Companhia se fêz sem violências e sem ódios, só com o alevando intuito de salvar uma considerável massa de interesses legítimos, que o desleixo, ainda mais que a incompetência, servindo ambições deshonestas, tinha pôsto no cairel do abismo, como diria um vate romântico. . .

Moralidade do caso — *os profissionais da politica, os que nela ocupam as mais altas situações, dispondo*

constantemente ou intermitentemente do Poder, não devem entrar ao serviço das Companhias, porque ninguém pode servir ao mesmo tempo dois senhores, e frequentemente os interesses das Companhias colidem com os interesses do Estado.

Ou bem estadista, ou bem empregado de escritório...

Relatarei, ainda, um episódio alegre, que poderá ser de alguma utilidade para quem fizer a história a sério.

Pedi ao general Pimenta de Castro, que então comandava a divisão do Porto, para vir conferenciar comigo sobre o assunto, que elle conhecia muito bem, tendo-se occupado da vida da Companhia na sua última assembléa geral, como accionista que via o seu dinheiro a arder.

A opinião do general, áspera, sacudida, foi esta: *Não há nada a fazer senão declarar a Companhia falida...*

Disse ao general que isso não era uma solução; que o Governo me autorizava a procurar uma fórmula que evitasse a falência; e que para me ajudar a encontrá-la é que o incomodara, pedindo-lhe a fineza de vir a Lisboa.

— V. Ex.^a fará o que quiser; mas a Companhia está falida, e o Governo não pode fazer outra coisa senão entregá-la aos tribunais...

Tentei expor-lhe os termos dum convénio, já elaborado, mas ainda em estudo, negando-se o general a ouvir a minha exposição.

— Não tenho nada com isso. V. Ex.^a fará o que quiser...

Tendo como certo que o não demovia, disse ao general que eu não podia fazer o que quisesse, mas simplesmente o que me cumpria fazer, adentro da lei, quando ella não brigasse com a justiça, estorvando a prática

de actos que, sendo manifestamente úteis, eram irrepreensivelmente morais.

Ergui-me, dando por terminada a conferência, e o general saiu, baixando-me levemente a cabeça, sem dizer palavra — como se não tivéssemos relações ou acabássemos de as cortar...

O caso Hinton

Bem ou mal, outros o dirão, o Governo Provisório solucionou o *caso Hinton*, que no regime monárquico, como de todos é sabido, atingiu proporções inquietadoras. Pode dizer-se que foi o *caso Hinton* a última gota de água que fez trasbordar a taça, pois foi êle que provocou a memorável sessão parlamentar em que a exautoração da Monarquia se fez impiedosamente, sem que uma voz autorizada se erguesse a defendê-la, sem que um braço forte acudisse a ampará-la.

Quem presenciou tal successo ficou convencido de que o regime estava inevitavelmente perdido, pois que a abdicação de todos os grupos e de todos os homens que o serviam outro resultado não podia ter senão o de alentar os republicanos para o lance final. Tudo quanto se seguiu a essa inolvidável sessão parlamentar foram meramente pródromos da revolução que se preparava; e tal era a cegueira dos realistas, que nunca os tomaram senão à conta de episódios políticos, sem importância ou valor que os impusesse à sua meditação.

No espólio da Monarquia encontrou o Governo Provisório o *caso Hinton*, enrolado numa reclamação de próximamente três mil contos. E porque a República se proclamou em Outubro, havia a necessidade de atacar imediatamente essa questão, não fôsse repetir-se o caso de mais uma vez chegar a época da colheita da cana,

na ilha da Madeira, e não haver para as fábricas matriculadas um regime definido.

Tomámos conta da pasta do Fomento em fins de Novembro e foi a 14 do mês seguinte, se bem recordamos as datas e os factos, que tivemos a primeira entrevista com o representante do Sr. Hinton em Lisboa. Ao tempo, o famoso industrial estava em Londres, e só a 5 de Janeiro o ministro teve com êle a primeira conferência.

Vem tudo isto para dizer que o govêrno se encontrou em apertadas circunstâncias de tempo, o que tanto importa dizer, nas mais favoráveis circunstâncias para o Sr. Hinton, que sempre delas, nos anos anteriores, aproveitara. Precisam dêste esclarecimento os críticos honestos, para com justiça liquidarem as responsabilidades do ministro que na solução do *caso Hinton* teve interferência mais directa e immediata.

Quem se meter a analisar o respectivo decreto, no honrado propósito de fazer a cada qual a justiça que lhe competir, necessita de conhecer a questão sacarina da Madeira nos seus menores detalhes, não ignorando as fases por que ela passou desde 1895 para cá.

Bem desejaria o govêrno liquidar esta questão no Parlamento, mas o ano sacarino estava chegado, e ainda se não sabia ao certo quando reünia a Constituinte. Se o govêrno não se arrogasse o direito de liquidar o conflito por maneira definitiva, ser-lhe-ia impossível arranjar uma solução provisória para o ano corrente, a menos que adoptasse a proposta que estrondosamente caíra no Parlamento monárquico, atacada pelos deputados republicanos.

Por certo temos que o decreto é atacável em mais de um ponto, e, sem falsa modéstia, poderemos confessar que seria possível a qualquer outro conseguir mais e melhor. Mas também sem falsa modéstia diremos que, se tivéssemos abandonado o Ministério no dia seguinte àquele em que o *Diário do Govêrno* publicou o decreto

que ao *caso Hinton* se refere, teríamos ido para a obscuridade do nosso canto levando a consciência de termos prestado ao País e à República um serviço de valor.

Fôra uma verdadeira manigância a adopção daquele famoso art. 13.º da lei de meios de 1904 e habilidosamente êle transitou mais tarde, em 1908, para as disposições de carácter permanente. O govêrno da República reconheceu o voto do Parlamento, e assim ficou arredada a impertinência da matrícula, repetindo-se cada ano à volta da colheita da cana. Não reconheceu o Govêrno Provisório a validade dos vários despachos ministeriais de que se prevaleciam os industriais para consolidarem vantagens já alcançadas ou para conseguirem vantagens novas; mas entendeu que devia respeitar um compromisso da Nação, tomado pelos que, *tant bien que mal*, a representavam.

A questão dos saldos parecia irresolúvel, e sê-lo-ia, na verdade, se não houvesse a coragem de quebrar os moldes em que fôra vasado o regime de 1903. Constranger os industriais e comprá-los, o mesmo seria que fechar-lhes as fábricas; mas dispensá-los de tal compra, permitindo-lhes a livre importação do melaço exótico, com a faculdade de o desdobrarem para consumo directo, o mesmo seria que burlar os donos de engenhos, cuja indústria se desenvolvera, fiada na execução das garantias que tinha na lei. O govêrno da República venceu esta dificuldade, e fê-lo por maneira que ou não há legítimos interesses feridos, ou todos êles sofreram tão equitativamente que nenhum se julga no direito de protestar.

Em parte alguma a cana se paga como na Madeira, e precisamente o exagerado preço que ali tem justifica os benefícios que cercam o monopólio.

Criou-se, pelo regime de 903, um artifício sem pés nem cabeça; e porque à sombra dêle se constituíram valiosíssimos interesses, não era possível eliminá-lo dum

só golpe e por completo, por muito que apetecesse fazê-lo. Conservar alto o preço da cana, e ao mesmo tempo baratear o preço do açúcar, era coisa muito para desejar, mas vê-se claramente que tal violência não a acietariam os industriais, a menos que lhes dessem qualquer valiosa compensação.

O que importava, principalmente, era evitar que a aguardente da ilha se ajuntasse a proveniente do melão exótico; e isso se conseguiu, sendo de esperar que se intoxique agora menos gente, visto ser mais alto o preço do veneno... De resto, haverá sempre maneira de subir o imposto sobre a produção da aguardente, e sem dúvida isso se fará, desde que se reconheça que a tributação estabelecida serve apenas para a tornar mais cara, sem todavia restringir o seu consumo.

Uma outra disposição importante do decreto, que dá fácil pasto à crítica, é a que eleva o grau da cana, suavizada na sua aparente dureza, por um período transitório. Até então, a cana de 8º tinha de ser comprada ao preço de 450 réis por cada 15 quilos; a partir de 1914, o grau mínimo da cana que as fábricas têm de pagar por este preço é de 9º. A diferença é bastante grande e o benefício que ela traz às fábricas matriculadas não é para desprezar.

¿Porque foi, então, que se adoptou esta providência?

Únicamente para restringir a cultura da cana, principiando por desfavorecer a de inferior qualidade. Não pode a economia do arquipélago madeirense continuar presa às contingências de cultura da cana, sacrificadas todas as outras culturas, que podem ser, e na verdade serão, para aquelas ilhas uma condição de bem-estar. Houve o cuidado, todavia, de fixar um período de transição, em termos que o proprietário e o lavrador não sofram o sobressalto e os prejuízos que importaria a brusca mudança de regime.

Socialismo municipal

Na administração dum grande município, como o de Lisboa, há que estudar e resolver questões duma alta importância — questões sociais, questões económicas, questões políticas e questões administrativas propriamente ditas. Para todos, seja qual fôr a sua política, elas são muito para ter em consideração; mas aos socialistas elas interessam muito particularmente, sobretudo quanto à maneira de as resolver. A questão do salário e horas de trabalho, a questão do cooperativismo e mutualidade, a questão da tutela do poder central ou autonomia administrativa, são problemas dum alto valor, e problemas importantes da vida dos municípios. Considere-se, por exemplo: a questão do abastecimento das águas, a distribuição de luz, a higiene das habitações, e, só nestes aspectos, veja-se que largo campo de estudo se oferece à atenção dos vereadores, sobretudo dos vereadores que forem socialistas.

Avisadamente andou o Congresso Internacional de Paris reclamando a máxima descentralização, uma quasi independência dos municípios, em termos de poderem gerir os seus negócios sem a deprimente e embaraçosa tutela do poder central.

O código administrativo de 1896 era um código tutelar, feito sob a idéia preconcebida de que os municípios são menores ou interditos, a quem se não pode

conceder a regência de sua pessoa e bens. Sob um tal regime de protecção, a actividade municipal tinha este restrito campo de applicação — lançar adicionais às contribuições do Estado e pagar aos seus funcionários e jornaleiros. Tinha ainda outra função e esta é que justificava a tutela — ser um instrumento dócil para uso dos politicantes que se revejavam no ministério do reino.

Hoje, e mercê da legislação republicana, os municípios são pessoas de maioridade, na plenitude dos seus direitos. Só abusivamente o Poder Central interfere na vida dos municípios ; e mau é que elles não reajam, desobedecendo, tôdas as vezes que algum dêesses abusos se pratica. No município, a comissão executiva é subordinada ao senado ; o senado, em casos que a lei estatue, é subordinado às juntas de paróquia ; e ainda os munícipes têm o direito de provocar o *referendum* popular, tratando-se, por exemplo, da federação de dois ou mais municípios, nos termos e condições em que a lei o permite.

O senado municipal é um pequenino parlamento, com tôdas as exigências do regime parlamentar, e uma delas consiste na escolha das pessoas de reconhecida competência para exercerem as funções respectivas. Com esta diferença importantíssima — aos parlamentares paga-se ; aos vereadores não se paga coisa alguma.

Os operários, em regra, vivem no regime do salário miséria, ou seja o salário mínimo. Quando não trabalham, não ganham ; e quando ganham não podem fazer economias. Pegue-se em homens nestas condições e diga-se-lhes que vão ser vereadores, e que dediquem aos afazeres da vereação o tempo necessário para honrarem o seu mandato, para bem desempenharem a missão de que os incumbiram !

Aqui está uma questão para ser considerada pelo par-

tido socialista, se de-facto está resolvido a intervir directamente na administração dos municípios. Poderia o partido, em regime transitório, subvencionar os seus vereadores ; mas o partido socialista não está em condições de se impor esse sacrificio. Nem o poderiam fazer os chamados partidos burgueses, que são pobres, embora dêles façam parte muitos homens ricos.

O partido socialista mais bem organizado de todo o mundo é o alemão ; ali todo o camarada é quotizante, e isso dá em resultado que o partido tem dinheiro que chega para fazer tôdas as suas despesas — para sustentar os seus jornais e revistas ; para distribuir, quasi de graça, livros e folhetos de propaganda ; pagar aos seus conferentes e oradores populares ; dar assistência judiciária àqueles dos militantes que esbarram, por motivos honestos, com a justiça. Para tudo isto lhe chega o dinheiro, e ainda algum lhe sobeja para ajudar camaradas no estrangeiro, franceses, como succedeu mais de uma vez, e portugueses até, pois já para aqui, antes da guerra, o partido socialista alemão tinha mandado dinheiro.

Se os socialistas portuguezes quizerem organizar-se a sério — e se o não fizerem, jamais serão uma força com que se conte — hão-de proceder como na Alemanha, país onde o espirito de organização é maior do que em parte alguma. A primeira votação, em eleições gerais, que os socialistas alemães tiveram, digna de registrar-se, foi em 67, se não estou em êrro, e essa votação foi de 300 mil votos ; a última foi de três milhões e meio !

* * *

Para nós o socialismo municipal é um sistema, para outros uma tática, mas talvez não fique muito longe da verdade quem o considerar as duas coisas ao mesmo tempo. Uma vereação que não seja socialista pode fa-

zer *socialismo municipal*, e isto mostra que elle é um *sistema de administração*; mas uma vereação socialista fará administração municipal segundo os princípios da sua escola e para a realização dos seus fins, e isto mostra que elle pode ser uma *táctica*, inteiramente legítima. O que o socialismo municipal não é, como alguns pretendem, é uma forma de cooperativismo, pois que elle se faz por imposição, e não por livre aquiescência; estabelece um monopólio, ao passo que a cooperação deixa a concorrência livre.

Socializar o fabrico e a distribuição do pão em Lisboa é constituir um monopólio, e em nada isto é equivalente à formação de cooperativas — a dos operários metalúrgicos, por exemplo, a dos funcionários públicos, militares ou civis.

Mas ¿a que visa o socialismo municipal?

Visa, naturalmente, a melhorar os serviços, o que representa um beneficio directo para os munícipes, e visa ainda a eliminar o intermediário, indivíduo ou companhia, fazendo reverter para o Município os respectivos lucros, quando os houver.

A administração do Estado, por via de regra, é cara; a administração do Município não é, geralmente, barata; mas aqui e além, em resposta a certos serviços municipais, a sua municipalização é vantajosa, porque é lucrativa. Na Itália, por exemplo, há um grande número de comunas administradas por socialistas, e segundo os princípios administrativos do socialismo, que são modelares como administração; os serviços são bem executados e fazem-se com economia.

A vida das cidades tem vindo a complicar-se de cada vez mais, por maneira que a administração municipal, nos municípios de primeira ordem, é quasi a de pequenos Estados, à parte a função política. Para a complicação, de cada vez maior, da administração municipal dos grandes municípios, muito tem contribuido o

que se chama o *urbanismo*, o que é, essencialmente, a emigração que se faz dos campos para as cidades. A vida do campo falta o conforto, falta o luxo que as cidades modernas proporcionam, e isso determina, além doutros factores mais, o fenómeno de *urbanismo*, que não é só do nosso País, e que não é só do nosso tempo.

Tornando-se grandes centros de população, as cidades, as grandes cidades em cada País, tiveram de ampliar os seus serviços administrativos, tiveram de criar alguns, de que ainda não tinham reconhecido a necessidade, a qual um excesso de população põe em evidência. Não há, nos serviços administrativos, tomando as palavras no seu significado burocrático, hygiene pública num pequeno centro de população; mas numa grande cidade, um centro como Lisboa, este serviço municipal é dos que mais devem prender a atenção zelosa e inteligente dos vereadores.

A indústria dos transportes em comum, por tracção animal ou mecânica, não é possível senão em centros de extensa área, nas cidades de grande superfície, mas aí são indústrias muito importantes, tanto pelo capital que exigem para a sua exploração, como pelas necessidades que satisfazem, as comodidades que proporcionam e os lucros que realizam.

*
* * *

Socialismo municipal faz-se em muita parte, por esse mundo além; mas onde elle se tem feito com mais largueza é na Inglaterra.

Com que resultados?

Pelo que conheço a tal respeito, com resultados vários, tal serviço municipalizado dando aqui lucros positivos e dando além consideráveis perdas. O abastecimento de águas, por exemplo, é o serviço mais fre-

qüentemente escolhido para a municipalização, e é também, de todos êles, o que tem dado resultados mais animadores. Nada menos de 286 grandes cidades, na Inglaterra, municipalizaram êste serviço, e 1690, na América do Norte, fizeram a mesma coisa.

Tem o serviço de abastecimento de águas uma grande importância, não apenas no ponto de vista sanitário, mas também no ponto de vista industrial, aproveitando-se a água como energia hidráulica, não sendo possível transformá-la em energia eléctrica. Não vale a pena citar o clássico exame de Roma, que muitos anos antes de Cristo já fornecia água aos seus munícipes, para todos os usos, chegando os seus vários aquedutos a medir uma extensão de 500 quilómetros !

O abastecimento do gás e electricidade, esta fornecida como energia luminosa e energia motriz, também constitue ensaio de municipalização, tão generalizado, na Inglaterra, como o das águas. A energia eléctrica, como força motriz, quando for distribuída em abundância e por um preço módico, terá grande influência no desenvolvimento das indústrias caseiras e virá intensificar muito o trabalho domiciliário, no seu aspecto industrial. E aqui está um problema que deve merecer toda a atenção de vereadores socialistas, principalmente destes, embora a deva merecer de todos, tão grave êle é, sob vários aspectos.

Diz-se que o trabalho das mulheres, fora da sua casa, desorganiza a família e contribue em muito para a prostituição. Mas o trabalho domiciliário escapa a toda a fiscalização, não o beneficiam as leis protectoras que hoje vigoram em todos os países civilizados, protectoras sobretudo das mulheres e crianças. Não há horas para o trabalho em casa ; trabalha cada qual quanto pode, sacrificando o seu descanso, sacrificando a sua saúde, não se dispensando sequer de trabalhar quando doente, só com a mira em lucros que devendo

tornar-lhe mais cómoda a vida, o que fazem é abreviar-lhe a existência. E pois que à energia eléctrica me referi, não quero dispensar-me de dizer que em Portugal haverá necessidade, depois da guerra, de a aproveitar na mais larga medida, por muito que desça o preço actual do carvão.

Tinha o carvão, antes da guerra, o preço de 6\$000 réis a tonelada ; já em certo momento, durante a guerra, êste preço foi quinze a vinte vezes maior, tendo baixado ultimamente, por circunstâncias várias. Basta que êle se conserve, terminada a guerra, a doze ou quinze mil réis, para que o recurso à água, como energia a transformar em electricidade, seja absolutamente indispensável. Suponho que a nossa riqueza, a êste respeito, não é tão grande como a muitos se afigura ; mas é sufficientemente grande para que valha a pena aproveitá-la.

A indústria de transportes, numa cidade como Lisboa, é uma indústria considerável ; a sua municipalização é um problema a estudar.

São velhas, pode dizer-se, tôdas as cidades da Europa, e são velhíssimas tôdas as grandes cidades. Só na América se improvisam os grandes centros de população, fazendo-se, desde os fundamentos, tôda uma cidade com a rapidez com que na Europa se faz, numa cidade, um bairro. Não primavam, as velhas cidades, pela hygiene, a luz mal entrando e o ar mal circulando nas suas ruas estreitas e tortuosas. As praças e jardins, que são uma espécie de pulmões da cidade, ou não existiam ou eram de exíguas dimensões, órgãos sem aptidão para o papel que lhes destinavam. Vieram as exigências da vida moderna, a necessidade de conforto, a necessidade de luxo, a exigência duma sábia hygiene, e começaram as cidades a crescer, rasgando-se avenidas, construindo-se bairros excêntricos, nos bairros sem hygiene só ficando quem não pode abandoná-los. A facilidade e a barateza de transportes devem ser

tais, que ninguém se condene a viver em casas más, habitando bairros imundos... só para que lhe fique perto o local em que trabalha — o escritório, a loja, a secretaria ou a fábrica.

E aqui está pôsto um outro problema de administração municipal — a municipalização das indústrias dos transportes.

As companhias exploram esta indústria só com a mira nos lucros, e a indústria dos transportes, nas grandes cidades, é das que remuneram bem, por via de regra, o respectivo capital. Mas ¿ sucederá a mesma coisa quando ela é municipalizada? Os resultados da experiência feita em Inglaterra são vários, ganhando aqui, perdendo além, talvez conforme a capacidade administrativa da corporação que a exerce.

Uma vereação socialista dedicaria particular atenção à higiene das habitações, fiscalizando-a com severidade. Não sei como esta fiscalização se faz actualmente, mas parece-me que ela deixa muito a desejar. Ainda não se adoptou, entre nós, o sistema de cadastrar as casas, no ponto de vista sanitário. E todavia há casas que devem ter cadastro na polícia... sanitária, como os criminosos de carreira. Uma família instala-se descuidosamente numa casa, onde floresceu a tuberculose, por exemplo; e porque essa casa, ao passar dum inquilino para outro, não sofreu a conveniente beneficiação, dentro em pouco os novos moradores, como os outros, são vítimas do seu poder morbífero. A semelhantes casas, na França, chama-se-lhes *casas homicidas*, e a boa higiene condena-as, como a justiça condena os outros homicidas, à pena de morte, isto é, à demolição...

Na Inglaterra, onde há o culto por tôdas as liberdades, exerce-se o despotismo da higiene, por meio desta entidade soberana — a engenharia sanitária.

¿ Uma casa precisa de ser beneficiada no ponto de vista higiênico?

O seu proprietário é intimado a fazer êsses benefícios, dentro de certo prazo ; se êle os não fêz o município manda-os fazer por sua conta — é sempre o senhorio que os paga. E assim têm ido desaparecendo das grandes cidades — Londres, por exemplo — tôdas as habitações que representavam um perigo para quem as habitava, sendo também, muitas vezes, um perigo para quem habitava na vizinhança. Êste serviço administrativo é dos mais importantes, e para êle chamo a atenção dos candidatos a vereadores.

* * *

Os municípios carecem de ter rendimentos seus, e de cada vez maiores, dada a extensão cada vez mais ampla que têm os serviços municipais. Sobretudo os grandes municípios carecem de fazer avultadas despesas, porque têm de dar aos seus munícipes tudo quanto êles razoavelmente exigem, em comodidades de tôda a ordem, e carecem de oferecer aos *touristes* tudo aquilo que êles não dispensam. As grandes cidades como Lisboa, se quiserem chamar o *touriste*, e obrigá-lo a dispendar com largueza, têm de oferecer-lhe comodidades e distrações, que representam o emprêgo de muito dinheiro.

Portugal é, na Europa, se não estou em êrro, o País onde o cidadão menos paga para as despesas municipais, sendo por isso, talvez, o País onde o município menos se importa com as necessidades e o conforto dos munícipes. Na França, a capitação municipal é de 4 escudos ; na Bélgica é de 6 ; na Inglaterra é de 12 ; e em Portugal é de 1 . . . Não há maneira de fazer despesas não havendo receitas, e os municípios que não recebem não gastam.

O município de Bruxelas, que tem uma área 8 vezes menor que a de Lisboa, e uma população que não chega a ser metade da que Lisboa possui hoje, o municí-

pio de Bruxelas conta uma receita de 3700 contos, ao passo que o de Lisboa realiza dois mil contos escassos.

Paris é uma cidade menor que Lisboa, em área; mas tem uma população seis vezes maior, ou sejam três milhões de habitantes. Pois o município de Paris tem uma receita superior a oitenta mil contos, quarenta vezes a receita do município de Lisboa, ou seja dez mil contos mais do que as receitas gerais do Estado em Portugal.

Que transformação pode sofrer Lisboa, no sentido de se adaptar às exigências da vida moderna, às necessidades de ordem social — eis um problema dos mais importantes que tem a considerar a respectiva verificação; e dêle também não deveria desinteressar-se o Estado, pelo muito que pode importar à defesa nacional.

A maior parte da água de que se abastece Lisboa vem do Alviela, cujas origens — e ali é que se faz a captação — ficam para além da linha mais avançada do campo entrincheirado. No dia em que tivéssemos de efectivar a nossa *defesa concentrada*, o inimigo cortava-nos a água, e ficava à espera, não tendo de esperar muito, que nos rendessemos pela sede.

Verifico que falo há quasi duas horas, e ainda não foquei pontos de administração municipal que são de importância primária: o da iluminação, por exemplo, o da instrução, o do cooperativismo, o da mutualidade, sem falar de outros mais. Nem sequer tentarei fazê-lo, porque isso seria levar o abuso a extremos insuportáveis.

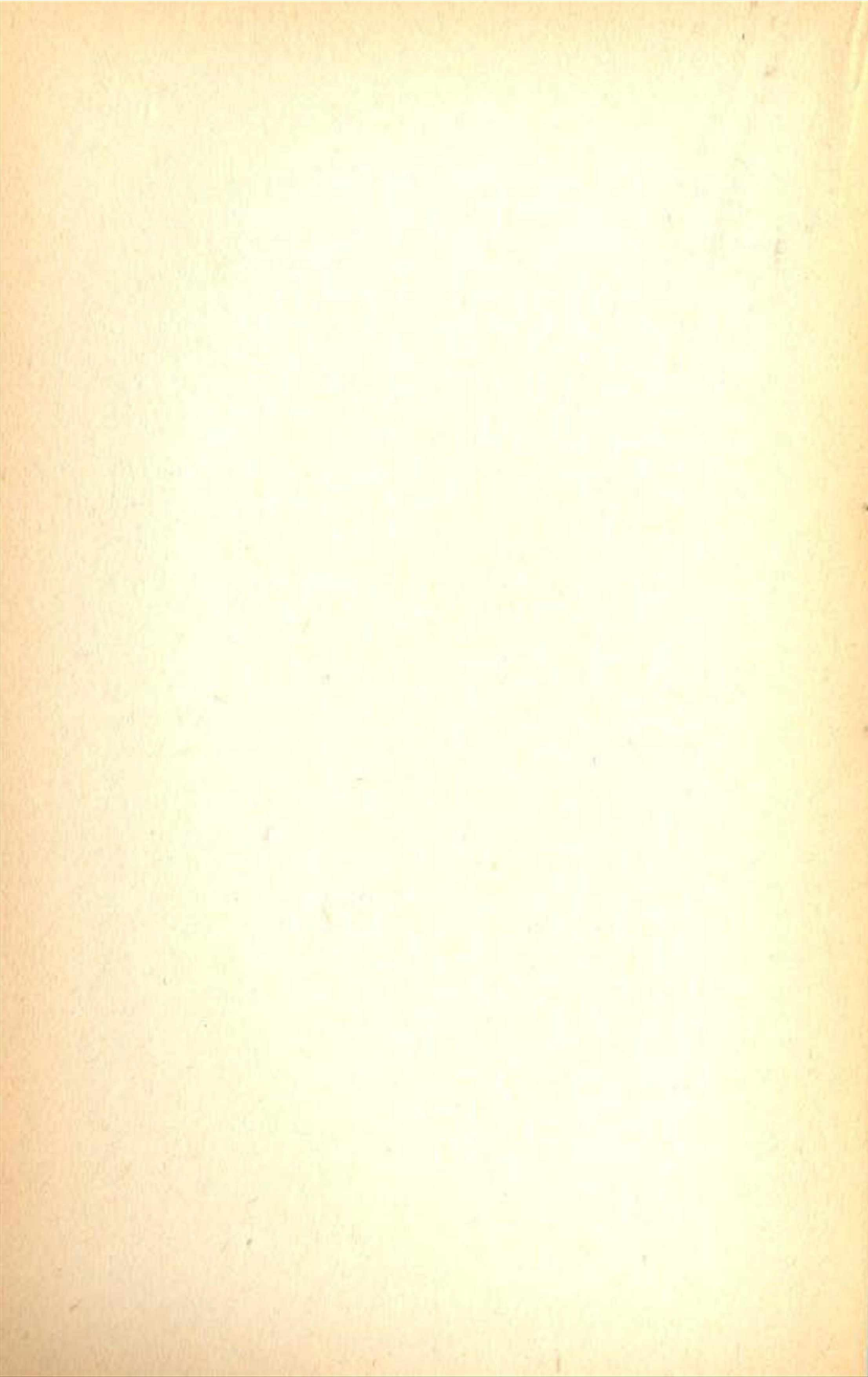
A verificação que fôr eleita, seja ela qual fôr, tem de rever todos os actos do Município, sanear as suas finanças e enxotar os parasitas que dêle vivem, sem qualquer utilidade.

Terminando, e visto encontrar-me entre operários, socialistas na maior parte, exorto-os a que se organizem,

a que se imponham um destino, e adoptem uma orientação, o que implica rigores de disciplina a sobrepor a velhos e enraizados costumes que são defeitos de raça. E também quero recomendar-lhes que não consintam no divórcio entre os homens de trabalho e os homens de pensamento, entre os operários, a quem lamentáveis condições de vida social não permitem que se instruam, e aqueles que puderem instruir-se, por favor dessa velha desigualdade económica, que é a base ou razão principal das reclamações socialistas.

Que se aproximem, uns e outros, sem se confundirem, realizando no domínio das idéas uma forma de cooperação que para todos será útil.

(Conferência realizada na Caixa Económica Operária,
em 25 de Outubro de 1917)



Problema agrário

Foi de-veras notável o Congresso Cerealífero que últimamente se realizou em Valladolid, notável pela abundância e valor das teses apresentadas e discutidas, notável pela qualidade das pessoas que nêle tomaram parte, notável ainda pelas conclusões que foram votadas e pelas aspirações que foram enunciadas, mais do que definidas. Portugal fez-se representar, oficialmente, nesse Congresso, mas os nossos lavradores abstiveram-se de lá ir. E, contudo, uma visita a Valladolid, nessa ocasião, ser-lhes-ia da maior utilidade, embora os divertisse menos que a visita, por ocasião de *la feria*, que anualmente fazem a Sevilha. Alguma coisa se lucra sempre em ouvir, sôbre qualquer matéria, pessoas que sabem o que dizem, que conhecem os assuntos de que tratam; e no Congresso de Valladolid encontravam-se professores, agrónomos, veterinários, lavradores e economistas, com autoridade e competência para dizerem sôbre o problema cerealífero em Espanha o que é necessário dizer e muito importa ouvir.

Se constatamos êste facto — a ausência de lavradores portugueses no Congresso de Valladolid — não é para lhes dirigirmos censuras, mas tam-sòmente para os convidarmos, por forma indirecta, a não faltarem ao Congresso do ano próximo, o qual se realizará em Zaragoza.

O problema cerealífero é o mesmo em Espanha que em Portugal, fundamentalmente o mesmo; e por assim ser é que o recente Congresso de Valladolid devia ter interessado mais os nossos lavradores. Não há que pedir tudo ao Estado, como se elle fôsse uma verdadeira Providência, e no que diz respeito a agricultura, há que oferecer-lhe, por banda dos agricultores, uma colaboração inteligente, sem a qual resultará muito apoucada, de resultados precários, a acção governativa. Ora esta colaboração demanda estudo, não apenas o estudo que se faz nas escolas e nos gabinetes, sôbre compêndios ou tratados, mas também o estudo que se faz no campo, trabalhando a terra, acumulando observações e experiências, que são, no fim de contas, a sabedoria prática, nem rotineira nem especulativa. Como nós, a Espanha não tira da terra todo o pão e tôda a carne que consome, a-pesar-de ter desenvolvido muito, nestes últimos anos, a criação de gados e a cultura do trigo.

¿Será necessário, em Espanha, renunciar a uma produção maior de cereais, procurando compensações económicas num maior desenvolvimento da indústria pecuária?

Um país só deve renunciar a produzir todos os cereais que consome quando lhe fôr impossível fazê-lo economicamente. Não ter o pão garantido é não ter a independência assegurada, tão certo é que um país só é verdadeiramente independente quando se basta em matéria de alimentação.

No país vizinho ainda há muitos terrenos que podem ser metidos em cultura, e os já cultivados são susceptíveis duma produção maior que a actual, exactamente como succede entre nós.

Já não é lícito falar das infindáveis charnecas alentejanas; mas não deixa de ser verdade que ainda há, no Alentejo, para só falarmos desta provincia, essen-

cialmente agrícola, imensos tratos de terrenos à espera que os valorize o arado, a charrua ou o tractor. A Serra de Mértola, por exemplo, que pode dar milhares de moios de trigo, encontra-se ainda, por falta de decisão, no mesmo estado em que se encontrava, há poucos anos, a Serra de Serpa, que é hoje um celeiro bem provido.

Ainda há terra a aproveitar, aqui como em Espanha, para a cultura de cereais; mas há, sobretudo, que tirar da unidade de terreno, lá como cá, maior porção de trigo. A Espanha adiantou-se-nos um pouco, neste particular; mas, considerada a sua produção cerealífera *in toto*, não vai além de dez hectolitros por hectare, chegando aos catorze em regiões privilegiadas. A nossa média é mais baixa, uns sete a oito hectolitros por hectare, não obstante possuírmos terrenos — os barros de Beja, por exemplo, — cuja produção, em média anual, excede as vinte sementes.

Se metessemos em cultura cerealífera todos os nossos terrenos que a ela se prestam, e essa cultura a fizéssemos segundo os mais rigorosos preceitos e ensinamentos da ciência agronómica, e se tendo feito isto durante alguns anos de experiência verificássemos a impossibilidade de nos bastarmos, no que diz respeito à alimentação, ainda assim, em tão especiais circunstâncias, não seria lícito decretar, de ciência certa e poder absoluto, a prescrição da lavoura, por ser ruínosa a respectiva indústria.

Se há no País uma indústria que tenha direito à máxima protecção do Estado, essa indústria é a agricultura. Simplesmente a protecção do Estado, no caso de que se trata, não pode cifrar-se em favores pautais e tabelamento de preços.

O grande mal, em 1899, o grave erro então cometido, foi não se ter acompanhado a lei Elvino de Brito de tôdas as providências que fôsem habilitando a la-

voura a andar sem muletas, isto é: a dispensar a protecção que o Estado lhe oferecia, e que era o benefício duns, com o prejuízo, pelo menos aparente, de todos.

Estamos hoje, aproximadamente, como estávamos há perto de trinta anos, só com a diferença de termos criado o crédito agrícola.

Caminhos-de-ferro, meios de transporte rápidos, cómodos e baratos, temos hoje, pouco mais ou menos, os que tínhamos então, e se alguns mais temos do que tínhamos, a condição de barateza é que não se realiza, e a condição de rapidez começa a realizar-se, entregues os respectivos serviços, a cargo do Estado, a uma empresa particular.

Mínimo tem sido o esforço do Estado para difundir o ensino agrícola, não o ensino que faz doutores, mas o ensino que faz agricultores, o ensino que limita, na exploração agrícola, a margem do acaso e das contingências.

¿ O que tem feito o Estado no sentido de levar os agricultores a associarem-se, a vencerem a sua repugnância instintiva, pode dizer-se, talvez, racial, pelo cooperativismo, magnífico factor de engrandecimento, íamos a escrever de enriquecimento em pequenos países como a Dinamarca?

Algum progresso se tem feito nos domínios da agronomia prática, mas deve-se isso, que é muito pouco, mais ao instinto que à inteligência.

Continua a haver um agrónomo em cada distrito; e esse agrónomo, que deveria ser sempre um mestre e um apóstolo, é simplesmente, na maior parte dos casos, um burocrata para quem, em cada mês, há apenas um dia útil — o dia em que lhe pagam. O mesmo se pode dizer, *mutatis mutandis*, dos veterinários, nestes últimos anos vacinadores de porcos em regime de monopólio — um lindo monopólio de vacinas americanas

que deu milhares de contos, à custa da lavoura, aos seus felizes detentores ou representantes.

¿ Não valeria a pena realizarem os delegados de Portugal ao Congresso de Valladolid, conferências públicas sobre algumas das importantíssimas teses que ali foram discutidas ? Estas conferências, feitas com intuitos didácticos, e não com propósitos de exibição erudita, deveriam fazer-se nos grandes centros agrícolas, e não aqui, em Lisboa, centro de lavoura... burocrática, que só poderá ter vantagens para a economia nacional quando se descobrir o processo de converter o palavreado em adubo...

* * *

Em vários países da Europa, para só falarmos do velho mundo, se tem procurado resolver a questão agrária; e se em todos êles o problema é, fundamentalmente, o mesmo, diversa tem sido, em seus pormenores, a solução proposta e adoptada em cada um dêles.

Não vale a pena, por alarde de erudição fácil, citar as reformas agrárias dos romanos; mas já não diremos a mesma coisa das reformas agrárias na Inglaterra, devidas a Gladstone, ainda a pobre Irlanda, feudo de grandes senhores, mal antevia a sua emancipação.

Doze ou catorze nações europeias empreenderam e realizaram, nestes últimos tempos, grandes reformas agrárias, entre elas a Itália, a Grécia, a Alemanha, a Roménia, a Estónia, a Checo-Eslováquia, a Jugo-Eslávia e a Finlândia.

O problema, como já dissemos, é em tôda a parte o mesmo *e consiste em dividir a propriedade, multiplicando o número de proprietários.*

Reconheceu-se, de há muito, que o latifúndio não permite elevar ao máximo a produção da terra em ce-

reais ; não permite, sequer, utilizar a sua capacidade de produção na medida larga em que isso se pode fazer desde já, ainda presa a agricultura a processos rotineiros, que a expansão da ciência agronômica, considerada nos seus vários aspectos, vai eliminando a pouco e pouco. Além disso, foi tomando consistência o velho conceito de que a Terra, não sendo produto da Arte ou da Indústria de ninguém, todos têm direito à sua apropriação, direito a que corresponde hoje, banida a regra do *utendi e abutendi*, a obrigação de a explorar por maneira que ela seja, na medida do possível, útil à comunidade, o que tanto faz dizer que ela renda o que estiver compreendido na sua capacidade de rendimento.

O regime latifundista é, no fim de contas, o regime capitalista de base agrária ; e quere-nos parecer que, no ponto de vista da economia social, entre o *landhow* e o plutocrata a diferença é pequena, e a favor do segundo, a menos que o ricoço aferrolhe o seu dinheiro, tornando-o improdutivo, como a terra inculta.

Há quem pretenda, e nós somos dêsse número, que *o homem é um animal essencialmente proprietário*. Certo é que êle, nas alturas de civilização em que vamos, ainda não é, na generalidade dos casos, o proprietário dos seus instrumentos de trabalho, e muito menos o proprietário, em justa medida, das utilidades que produz.

Nem admira que o homem seja um animal essencialmente proprietário, sabendo-se que muitos outros animais, sem o uso da razão, como afirma a nossa vaidade ou o nosso orgulho, possuem êsse mesmo sentimento em grau elevado, e dêle usam e abusam... como se fôsem gente !

Mas vamos ao que importa, à questão agrária, já atacada resolutamente em vários países, e nalguns resolvida *tant bien que mal*, que nesta matéria, como na

medicina, a panacea é a mais descompassada das asneiras.

Conviria, antes de mais nada, fixar os limites, máximo e mínimo, da propriedade legal, a propriedade consentida.

¿ Que área deve medir uma propriedade para ser considerada latifúndio ?

¿ Que superfície deve ter uma propriedade para ser considerada a expressão mínima dum bem fundiário, que possa servir à congrua sustentação duma família ?

É facilimo articular estas perguntas, e é necessário que elas se articulem. Dar-lhes a resposta conveniente, sendo igualmente necessário, é extraordinariamente difficil.

E ¿ será urgente, em Portugal, resolver o problema da propriedade rústica, no ponto de vista da sua repartição ?

Os problemas de ordem social, num pequeno País como o nosso, por condições geográficas, históricas e políticas, fora das grandes correntes de idéias que atravessam o mundo, alheio, de certo modo, ao tumultuar das grandes paixões que noutras sociedades convulsionam as almas e perturbam os espíritos,— os problemas sociais, num País como o nosso, não surgem com violência, nem exigem, já definidos, pronta satisfação.

É o caso do problema agrário.

Sem a facilidade que tem o nosso camponês, o do Norte, sobretudo, em emigrar para o Brasil, há muito que se teria imposto aos governos a necessidade dum regime de repartição e exploração das terras por maneira a criar um maior número de proprietários, isto é, um maior número de produtores agrícolas.

Tôda a gente, no País, come o pão caro, porque o trigo não é barato ; mas ninguém reclama, em termos de se ouvir, que se habilite a lavoura a produzir mais e em melhores condições de preço, sendo certo, para

todos, que só com o favor das pautas, só com o artifício das tabelas, fixando preços, êsse *desideratum* não se poderá conseguir. A *brandura dos nossos costumes*, afinal de contas, a significar alguma coisa, significa a apatia mental dum povo que marcha sem a consciência dum alto destino.

¿ Não há urgência em resolver a questão agrária ?

É possível ; mas sucede com certas doenças da Sociedade o que sucede com certas doenças do Indivíduo, doenças do fôro cirúrgico — operadas a frio, a operação é muito mais fácil que operadas a quente, e é maior o número de probabilidades de cura.

O socialismo foi sempre agrário . . . na Rússia infinda, sendo fácil prever que uma grande revolução, naquele País, seria mais de ordem económica que de ordem política, agitaria mais os campos que as secretarias. Nos últimos anos, antes da guerra, crescera enormemente o número de proprietários rurais ; a terra era a moeda em que o imperador pagava os serviços que lhe prestavam, as dedicações de que lhe rodeavam o trono, além de ser a *bibelotage* com que ordinariamente brindava parentes e amigos.

Pois bem : a Rússia dos imperadores nunca reconheceu a urgência de resolver o problema agrário, que o bolchevismo nem sequer encontrou pôsto em equação, entrando logo a resolvê-lo, violentamente, tirando a uns e dando a outros, sem nenhuma preocupação de justiça.

Na Lituânia, país de acidentada história, com intermitências sujeitas à dominação da Rússia, pela última reforma agrária adoptada foram expropriados, *sem indemnização*, todos os proprietários, grandes ou pequenos, que haviam sido doados pela Coroa.

E pois que veio a talho de foice citarmos a Lituânia, diremos que a sua reforma agrária, sendo considerada como radical, tem cláusulas ou estipulações que um

conservador poderia subscrever. Esta, por exemplo : as propriedades bem cultivadas escapam à expropriação. E ainda mais esta : a propriedade expropriada é paga em anuidades, 36 anuidades, se não estamos êrro, e a unidade é fixada, em cada ano, em função dos géneros agrícolas na respectiva região — trigo, cevada, etc. As propriedades do Estado e de corporações municipais ou distritais foram dadas, precedendo o seu parcelamento, a particulares, não ficando esquecidos, naturalmente, os ex-combatentes da Grande Guerra. Fazendo isto, já tinham feito muito os reformadores lituanos, descendentes dos antigos *lethes* ; mas fizeram mais : criaram granjas modelos, campos de experimentação, depósitos de maquinaria agrícola e sementes apropriadas a cada registo.

* * *

É de todos sabido, mas nunca será inútil repeti-lo, que a gente portuguesa se alimenta insuficientemente — a gente pobre e trabalhadora ; que a outra, a gente rica e ociosa, essa de cada refeição faz um banquete.

É ver o que um *lusiada*, segundo o calão moderno, consome em pão, em carne e em açúcar, para só falarmos dêstes três géneros de primeira necessidade, por muito que aos ignorantes e aos gulosos custe meter o açúcar nesta classificação.

Os médicos militares, os que fazem inspecções, podem dizer alguma coisa sobre a validade dos mancebos na idade do recrutamento, e também podem dizer alguma coisa os médicos escolares sobre a pobreza orgânica das crianças na idade em que se aprende a ler.

A fraqueza é um passo dado no caminho da degenerescência, e não podem ser fortes as pessoas, embora não trabalhem, que fazem uma alimentação insuficiente.

Impõe-se, de urgência, um inquérito à vida portuguesa, às suas condições de habitabilidade, trabalho e alimentação, inquérito que pode ser auxiliado pelos poderes públicos, mas que deve ser conduzido e levado a cabo por associações ou entidades colectivas cuja índole mais de perto se ligue com a saúde e vigor da espécie.

A coisa certa, fora de contestação, é alimentar-se mal o portuguezinho valente, assim alcunhado por causa da *ralé* com que em velhos tempos se bateu com mouros, índios e castelhanos.

É necessário que a nossa agricultura se habilite a produzir tudo o que nos alimenta, sobretudo o pão e a carne, como já produzimos tudo o que bebemos, desde as águas minerais aos vinhos. Uma vez resolvido o problema da quantidade, *é necessário resolver o problema do preço*, o que implica, está bem de ver, um aumento de produção.

Por-ora, o lavrador produz pouco e produz caro; uma produção mais abundante, mesmo sem aumento de preços, pode dar-lhe maiores lucros.

¿ O que será necessário fazer para se alcançar esse *desideratum*?

Diz-se que ao poeta Vergílio, o da *Eneida*, foi dada a incumbência de exaltar a vida dos campos, em versos de beleza rara, para dignificar e tornar apetecível a indústria agrícola. Ao tempo, a Itália estava muito longe de produzir o que consumia; os seus incultos, os seus latifúndios causavam a miséria pública, a ponto de ser necessário criar uma espécie de pão político, antecipando-se-nos de muitos séculos... e com idênticos resultados...

Escreveu o mantuano as *Bucólicas* e as *Geórgicas*, admiráveis hinos à *terra fecunda*, ao trabalho honrado do lavrador, à simplicidade da sua vida, à candidez da sua alma, tão feliz... que nem dá por isso...

E será, na realidade, feliz quem sabe que o é?
A esta dúvida respondeu Bartrina, poeta catalão:

Se ao ser feliz creio sê-lo
Passo a sofrer nesse estado,
Porque me faz desgraçado
Só o medo de perdê-lo.
Se sou feliz sem sabê-lo,
Como não sei, não o sou.
Nesta incerteza assim vou,
Mas feliz nunca o serei,
Porque se o sou, não o sei,
E se o sei, já o não sou.

Não diz a História se depois da publicação, encomendada, de Vergílio, a produção cerealífera, na Itália, aumentou; e também não diz se o poeta, juntando o exemplo à pregação, se meteu a lavrador.

Nos velhos tempos em que cantou Vergílio, os deuses habitavam nos campos; cada ramo da indústria agrícola tinha o seu deus protector. A todos invocou o poeta, ao iniciar os seus cânticos, pondo acima de todos o divino César, rei da Terra e dos Mares, cingindo-lhe a fronte, em nome do Universo, com uma coroa de mirto, reverenciando-o como à divindade máxima. Os lavradores do nosso tempo dispensam os louvores e blandícias das Musas, convencidos de que lhes são de maior utilidade os conselhos dos técnicos — pouco doutores e muito agrónomos. Achariam excelente que a tôdas ou a algumas das festas nacionais, como na antiga Roma, se desse uma feição agrícola; mas achariam mal que se ressuscitasse, do tempo de Rómulo, a corporação dos «arvales fratres», certos, como estão, de que ela não daria assistência técnica à lavoura, e em matéria de sacrificios... lhe importaria os máximos, para ter vida forte e regalada.

O problema agrário, em Portugal, é essencialmente um problema de instrução e assistência, suprimindo a as-

sistência, de natureza técnica, as inevitáveis deficiências da instrução.

Deduz-se daqui, pela força da lógica e com a mais irrecusável evidência, que tal problema, considerado nos seus múltiplos aspectos, não é um problema sem solução, não é sequer um problema de solução indeterminada, importando procurá-la sem artifícios mais ou menos complicados.

Não é de fácil resolução o problema agrícola ; mas basta-nos saber que ela é possível, e basta-nos considerar que ela é necessária, para que a procuremos através de tudo, não descansando enquanto a não tivermos encontrado.

Latifúndios

Conhecemos, como tôda a gente... que não sabe latim, o significado gramatical da palavra *latifúndio*; mas ignoramos o seu significado jurídico, indo tão longe, a êste respeito, a nossa ignorância, que nem sequer sabemos se ela tem significação no direito civil português.

¿ Qual é a área mínima que deve ter um campo para merecer o qualificativo de *latifúndio* ?

Uma herdade que leve, semeada de ponta a ponta, sessenta moios, deve ter uma superficie de 450 hectares, se a terra fôr de qualidade a exigir, por cada hectare, oito alqueires de semente.

Sem dúvida que é uma herdade grande; mas não deve chamar-se-lhe *latifúndio*, dando à palavra o seu vulgar significado.

Numa tal herdade, dando à terra a folga que ela não dispensa, sob pena de se tornar improdutiva — é o regime de pousio — o lavrador não poderá semear mais de oito a dez moios de trigo, oito a dez moios de cevadas, alqueivando terra para a sua habitual sementeira. Se ali puder manter umas 500 ovelhas e uns cinquenta porcos, o lavrador já faz uma exploração que pode ser remuneradora, ficando longe de o enriquecer.

Se a terra de trigo lhe der apenas sete sementes e

meia, que é a média calculada para todo o País, os lucros da sua labuta anual só poderão vir-lhe das cevadas e dos gados, um moio de cevada não chegando a valer, ou pouco mais valendo, que um moio de trigo, tendo o preço dos gados altas e baixas, que não permitem razoáveis cálculos.

O lavrador só atribue valor à terra que explora quando é rendeiro, porque tem de pagar a renda; quando é dono da terra, não lhe atribue valor algum. O único capital para que elle quer juro é o que emprega na exploração; o capital fixo, representado pela terra que explora, esse considera-o como um dom gratuito, uma espécie de máquina a que elle não atribue valor de uso, a não ser quando ela trabalha por conta alheia.

Vamos a um exemplo:

F... semeia a sua seara, vende o que pode dispensar da colheita, vende o que pode dispensar dos seus gados e, deduzindo do produto destas vendas o que dispense nas várias operações agrícolas, desde a sementeira à debulha, encontra-se com uma certa quantia expressa *em contos* — trinta contos, por exemplo — que reputa o seu lucro.

Ora, se F... vendesse a sua herdade por trezentos contos — era só pedi-los! — e pusesse a render esse dinheiro, contentando-se com um juro de amigo, *dez por cento*, obteria um rendimento anual, sem cuidados nem canseiras, de trinta contos, o que tanto faz dizer que passava o ano... a trabalhar p'ro bispo.

O lavrador que só viver da seara, mesmo no regime de protecção em vigor, não passa da cepa torta; o que hoje ganha, perde-o amanhã — chapa deitada, chapa batida. Os gados são, por assim dizer, a sua *caisse d'épargne*, a sua reserva monetária, a que recorre nos mercados e feiras.

Convém dizê-lo, porque há muita gente que o igno-

ra: o lavrador começa a fazer despesas com a seara em fins de Setembro, princípios de Outubro, e, só passado um ano, mais quinzena, menos quinzena, vende a sua colheita. Gasta com a sementeira, gasta com o alqueive, gasta com a monda, gasta com a ceifa, gasta com a debulha e, muitas vezes, para ocorrer a estes gastos, precisa de tirar dinheiro a juros.

Com os pequenos seareiros succede coisa pior, porque êsses, coitados, vendem a seara em verde, por dez-réis-de-mel-coado. O *crédito* pessoal libertá-los-ia da usura, mas Deus sabe quando êle se estabelecerá em benefício da gente agrícola.

Pois que muito se fala agora da Roménia, onde se fêz, por decreto, um extraordinário parcelamento da propriedade rústica, convém estudar o nosso problema agrário sob êste restrito ponto de vista, resolvendo-o ou procurando resolvê-lo da forma mais conveniente aos interesses da Nação, respeitando, na justa medida, os legítimos interesses de cada um.

Estamos em crer que a propriedade pulverizada é a miséria repartida por todos; que a propriedade criteriosamente parcelada é a abundância para o maior número; que a propriedade concentrada, como ainda há pouco na Rússia, é a riqueza para uma insignificante minoria.

O direito de propriedade ainda é o direito de *usar*, mas já não é o direito de *abusar*; e não cultivar é um abuso. Possuir algumas centenas, alguns milhares de hectares de terra apta para a exploração agrícola, e deixá-la maninha por tempos sem fim, é cometer um grave abuso de posse, um intolerável abuso do direito de propriedade, que não pode ser hoje o que era ontem, porque bem diferente do que era ontem é hoje a noção dos direitos individuais em relação aos direitos da comunidade, segundo a moderna concepção econó-

mica da vida. Quem não pode ou não quer cultivar as terras que possui, tem de alienar a sua posse ou o seu uso, como achar melhor; o que não pode é conservá-las improdutivas.

Em País nenhum, quer na Europa, quer fora da Europa, na hora que passa, a tendência é para a concentração da propriedade, de modo a suceder com a terra, *mutatis mutandis*, o que sucedeu com a indústria fabril.

Na Rússia fez-se um ensaio, em grande, de comunismo agrário, depois da revolução bolchevista; e o resultado foi multiplicar-se a propriedade individual duma maneira imprevisível. Convém dizer que a tendência, na Rússia, bem acentuada desde 1818, não era para o comunismo agrário, mas sim para a divisão da propriedade, monopolizada pelos grandes senhores.

O comunismo agrário da Rússia teve na Inglaterra uma repercussão benéfica, porque obrigou muitos *landlords* a fraccionarem os vastos domínios, vendendo-os a retalho. É que na Inglaterra, país de propriedade concentrada, o *bolchevismo* teve uma repercussão maior, muito maior do que na França, país de pequena propriedade; e o inglês percebeu muito bem, desde a primeira hora, que a sua riqueza latifundiária podia vir a ser a sua miséria.

Talvez sejam necessárias algumas leis para se conseguir um justo e conveniente parcelamento da propriedade neutra; mas essas leis resultariam de nenhuma eficácia, ou de efeitos contraproducentes, se fôsem inspiradas em propósitos radicais, não respeitando usos nem costumes, por completo alheias ou totalmente opostas à tradição, leis que pretendendo ser *fiat* criador, nada mais seriam do que a catástrofe bíblica.

A verdade é que o número de proprietários aumenta

de ano para ano, não sabemos em que proporção, mas aumenta sucessivamente, e dêsse aumento tem resultado, no sul do País, ao menos, uma maior produção cerealífera.

É conhecido o caso dum proprietário, no concelho de Ferreira do Alentejo, que dividiu uma vasta propriedade em courelas, dando-as de aforamento. O rendimento dessa propriedade tornou-se três ou quatro vezes maior.

Poucos latifundistas haverá dispostos a semelhante procedimento ; mas este não é o único processo de formar proprietários, independentemente de leis, mais ou menos draconianas.

Vendia-se uma propriedade do concelho de Aljustrel, grande, de 500 a 600 hectares. Formou-se uma sociedade de artífices, seareiros e pequenos comerciantes, que adquiriu a propriedade por qualquer coisa como 145 contos, que ao tempo ainda não eram 145 lérias. Duma hora para a outra, a bem dizer, o concelho viu-se com mais 52 proprietários. Para se conseguir este resultado não foi necessário ferir os direitos de ninguém, não se tornou preciso investir contra um regime que vem de muito longe, e que à força de durar pretende ser legítimo.

Anos passados, muito poucos, uma outra sociedade se formou, de gente de poucos haveres, para a aquisição duma outra propriedade, que de-facto adquiriu por 300 contos, e que foi dividida por vinte sócios, em partes iguais.

E aqui está como, em pouco tempo, dois ou três lustros, o número de proprietários, num só concelho, quasi podia dizer numa só freguesia, cresceu de 72, não havendo interêsses lesados nem direitos ofendidos.

¿ Seria muito que o Estado, admitida a conveniência do parcelamento, emprestasse dinheiro a juro módico

a sociedades que se formassem nas condições e para os fins das sociedades referidas?

Assim se evitaria a concentração da propriedade, por compra, não deixando de ser conveniente evitar a sua concentração por herança, o que facilmente se conseguiria por via legislativa.

Crédito agrícola

Fôsse quem fôsse o ministro do Fomento do Govêrno Provisório, êle teria instituído o Crédito Agrícola, sem dúvida melhor do que eu o fiz, mas determinado pelas mesmas poderosas razões.

Vivíamos em regime de importação anual de cereais — trigo e milho — e reconheciam todos que a protecção alfandegária não bastaria só por si para resolver o problema. A necessidade de crédito agrícola era por todos reconhecida, e afigurava-se aos entendidos na matéria que sem essa providência a lavoura não se habilitaria a produzir todo o pão que comemos.

Tivesse Elvino de Brito instituído, em 1899, o crédito agrícola, e outra seria hoje a sorte da lavoura portuguesa.

Para não termos *déficit* cerealífero bastaria que já tirássemos da terra, como a Espanha, 14 hectolitros por hectare, o que é bem pouco em relação à Dinamarca, que tira 36, à Inglaterra, que tira 27, à Suécia, que tira 29, e à França, que tira entre 17 e 20.

Convém não esquecer que 62 por cento da população vive do trabalho rural e que 78,5 por cento da área total do País é explorada pela agricultura. Se não deve merecer dos poderes públicos a mais solícita atenção, a mais carinhosa assistência uma indústria em que se empregam e de que vivem mais de cinquenta por cento

dos seus trabalhadores e que valoriza mais de três quartos da sua área !

Cinquenta Caixas de Crédito Agrícola Mútuo representaram, há pouco, ao Governo, pedindo que subsista esta forma de créditos, atentos os altos serviços que tem prestado à lavoura, de norte a sul do País.

É de lamentar que não haja mais Caixas nem haja mais sindicatos; mas o remédio para este mal não consiste em acabar com o que há, e sim em criar o que falta, acordando iniciativas e estimulando empreendimentos.

¿ Alguns sindicatos têm pervertido a sua missão, fixada na lei, convertendo-se em casas de comércio ganancioso ?

É certo; mas o remédio não será acabar com todos, mas castigar e meter na ordem os que delinqüiram.

Sabe-se que alguns sindicatos aceitaram *letras de favor*, e que, não tendo sido pagas essas letras no prazo do seu vencimento, a Caixa Geral de Depósitos, onde haviam sido descontadas, as remeteu para o Tribunal do Comércio, como a um qualquer devedor que se esquece de honrar os seus compromissos.

Mas ¿ não será igualmente certo que o Estado avalizou muitas dessas letras, responsabilizando-se pelo seu pagamento ?

Na lei de 20 de Março de 1907, art. 22.º, clara e terminantemente se estatuiu que o Estado não pode caucionar obrigações de terceiro por qualquer forma, directa ou indirecta de caução. O melhor é transcrever :

«Art. 22.º O Estado não poderá garantir as obrigações de terceiro por meio de fiança, aval ou qualquer outra forma directa ou indirecta de caução.

§ único. Será nula qualquer obrigação contraída pelo Estado contra o disposto neste artigo.»

Esta lei da Monarquia teve uma consulta favorável da Procuradoria Geral da República.

As letras de favor são uma vulgar manobra que a lei pune; e quando o delicto é praticado ou cometido por entidades tão achegadas ao Estado, como os sindicatos, a sua gravidade sobe de ponto.

Quanto às Caixas...

Pelo art. 41.º da lei de 1 de Março de 1911 era criado um fundo de reserva, no valor de 200 contos, destinado — § 3.º — «a cobrir quaisquer prejuízos que das operações de crédito agrícola realizadas nos termos do presente decreto com força de lei advenham ao Estado e não possam ser cobertos pelos lucros que advenham das mesmas operações.»

Este fundo — § 5.º — seria reintegrado tódas as vezes que, por qualquer razão, se achasse reduzido, o que mostra o cuidado do legislador em acautelar os interesses do Estado, nas suas relações com a lavoura.

Ora sucedeu que em 1918 — art. 24.º do decreto n.º 4.022, de Março — este fundo passou de 200 para 20 contos, pelo facto muito simples de não ter havido, até àquela data, prejuízo algum com as operações do crédito agrícola; e como o mesmo sucedesse dali em diante, em 1925 — decreto n.º 10.952, de 22 de Julho — foi esse fundo extinto.

Bastaria este facto, só por si, para defender as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de qualquer violência que contra elas se premeditasse, directa ou indirectamente, arvorando-se o pendão do crédito individual, que é um na prática, e outro, bem diverso, na teoria.

Se às Caixas, e no devido tempo, tivessem sido fornecidas as quantias que elas requisitavam e de que careciam para satisfazerem os pedidos dos seus associados, a lavoura teria rematado com menos dificuldades o decorrente ano agrícola, e aquela providência, decretada em fins de Junho, não teria a menor razão de ser.

Há-de saber-se, mais tarde, que resultados teve êsse ensaio de crédito individual, muito do agrado de lavradores que não semeiam, e de outros rebeldes à associação, por egoísmo estúpido.

Bem sabemos que em Portugal a Meteorologia, mais do que a Agrologia, condiciona a produção cerealífera; mas enquanto não pudermos dispor do ar como dispomos da terra, é necessário que tiremos desta todo o rendimento possível.

Num País de *déficit* cerealífero não há o direito de ter incultas terras cultiváveis, e também não deve haver o direito de explorar com outras culturas as terras decididamente aptas para a cultura do trigo. A velha fórmula do *utendi et abutendi*, o direito de usar e abusar, que definia a posse inteira e completa, já não é do nosso tempo; e o plantar vinha numa terra em que se pode vantajosamente semear trigo é uma variante da-quele preceito jurídico.

Não queremos que se negue ao proprietário rural o direito de explorar como bem queira e melhor lhe pareça a sua terra; o que afirmamos é o direito, que é ao mesmo tempo um dever, que tem o Estado de lhe exigir, sob a forma de imposto, uma compensação do benefício que, voluntariamente, deixa de fazer à comunidade, produzindo aquilo de que ela mais carece.

Mas, revertendo às Caixas...

Estão hoje associados, por êsse País além, *treze mil agricultores*, e por êles as Caixas têm distribuídos *quarenta e sete mil contos*.

E' pouco? Sem dúvida; mas não era nada há dezóito anos. Tendo em consideração a má vontade contra o crédito agrícola mútuo, havemos de confessar que é muito.

Se a associação, no restrito campo da vida económica, é um poderoso instrumento de felicidade individual e utilidade colectiva, ¿ não será conveniente e justo dar vantagens e regalias aos que se associam?

* * *

¿ De quantos e quais serviços públicos se poderia escrever, com verdade, o que no relatório da *Direcção Geral do Crédito e das Instituições Sociais Agrícolas* se escreveu, relativamente à gerência de 1923-1924?

«... Os serviços da Direcção Geral do Crédito e das Instituições Sociais Agrícolas não pesam no orçamento público com um centavo de despesa, que as suas receitas cobrem já com saldo apreciável.»

A regra é cada serviço gastar a verba com que foi dotado no *Orçamento Geral* e ainda pedir alguma coisa aos créditos extraordinários ou especial.

A burocracia é uma espécie de *instituição maçónica*, com variadas choças e lojas, que são as repartições públicas. A sua dinâmica, como a de tódas as maçonarias, é muito complicada e tem segredos que só os iniciados conhecem...

O que se inscreve no Orçamento é para se gastar; e manda a *ortodoxia maçónica, funcionarista*, que se gaste... para que as respectivas verbas, no ano seguinte, não sejam diminuídas.

A dotação do *Crédito Agrícola*, no ano de 1922, foi de 354.184\$16 e a despesa foi de 184.188\$62, o que tanto faz dizer que se fêz uma economia ou ficou um saldo disponível de 169.995\$54.

Gastou-se parcimoniosamente, é certo, mas a razão principal do facto é esta — não ter aquela Direcção o pessoal que devia ter, o pessoal que era necessário que tivesse para o desempenho regular dos seus serviços.

Em nenhum serviço do Estado deve haver pessoal a mais; mas em nenhum, também, deve haver pessoal a menos; e nunca a Direcção do Crédito Agrícola, des-

de a sua fundação até agora, teve o pessoal necessário para a boa execução dos seus serviços. Há economias que são verdadeiros desperdícios.

E, pois que vem *ad rem*, não queremos deixar de acentuar este ponto: nos serviços de carácter técnico há vantagens em ter e conservar um pessoal especializado, admitido por contrato, só entrando no respectivo quadro ao cabo de alguns anos de bom e efectivo serviço.

Mas vamos ao que mais importa: A-pesar-de tódas as diculdades opostas à execução da lei de 1 de Março de 1911, foram-se criando alguns Sindicatos, foram-se criando algumas Caixas, tornando-se sensíveis os benefícios da lei de protecção à agricultura associada, que só nela pensou o legislador do Governo Provisório. Bem entendido, os benefícios directos feitos à lavoura associada eram benefícios indirectamente feitos à economia do País.

Um dêsses benefícios, e não dos menos consideráveis, foi este — a baixa do juro nas diferentes regiões agrícolas, juro dum capital, no todo ou na sua maior parte, destinado à agricultura.

Sempre a lavoura, em Portugal, foi explorada pela usura, desprotegida do Estado e rebelde à associação, por índole e por ignorância — a que talvez se possa aplicar, mais do que à preguiça, a alcunha de *mãe de todos os vícios*.

No seu belo livro — *O Crédito Agrícola em Portugal* — o Dr. João Ulrich dá uma pequena estatística do preço do dinheiro, isto é, do juro em vários países da Europa, e nessa estatística Portugal figura como sendo dos mais sugados pelos usurários. Havia uma ou outra alma benfazeja que se contentava com um juro moderado, nove ou dez por cento; mas o maior número exigia mais, muito mais, tal havendo que não se contentava com menos de setenta e cinco por cento!...

Na estatística do Dr. João Ulrich, relativa a 1900, o distrito em que o juro era mais alto era o de Bragança, com 75 por cento; vinham logo a seguir o de Faro, com 55; o de Évora com 27; os de Coimbra e Viseu, com 25, havendo apenas dois, o de Braga e o de Leiria, em que o juro era representado por um numero razoável: respectivamente, 9 e 7. Nos outros o juro variava entre dez e vinte.

A situação da lavoura perante a usura não se modificara sensivelmente nos dez anos transcorridos entre 1900 e a proclamação da República, tal havendo, por esse País além, que hipotecava as suas propriedades no Crédito Predial, pagando um juro que pouco ia além de seis e meio por cento, com tôdas as alcavalas, para o emprestar aos lavradores a um juro que raramente ficava abaixo de doze.

O Crédito Agrícola, instituído pela lei de 1 de Março de 1911, visava a libertar a lavoura desta tirania exploradora, e desde logo os seus efeitos benéficos se fizeram sentir nas diferentes regiões agrícolas onde se criaram Caixas.

No relatório da Junta de Crédito Agrícola, publicado em 1913, lia-se isto:

«No Bombarral, em Serpa, em Elvas e em Vila Flor, o juro dos empréstimos particulares nivelou-se já pelos 5 por cento que as Caixas cobram. Algum capital, mesmo do que andava na antipática especulação de agiotagem, veio depositar-se nas respectivas Caixas, preferindo os seus possuidores, a tê-lo inerte, receber o seu pequeno juro de 3 por cento nos estabelecimentos que têm ao-pé de si e cujo funcionamento podem vigiar de perto.»

Quere dizer: rapidamente, ao cabo de alguns meses de exercício, os serviços do Crédito Agrícola obrigavam

a agiotagem a *baixar a proa*, libertando a lavoura duma contribuição mais pesada que as pesadíssimas contribuições do Estado.

¿ Quere o leitor ver como a respeito do Crédito Agrícola se exprimiu, em 1914, o presidente da direcção da Caixa de Elvas, Dr. António dos Santos Cidrais ?

« Outro aspecto da beneficiação do Crédito Agrícola, que esta direcção considera da mais alta importância, é a sua influência sobre o meio prestamista local: antes da Caixa, emprestava-se dinheiro a 10, a 12 e a mais por cento, e esse dinheiro era pedido de chapéu na mão e espinha curvada; hoje a taxa é mais baixa, attingindo difficilmente 8 por cento, mas aproximando-se geralmente de 6 por cento, e vai desaparecendo a dependência deprimente e servil dos devedores para os credores; e, se a independência e a baixa do juro não são ainda tão completas quanto seria para desejar, é evidentemente porque esta Caixa, de recente criação, não conseguiu ainda attingir um volume de negócios que esteja em relação com as necessidades do meio. »

O que succedeu em Elvas succedeu igualmente em Serpa, succedeu em tóda a parte onde se fundou uma Caixa, isto é, em tóda a parte onde a lavoura foi sufficientemente inteligente para se associar, em termos de fruir benefícios que eram a sua libertação, relativamente aos agiotas, e a sua condição de vida próspera, concorrendo outros factores.

Recebendo depósitos, embora a baixo prémio, as Caixas educavam os grandes e os pequenos lavradores — os grandes, porque os seus depósitos eram um auxílio voluntário aos menos abonados, um facto de solidariedade numa classe que é, por índole e por educação, eminentemente individualista; os pequenos porque lhes oferecia colocação segura às suas modestas disponibili-

dades, embora a trôco duma exígua remuneração, nunca tão exígua que não fôsse maior que o rendimento do *pé-de-meia*.

A lei de 1 de Março de 1911 — nunca será inútil repeti-lo — não visava apenas os interesses materiais da lavoura; visava também os interesses morais; tinha propósitos, em relação a essa classe, eminentemente educativos. Por isso se incitou à formação dos Sindicatos; por isso se deu à respectiva instituição de crédito determinada organização e se lhe impôs um funcionamento de tal ordem que as Caixas não fôssem apenas um agiota boa-pessoa, fornecendo dinheiro mais barato que os outros...

* * *

Não era perfeita a lei de 1 de Março de 1911; mas os seus defeitos, grandes ou pequenos, só pela sua rigorosa execução se tornariam patentes. As leis, disse Torqueville, devem cumprir-se a rigor, para que se reconheça a sua utilidade; se são boas, para que se emendem; se são defeituosas, para que se derroguem, se não comportam emenda.

O dinheiro para o Crédito Agrícola era o Banco de Portugal que o dava, nos termos do respectivo decreto com força-de-lei, abrindo a Junta uma conta corrente. As quantias levantadas pela Junta eram caucionadas com títulos da dívida pública.

O que sucedia?

Sucedia que o Ministério das Finanças nunca tinha pressa de fornecer a caução, quando a Junta pedia dinheiro ao Banco; e, como se o dinheiro pedido fôsse para desperdícios, reduzia a verba a seu talante, nem sequer inquirindo das verdadeiras necessidades da Junta.

¿ O pedido era de cem contos ?

O Ministério das Finanças só caucionava cinquenta, e ainda o fazia tarde e a más horas, sem pensar que, sendo a agricultura uma indústria mais do que outra qualquer circumstancial, quando o lavrador, sobretudo o pequeno lavrador, pede dinheiro é porque tem necessidade urgente de o haver.

As escusadas demoras que assim tinha a Junta em satisfazer os pedidos das Caixas Agrícolas faziam com que os lavradores se aborrecessem, subindo de ponto o seu aborrecimento quando não era satisfeito integralmente o pedido.

Por sua vez, os secretários do registo predial, com louváveis excepções, demoravam escandalosamente as certidões que as Caixas lhes pediam, indispensáveis para não fazerem empréstimos que não tivessem as garantias da lei. Convém dizer que tais certidões eram passadas *gratis por deo*, e isso explica, mas não justifica, a incúria de alguns conservadores do registo.

Os usurários, vendo e sentindo ameaçada a sua escandalosa indústria, moviam contra as Caixas uma campanha de descrédito, exagerando pequenos defeitos do seu funcionamento, não recuando perante a mais deslavada mentira. Assim, elles propalavam que a cadastração da propriedade, feita nas Caixas, serviria para agravar os tributos.

Donos de pequenas propriedades que andavam fora da matriz abstinham-se de pedir dinheiro às Caixas, porque não o obteriam sem terem feito primeiro a sua inscrição, garantindo-se uma posse de que não possuíam título.

Se não fôra a necessidade de se estabelecer imediatamente o Crédito Agrícola, teríamos começado por levantar o cadastro da propriedade rústica, que não estaria pronto, trabalhando-se nêle com gana, antes de oito ou dez anos. Mas, de-facto, a agricultura, a despeito da protecção que lhe dispensara Elvino de Brito,

arrastava uma vida difícil, e um dos males de que ela enfermava, e a queurgia dar remédio, era o da falta de dinheiro barato em quantidade suficiente para as inevitáveis despesas. O cadastro viria depois, não apenas como instrumento fiscal, mas como base da propriedade imobiliária, permitindo estabelecer um sólido regime hipotecário, definindo com segurança a sua situação jurídica.

Criámos o Crédito Agrícola e ainda pudemos levar ao Parlamento uma proposta consignando as bases em que deveria ser organizado o cadastro do nosso País. Mas, reatando o fio interrompido...

Os lavradores que negociavam em adubos eram inimigos dos Sindicatos, e não poucos se entregavam a êsse comércio, dêle auferindo apetecíveis lucros. Os que davam dinheiro a juros, os poucos que o podiam fazer, não se conformavam com a existência das Caixas, que emprestavam a mais baixo preço.

Conviria habilitar os Sindicatos a oferecerem aos seus associados vantagens que êles não poderiam obter doutra forma: tarifas de grande favor, por exemplo; preferência no transporte do que expedissem ou recebessem, concernente à agricultura. Conviria fazer do Crédito Agrícola um verdadeiro apostolado, indo os agrónomos do Governo até junto dos lavradores, ensinando-os sem ares de pedagogos, desviando-os da sua rotina por todos os meios de persuasão. Muitos lavradores ricos, segundo a bitola do tempo, mal sabiam ler e escrever, havendo muitos inteiramente analfabetos. Não havia que dar-lhes lições escritas, e as lições orais precisavam de ser proporcionadas à sua exigüidade mental.

A Bélgica, país mais pequeno do que o nosso, foi realizando em larga escala o princípio da associação que elevou a sua agricultura a um grau altíssimo de desenvolvimento. Só para não nos alongarmos demasiadamente é que não comprovamos esta afirmação com

números duma rara eloquência. Diremos apenas que o cooperativismo, estabelecido para criar e vender coelhos em larga escala, permitiu à Bélgica, em 1908, exportar para Inglaterra, em caixas, nada menos de *três milhões* destes simpáticos roedores. Neste mesmo ano as leitarias associadas venderam lacticínios no valor de 36:343.450 francos, ou seja, em moeda portuguesa, ao câmbio de então, qualquer coisa como 7.200 contos, em números redondos.

A lavoura portuguesa não mediu o alcance dos benefícios que podia tirar da lei de 1 de Março, e, embora muito precisada de dinheiro, não se deu pressa em formar sindicatos, indispensável condição para ter *Caixas*, isto é, para ter pequeninos Bancos que lhe vallessem nas suas dificuldades periódicas, hoje para fazer as mondas, amanhã para fazer as ceifas.

Ainda hoje, volvidos muitos anos sobre a publicação da lei que criou o Crédito Agrícola, obrigando à formação de sociedades de índole cooperativa, ainda hoje o número de *Caixas* é excessivamente modesto, muitas das quais, uma dúzia, pelo menos, funcionam com extrema irregularidade.

O movimento associativo agrícola, na Bélgica, começou em 1848, adoptando-se dois tipos de Associação — associações oficiais e associações livres. A bem dizer, as segundas, as associações livres, só em 1886 se formaram e adquiriram desde logo um tal desenvolvimento, que, passados alguns anos, à data em que em Portugal se criavam as *Caixas*, já eram em número superior a cinco mil !

Estudando bem as condições de vida do nosso lavrador, do lavrador que vive no campo, e presos à terra tem a totalidade ou quasi totalidade dos seus interesses, consubstanciais dos seus affectos, comprehende-se e não scandaliza o seu egoísmo, que poderia ser e devia ser um pouco mais esclarecido.

Caminhos-de-ferro

Diz-se, e é verdade, que são muito largas as malhas da nossa rede ferroviária.

A área total do País não chega a medir noventa mil quilómetros quadrados e a sua população mal atinge, se atingir, seis milhões de habitantes. Sendo apenas de 3.411 quilómetros — números oficiais — a rede construída, facilmente se verifica que não chegamos a ter 40 metros de linha férrea por quilómetro quadrado, o que dá menos de 600 por mil habitantes.

Somos um pequeno País, é certo; mas a Bélgica é muito mais pequena que Portugal, visto a sua superfície exceder de pouco trinta mil quilómetros quadrados. Pois na Bélgica, por cada quilómetro quadrado de superfície, há mais de trezentos metros de caminho-de-ferro; e, como a sua população excede um pouco os sete milhões, temos que ali, por cada 1.000 habitantes, há quilómetro e meio de linha férrea, mais metro, menos metro.

A densidade da população, em Portugal, é de 64 habitantes por quilómetro quadrado; na Bélgica é de 245, havendo províncias, o Brabant, por exemplo, em que vai além de quatrocentos.

Em poucos anos podíamos ter uma rede de caminhos-de-ferro igual à da Bélgica; mas, feito isso, que era só uma questão de dinheiro e trabalho, e nada teríamos que

invejar à Bélgica em desenvolvimento de riqueza nacional?

Diz-se, e adentro de certos limites é verdade, que o comboio faz o tráfego. O que elle não faz é criar a mercadoria, produtos da agricultura ou da indústria; e sem mercadorias não há tráfego de caminho-de-ferro.

Na América, terra de improvisações, lança-se um caminho-de-ferro através duma região inexplorada, mas susceptível de vasta e remuneradora exploração. Os primeiros transportes que por aí se fazem são de casas desmontáveis, todo o apetrechamento para se formar rapidamente um centro de população, a crescer de dia para dia.

¿ A região é essencialmente agrícola?

Fácilmente os indivíduos que se dedicam à agricultura alcançam dinheiro a juro modesto, e a própria companhia do caminho-de-ferro lho proporciona, garantindo-se assim um tráfego que remunerará os capitais que empregou na construção e as despesas que faz na exploração, acrescidos de lucros.

Na União Sul-Africana, o caminho-de-ferro que vai directamente de Johannesburg ao Cabo atravessa o Karro, que é um deserto cuja superfície mede cento e sessenta mil quilómetros quadrados, aproximadamente o dôbro de Portugal. ¿ De que serviria lançar por sobre este deserto uma rede de caminhos-de-ferro com as malhas largas como as nossas, ou apertadas como as da Bélgica?

Compete aos caminhos-de-ferro uma função essencialmente económica, que melhor desempenham estando na posse do Estado, com encargos de exploração, que na posse de companhias, a manejarem as tarifas ao sabor de interesses particulares, vivendo na preocupação de juros e dividendos.

Devíamos ter pensado, há muitos anos, no desenvolvimento da nossa rede ferroviária; e sabe Deus que

grande prosperidade teria adquirido a economia nacional, sobretudo no que diz respeito à agricultura, que é a nossa indústria por excelência.

Se em 1899, data da chamada *lei da fome*, a despeito do enorme incremento que deu à lavoura, elevando de muito a nossa produção de trigo, se em 1899 tivéssemos prestado a devida atenção aos caminhos-de-ferro, bem como às estradas, que são os seus drenos naturais, ou já não teríamos *déficit* cerealífero, ou tê-lo-íamos reduzido a insignificantes proporções.

Acordou-se agora, ao que parece, tarde e a más horas, para a tarefa de desenvolver a nossa rede ferroviária, construindo caminhos que elevem a sua extensão de 3.411 quilómetros para 7.267, o que nos aproximaria da Bélgica, quanto à extensão total da rede, deixando-nos ficar muito àquem relativamente à proporção entre ela e a superfície do País expressa em quilómetros quadrados.

Dissemos que se acordou tarde e a más horas para a tarefa de apertar as malhas da nossa rede ferroviária, e na verdade assim é, porque aí temos os camiões, os automóveis e as camionetas a fazer uma concorrência enorme e grandemente vantajosa ao caminho-de-ferro, sendo natural que muito em breve a aviação comercial, já prodigiosamente desenvolvida noutros países, a Alemanha, por exemplo, venha tornar ainda mais dura, mais prejudicial essa concorrência.

Por-ora, e atendo-nos só ao que se passa entre nós, o automobilismo ainda não faz aos caminhos-de-ferro concorrência incomportável, à uma porque é muito deficiente, muito incompleta a rede das nossas estradas, e depois porque muitas das estradas que temos ainda não foram convenientemente reparadas.

¿ Os caminhos-de-ferro são um instrumento de produção ?

Sem dúvida ; mas são, principalmente, um instrumen-

to de transporte, e para exercerem a sua função, sob este ponto de vista, é necessário haver que transportar.

Os números são duma eloquência rara e duma lógica inatacável.

Temos aqui uma estatística em que se mostra que os caminhos-de-ferro alemães, em 1927, transportaram sete toneladas por habitante.

¿ Quere o leitor saber o que succedeu, no mesmo ano, em Portugal ?

Pois succedeu transportarem os nossos caminhos-de-ferro um pouco mais de meia tonelada por habitante !...

Estamos a ouvir dizer que se tivéssemos uma rede maior de caminhos-de-ferro teria aumentado a produção, havendo mais que transportar.

E ¿ quem nos garante que esse aumento de produção seria tal que, tendo aumentado também a extensão da rede ferroviária, a relação entre as unidades de peso e distância não seria constante ?

Em 1870 — Relatório da comissão encarregada de elaborar o plano geral da rede ferroviária do continente, nos termos do decreto n.º 13.829, de 17 de Junho de 1927 — o número de quilómetros em exploração, nas linhas do Sul e Sueste, era de 212, e o número de toneladas transportadas foi de 609.897. Como se observa no relatório citado, a extensão da rede quadruplicou, e no mesmo período de tempo a tonelagem transportada tornou-se onze vezes maior. Estes números mostram bem claramente que a actividade produtora do lavrador alentejano, pois que de géneros agrícolas se trata, não é ronceira como a do Estado exercendo a indústria de transportes por via férrea.

A antiga rede dos Caminhos-de-Ferro Portugueses tinha a extensão de 1.146 quilómetros, e por ela se fazia um tráfego maior que pela rede explorada pelo Estado.

A média, por quilómetro, da tonelagem transportada na rede da Companhia era de 1907 toneladas, sendo a de passageiros 10.500.

¿ Quere o leitor saber o que são estas médias na rede da Companhia do Norte de França, cuja extensão anda à roda de 4.000 quilómetros ?

A média, em relação à tonelagem, é de 15.138, e em relação à dos passageiros é de 37.989.

É bom que olhemos para o que se passa lá fora, nos grandes e pequenos países, e com todos temos que aprender, porque todos estão mais adiantados; mas importa que não olhemos para eles à moda de caçadores, com um olho aberto e o outro fechado, porque podemos ser induzidos em erros lamentáveis.

¿ Precisamos de mais caminhos-de-ferro ?

Talvez; mas do que sem dúvida precisamos é de melhorar, sem demora, o nosso apetrechamento ferroviário, e isso também custa dinheiro.

Um espanhol muito das nossas relações, e que pelas coisas de Portugal sempre mostrou um grande interesse, dizia-nos outro dia, em conversa de café:

— O seu País e o meu precisam completar as respectivas redes ferroviárias, e uma das linhas que mais interessa construir é a de Castelo Branco-Plasencia.

Achei-lhe graça, porque eu acabava de ler dois relatórios, um condenando essa linha por motivos de ordem económica, o outro condenando-a por motivos de ordem estratégica...

Problema demográfico

Em França, quando um deputado ou senador faz um discurso de truz, notável por qualquer título, logo um membro da respectiva Câmara requiere a sua *affichage*, que só por excepção deixa de ser concedida. Impresso o discurso em fôlhas sôltas, são estas coladas nos lugares do costume, e é como se um *haut-parleur*, de tamanho himalaico, o fizesse ouvir, ao mesmo tempo, em todos os cantos da França. Em Portugal escreve-se bastante nas esquinas, e valia a pena recolher alguns trechos dessa curiosa literatura para os encaixar nuns *lugares selectos* ou grosso volume de antologia...

Vem isto a-propósito de um admirável discurso que outro dia fêz, na Sociedade de Ciências Médicas, o Dr. Silva Carvalho, ao assumir a presidência daquela douta corporação.

Esse discurso, pelos factos que revela, pelas soluções que aponta e salutaes advertências que contém, merecia ser afixado à moda francesa... se a nossa percentagem de analfabetos não fôsse a vergonha que sabemos.

Não ousamos pedir afixagem, pela razão exposta; mas ousamos pedir ao Dr. Silva Carvalho que o amplie, e à Sociedade de Ciências Médicas que promova a sua publicação e a sua difusão, distribuindo-o gratuitamente por cidades, vilas e aldeias.

O Dr. Silva Carvalho foi um dos alunos mais distintos da Escola Médica de Lisboa, e seria um dos seus professores mais ilustres, se não se tem dado a circunstância de fazer concurso com um dos mais hábeis cirurgiões da sua geração, o Dr. Alfredo da Costa. Nos velhos tempos que estou remomerando, o concurso para professor da Escola Médica abrangia toda a matéria do ensino naquele estabelecimento. O médico e o cirurgião precisavam saber tanto de medicina como de cirurgia, sem nenhuma especialização para efeitos de concurso ou de regência de cadeiras. É verdade que a cirurgia, como Ciência, há quarenta anos, sobretudo em Portugal, era um modesto capítulo da ciência médica; e como Arte, apenas ensaiava os seus golpes audaciosos. Todos, mestres e discípulos, lamentaram que houvesse uma só vaga, porque os dois concorrentes eram por igual dignos de ocupar a cátedra professoral. Mas a ninguém passou pela cabeça que o Dr. Silva Carvalho renunciasse de vez a ser professor, certa como devia considerar a sua entrada para o corpo docente da Escola, na primeira vaga que se desse, aprovado por unanimidade, sem discrepância de um voto.

Ora sucedeu que o Dr. Silva Carvalho não pensou mais em concursos, e botou-se a fazer clínica, conseguindo facilmente ser um dos médicos de melhor e mais larga reputação da capital.

Tomou-se de paixão, feita de impulsos humanitários, pelo problema demográfico, estudando-o nos seus variados aspectos, e a respeito d'ele fazendo comunicações escritas do mais alto valor. O pior foi não chegar a sua voz às regiões governativas, aos vários departamentos oficiais, que no assunto têm intervenção ou superintendência. Poucos a ouviram, e não ficaríamos muito longe da verdade dizendo que ninguém tomou em consideração as suas advertências e conselhos.

O resultado foi avolumar-se o mal, multiplicarem-se

os perigos, tornando-se cada vez mais difícil e dispendioso o emprêgo de remédios que previnam ou curem.

No seu discurso da Sociedade de Ciências Médicas, que não foi uma comunicação, mas apenas uma fala protocolar, que devia ser curta para condizer com a índole da cerimónia que se realizava, o Dr. Silva Carvalho não pôde fazer mais do que chamar a atenção dos seus colegas *para o mais grave problema da nacionalidade, na hora que passa, dando às suas afirmações a base de factos bem constatados e de números estatísticos apurados com o possível rigor.*

Não pôde o Dr. Silva Carvalho, para não alongar excessivamente a sua oração, apresentar aos seus colegas o quadro completo, *feito de traços negros e côres sombrias, do problema demográfico em Portugal.* Mas o que disse foi o bastante para êles fazerem um bocadinho de reparo no aspecto social da função médica, sociólogos e terapeutas ao mesmo tempo. É óptimo que os médicos e os cirurgiões saibam fazer um diagnóstico e instituir um tratamento, mas os que a isso se limitam, e é o maior número, apenas cumprem uma parte, sem dúvida importante, de uma importância capital, da missão que lhes incumbe.

A saúde, a validade da espécie, de certo modo está dependente das suas instruções e conselhos, hábeis e autorizados para orientarem a constituição da família, em termos de os filhos não serem prejudicados pelas más qualidades dos progenitores. É verdade que ninguém consulta o médico para negócio de tanta monta; e em grande número de casos, diga-se a verdade, não valeria a pena consultá-lo, porque êle pouco ou nada poderia dizer de verdadeiramente útil.

Há tempos, o Dr. Binet Sanglé publicou um livro em que êste magno problema, o da constituição fisiológica da família, é tratado com brutalidade, mas também com rigor científico. O livro intitula-se — *Caudalaria humana.*

A verdade é que já hoje se procede, no que diz respeito à reprodução dos indivíduos para a conservação da espécie, mais inteligentemente, mais cientificamente em relação aos brutos — sem ofensa — do que em relação ao homem.

A primeira condição para que os filhos não sejam doentes e fracos é que os pais sejam sãos e fortes, regra que sempre terá algumas excepções, visto a hereditariedade, força essencialmente conservadora, não ser um perfeito seleccionador das qualidades úteis.

! O papel que o médico pode e deve desempenhar na escolha de uma profissão, conhecendo bem as qualidades dos progenitores, e da psicologia infantil sabendo o bastante, para descortinar na criança aptidões e tendências! E não há aí ninguém que ignore ser a má escolha de uma profissão um dos mais poderosos factores da nossa desordem social, tal escolha sendo determinada, na grande maioria dos casos, por motivos de ordem económica, que nada têm que ver com as faculdades do individuo.

Enquanto o direito económico fôr aquilo que é, as funções sociais, na sua multiplicidade, serão partilhadas sem nenhum critério de justiça, e com manifesto prejuízo da comunidade, os sapateiros a tocarem rabecão, e portentosos músicos sem cultura pregando meias solas...

Uma sociedade em que o número de nascimentos estaciona ou diminue, e o número de óbitos aumenta, é uma sociedade condenada. Pode durar mais ou menos, conforme a sua maior ou menor resistência étnica, e conforme as circunstâncias do meio exterior, isto é, a sua posição na esfera da vida internacional. A coisa certa é estar lavrada a sua sentença no livro dos Destinos, a qual se executará, por uma forma ou por outra, antes de cumprida a sua missão histórica.

Muito bem fez notar o Dr. Silva Carvalho que, a não

se prover de remédio pronto a este mal, nem sequer poderemos matar a indústria anti-patriótica e deshumanitária da emigração, exportando trabalhadores em vez de exportarmos o produto do seu trabalho.

Para o problema da habitação nos grandes centros urbanos chamou o Dr. Silva Carvalho, com particular insistência, a atenção dos seus colegas, afirmando a obrigação que tem a Sociedade de Ciências Médicas de considerar, por iniciativa própria, os problemas da higiene pública que mais affectam a vida social.

Está-se dando em Lisboa, e em proporções nunca atingidas, o fenómeno do *encombement*, a aglomeração, nas habitações, de pessoas em número muito superior ao que elas comportam, observando-se as elementares regras de hygiene. Não há vigor físico que resista à acção deletéria, corrosiva e intoxicante de uma aglomeração que vai além dos limites fixados pela ciência e, por assim dizer, confirmados pela observação quotidiana, durante anos sem fim.

Na Inglaterra, país clássico da hygiene, considera-se que há *encombement* quando uma casa, uma moradia, contém mais de duas pessoas por cada divisão, convindo advertir que, em matéria de habitação, os belgas não têm que invejar aos seus vizinhos de além-Mancha.

* * *

A guerra veio agitar, em França, dando-lhe actualidade, o problema da população, que ali estacionou desde há anos, e que ultimamente revelou uma forte tendência a diminuir.

Não tem um valor absoluto a cifra populacional; mas se considerarmos dois países em que sejam iguais, aproximadamente, as condições do seu desenvolvimento progressivo, o que tiver maior população será o que mais vale.

A França não é, propriamente, o País do filho único; mas é o País da família pouco numerosa. Tinha uma população, aí por 1851, de 35 milhões de habitantes; tem hoje, volvidos mais de sessenta anos, qualquer coisa como 40 milhões escassos. A Alemanha, que na mesma data tinha igual população, tem hoje uns 70 milhões de habitantes, mais *boche* menos *boche*. A pequenina Bélgica, em menos dum século, duplicou a sua população, e, em prazo ainda mais curto, succedeu a mesma coisa à Rússia.

Diz-se, geralmente, que a população francesa diminue, o que não é verdade, e os números que apontamos, collidos em documentos officiais, bem claramente o demonstram. Desde que se notou o estacionamento da população, e a guerra de 70 chamou para aí a atenção de todos, entrou de procurar-se a razão do facto, e estudado nas suas origens, verdadeiras ou presumidas, tão alarmante fenómeno demográfico, chegou-se a conclusões que tranquillizaram dalgum modo os patriotas sobressaltados. Não se haviam perdido as energias de raça; mas o francês dera-se a não arranjar descendência, sem renunciar à vida de família, satisfeito com um ou dois filhos, quando pagava o natural tributo que deve cada qual à espécie a que pertence.

A falta de natalidade, está bem de ver, dava-se na média e na alta burguesia, entre aquêles a quem nunca falta o preciso e que dispõem sempre do que não é necessário. Os pobres, êsses trabalhavam pela conservação da espécie, enchendo os casais de filhos, sem a preocupação do modo como haviam de dividir por êles a fortuna, visto não terem nada para lhes deixar.

Há que considerar o problema sob vários aspectos: o moral, o jurídico e o social, não sabendo nós, em boa verdade, qual dêles é o mais importante.

A lei não impõe a constituição da família; estabelece o modo da sua organização, sem punir as suas in-

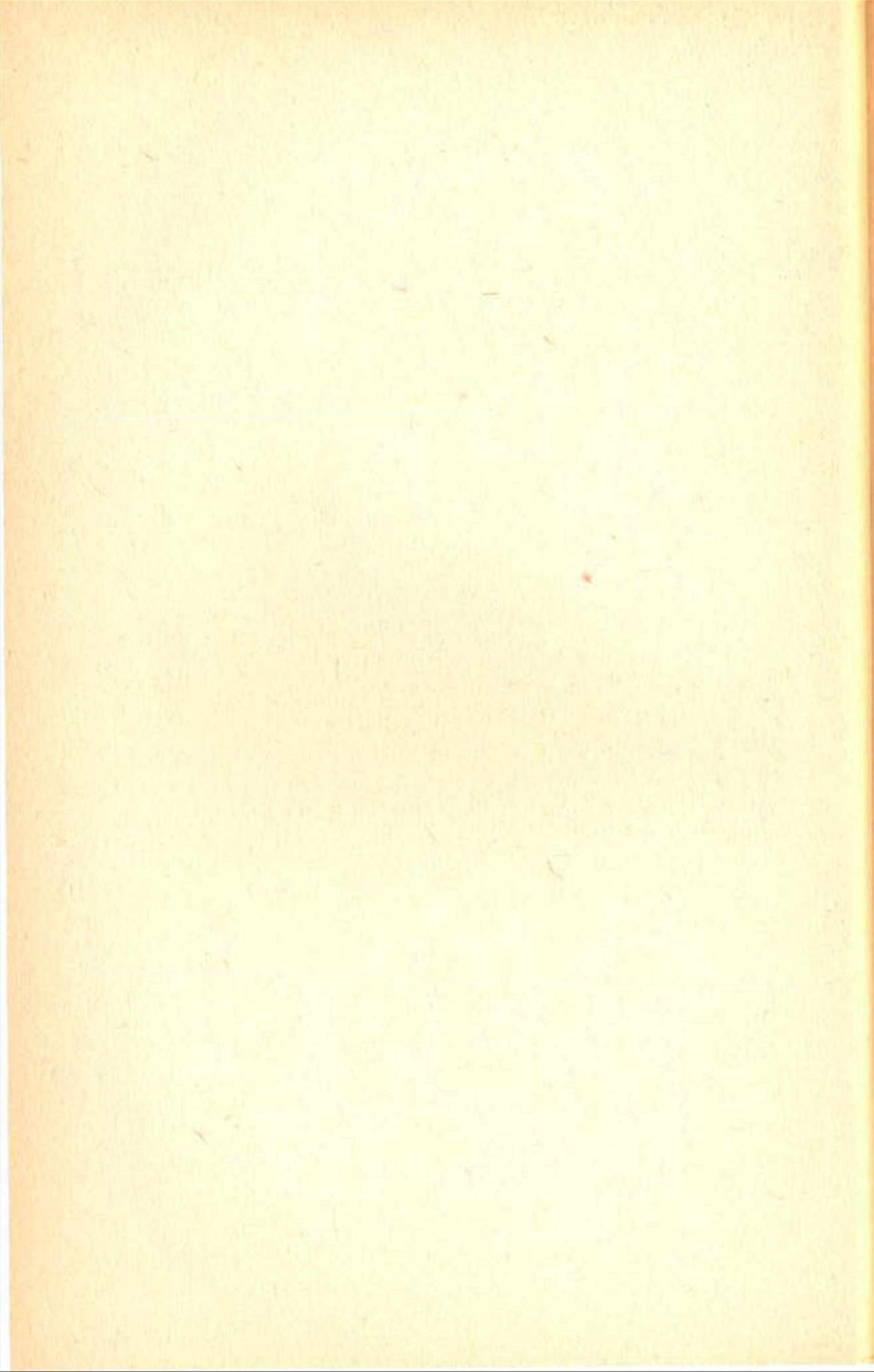
fracções de forma directa, a não ser nos casos em que ela contende com a moral. Durante a guerra, foram levadas ao Parlamento de França propostas tendentes a fomentar o crescimento da população, velho e enraizado como é nos países latinos o preconceito de que a lei pode fazer tudo, excepto mudar o homem numa mulher...

Nada mais fácil do que tributar o celibato; coisa facilíssima pedir aos que não têm filhos uma contribuição que outros não pagam. Simplesmente esta legislação fiscal se fôsse exequível, aumentaria as receitas do tesouro público, mas podia não dar, e crêmos que não daria, aumento apreciável de população. É que o problema da população é, acima de tudo, um problema de ordem moral, a que é necessário dar forma jurídica em atenção às conveniências sociais. Primeiro do que o sociólogo deve estudá-lo o moralista, e só depois de fixado o seu valor e a sua significação social e étnica, é que o jurista deve intervir para lhe dar forma legal.

O prémio aos chefes de família numerosa, se fôsse bastante grande para tentar os pais que desejariam uma diminuta prole, causaria a ruína do tesouro, mesmo num Estado rico, e estabeleceria o princípio, nem moral nem equitativo, de pagarem uns para outros... serem pais.

Dignificar a maternidade está muito bem, não apenas a maternidade da mulher casada, mas a maternidade da mulher que se tomou de amor, e se entregou por completo.

Está muito bem, e isto se consigna numa das propostas levadas ao Parlamento francês; mas é a plena sanção do amor livre; é a falência da clássica organização da família, velha de muitos séculos, sem dúvida imperfeita, mas devendo conservar-se até que possa ser substituída com vantagem.



O solteirismo

É velha a idéia de tributar o *solteirismo*, que na Alemanha hitleriana, ao que parece, se pôs em prática, com o duplo propósito de aumentar os rendimentos do tesouro e a população do Reich. Provavelmente o *viúvismo*, sob o ponto de vista final — o *viúvismo* sem filhos — é equiparado ao *solteirismo*, o que tornará mais larga a base da tributação.

A coisa, relativamente ao *viúvismo*, deve entender-se com os viúvos sem filhos, porque os outros, os que têm filhos, já contribuíram, uns mais, outros menos, para o aumento da população.

Se em Portugal vier a adoptar-se igual ou semelhante legislação tributária, eu, viúvo sem filhos, terei mais êsse tributo às costas.

¿ Como são tratados na Alemanha os que vivem em regime de união-livre, nem casados, nem solteiros, nem viúvos, mas ligados a uma mulher, mãe dos seus filhos, como ela nem viúva, nem solteira, nem casada ?

Em rigor, pode dizer-se que quem não é casado é solteiro ou é viúvo, os únicos três estados que a lei civil define e reconhece para os efeitos jurídicos que andam estipulados nos códigos.

¿ O *solteirismo* será uma falta que o Estado deva punir, ou será um benefício de que também êle deve tirar proveito ?

O ciclo da vida só é completo para o indivíduo que casa e tem filhos. O que se chama o instinto de conservação do indivíduo e o instinto de conservação da espécie, são duas modalidades do mesmo instinto, visto não se compreender a existência do homem senão em sociedade.

Isto quer dizer que, sob o ponto de vista da união de dois indivíduos de sexo diferente para constituírem uma família, coincidem o interesse individual e o interesse colectivo; o casamento, isto é, a união sexual, é ao mesmo tempo fenómeno biológico e social, os dois conjugando-se para que a Humanidade não acabe.

¿ Pode concluir-se daqui que o *solteirismo*, tomando a palavra no seu mais lato e mais vigoroso significado, é crime ou falta contra a qual devam cominar-se penas?

De forma alguma.

O que deve concluir-se do que sumariamente deixamos exposto é que a sociedade deve tornar possível, e na mais larga medida fácil, a cada indivíduo, a realização do seu destino integral.

A estrutura económica das sociedades do nosso tempo, caracterizada pela concentração da riqueza na mão de alguns, derivando de aí a miséria do maior número, faz com que o casamento seja, para muitos, a soma de duas fortunas, e seja para outros a multiplicação de duas misérias.

Ninguém devia recuar perante o casamento, por motivos de ordem económica; mas a verdade é que os indivíduos que não têm outro rendimento que não seja o seu salário, que mal chega, quando chega, para a sustentação de si próprio, se constituem família criam um encargo que não podem satisfazer cabalmente. A miséria instala-se na maior parte dos lares pobres, e naqueles em que não pode instalar-se desde que se constituem, fica a rondar-lhes a porta, à espreita da ocasião oportuna para entrar.

É fácil dizer a todos que casem, que organizem uma família, devendo entender-se que uma família não pode organizar-se, não pode considerar-se organizada, reduzida ao binário macho e fêmea. O que não é fácil, o que até agora não tem sido possível, é garantir a todos os que casam, os que nem são ricos nem estão em condições de ganhar um *salário-família*, o viver modesto, o viver remediado a que têm direito, e de que têm necessidade os membros válidos da sociedade.

Mas a questão do *solteirismo* não pode ser encarada apenas sob o ponto de vista económico.

Em nome do interesse da sociedade, não só muitos indivíduos não devem ser compelidos, por meios directos ou indirectos, ao casamento, mas devem ser inexoravelmente proibidos de casar, isto é, contribuírem para a conservação da espécie.

É o caso, por exemplo, dos tuberculosos, dos alcoólicos, dos irremediavelmente doidos, dos criminosos em quem não seja possível reconhecer um certo coeficiente de corrigibilidade.

¿ Tais indivíduos, e outros de categoria equivalente, quando a lei os proibir de constituírem família, hão-de pagar o imposto do *solteirismo*, castigados por um procedimento que não deriva da sua vontade ?

Na Suíça — se não estamos em erro — há muito tempo que se pratica a esterilização terapêutica e a esterilização penal — a primeira aplicada aos portadores de doenças que não se curam, e podem transmitir-se por herança, a segunda aplicada aos delinquentes considerados insusceptíveis de correcção.

Poderá dizer-se que algumas vezes se curam doenças que os médicos reputaram incuráveis, e também algumas vezes se corrigem criminosos que os especialistas na matéria, juizes e sociólogos, reputavam definitivamente perdidos para a vida normal — verdadeiros criminosos natos, segundo a classificação lombrosiana.

Sempre as excepções afirmaram a regra, e não é lícito sacrificar tudo e todos, na generalidade dos casos, a um possível erro de diagnóstico, a um possível erro judiciário.

*
* * *

O Sr. Mussolini não quer gente solteira nos serviços públicos.

Pelo que a este respeito disseram os jornais, ficamos sem saber se os viúvos e os divorciados estão compreendidos no anátema lançado pelo *Duce*, como lhe chamam em gíria fascista.

¿ Entende-se isto com um homem que de solteiro passou a casado, e de casado, mercê do divórcio, voltou à primeira forma ?

Se assim é, ou se assim fôr, os divorciados terão de optar entre um novo casamento e a perda do emprego.

Tampouco ficamos sabendo, pelo que disseram os jornais, se a obrigação de se casarem ou serem casados os funcionários, é independente da idade que tiverem à data em que entra em pleno vigor o respectivo decreto ou lei.

Na Itália, como em toda a parte, deve haver funcionários com menos de vinte anos, rapazes e raparigas, e funcionários já bastante avançados na casa dos setenta — todos eles solteiros.

¿ A obrigação de casar entende-se com todos eles ?

Razoável seria que a lei respeitasse os direitos adquiridos, daqui para o futuro ninguém podendo ser provido nesse lugar do Estado sem apresentar certidão de casamento.

Imagine-se um pobre velho trôpego, com trinta ou mais de trinta anos de faina burocrática a pesar-lhe no ombro, obrigado a ajanotar-se, dando-se a pêrros para encontrar noiva ! . . .

O pior é se, depois de posta em execução a lei que obriga a casar, o Sr. Mussolini decreta outra lei que obriga os funcionários a terem filhos...

Porque não ?!

Realizado este fim imediato, o Sr. Mussolini legislará no sentido de tornar mais densa a população italiana. Precisa ter muitos *camisas negras*, que sejam soldados manobrando sob as suas ordens, dispostos a irem até ao fim do mundo — se fôr necessário ir tão longe para realizar o seu sonho imperialista...

Mas então — preguntamos nós — ¿ porque não obriga o Sr. Mussolini todos os italianos e tôdas as italianas a casarem-se, sob pena de multas que levem coiro e cabelo ?

Numa familia que degenera, a regeneração dos individuos não se obtém pela multiplicação dos casamentos, isto é, das uniões sexuais, mas sim por uma rigorosa selecção dos que, obedecendo ao instinto de conservação da espécie, se acasalam de qualquer forma, e desatam a multiplicar-se sem critério e sem continência.

Sabe-se, de mais a mais, que a miséria é prolífica; que os seres inferiores se multiplicam na proporção em que estão sujeitos a causas várias de desaparecimento. Dá-se isto com todos os seres viventes, animais e vegetais, na terra e na água.

Se os pobres fizessem como os ricos, haveria menos uns milhões de habitantes à superfície do globo; mas os que houvesse seria gente de boa tèmpera, animais vigorosos e sádios, cada um valendo por uma dúzia ou duas de criaturas enfezadas, raquíticas do corpo e da alma, no geral incapazes de contribuirem para o maior bem-estar da comunidade.

O critério da natalidade não é seguro para bem se avaliar do vigor dum povo ou duma raça.

¿ Nascem muitos meninos à roda do ano ?

Tanto pior se elles forem, pela maior parte, crianças

enfêzadas, sem graça e sem vigor, frutos que nunca chegarão a amadurar, ou então, o que é muito pior, sementes engelhadas que chegarão a reproduzir-se, acabando pela esterilidade ao cabo duma ou duas gerações.

A França andou, durante muitos anos, à roda dos trinta e seis milhões, ao passo que a Alemanha caminhava bastante para os setenta milhões bem contados.

Ensoberbecidos com a vitória de 70, os alemães entraram a especular com o fenómeno demográfico que se dava na França, attribuindo-o a uma irremediável decadência da raça.

A fôrça genetriz da França tinha-se esgotado: a degenerescência consumia os organismos até à *fors vitæ*; o dilema estava pôsto, e não havia maneira de lhe escapar — ou não ter filhos, ou apressar, por uma decadência crescente, o aniquilamento da raça.

A cifra dos que morriam à nascença era enorme; a mortalidade nos primeiros meses, até um ano, dois anos, era pavorosa.

Urgia estudar o problema, determinar as causas do facto, por demais patente, e pôr em prática as providências que pudessem dar-lhe remédio.

Meteram mãos à obra os homens de maior competência e mais bem estabelecida autoridade na matéria: os médicos, os biologistas, os sociólogos, os antropologistas, todos empenhados em apurar a verdade, por dolorosa que ela fôsse — a verdade que constata um mal remediável, ou a verdade que constata um mal sem remédio.

Veio a apurar-se que o decrescimento, melhor dizendo, o estacionamento da população francesa, não era devido, como pretendiam os alemães, a causas orgânicas, a um enfraquecimento dos progenitores, que imediatamente conduzissem à degenerescência, e logo a seguir à esterilidade.

As causas do alarmante fenómeno demográfico eram de natureza ou carácter social, causas que poderiam ser removidas a golpes de uma legislação inteligente, racional, executada sem tibiezas.

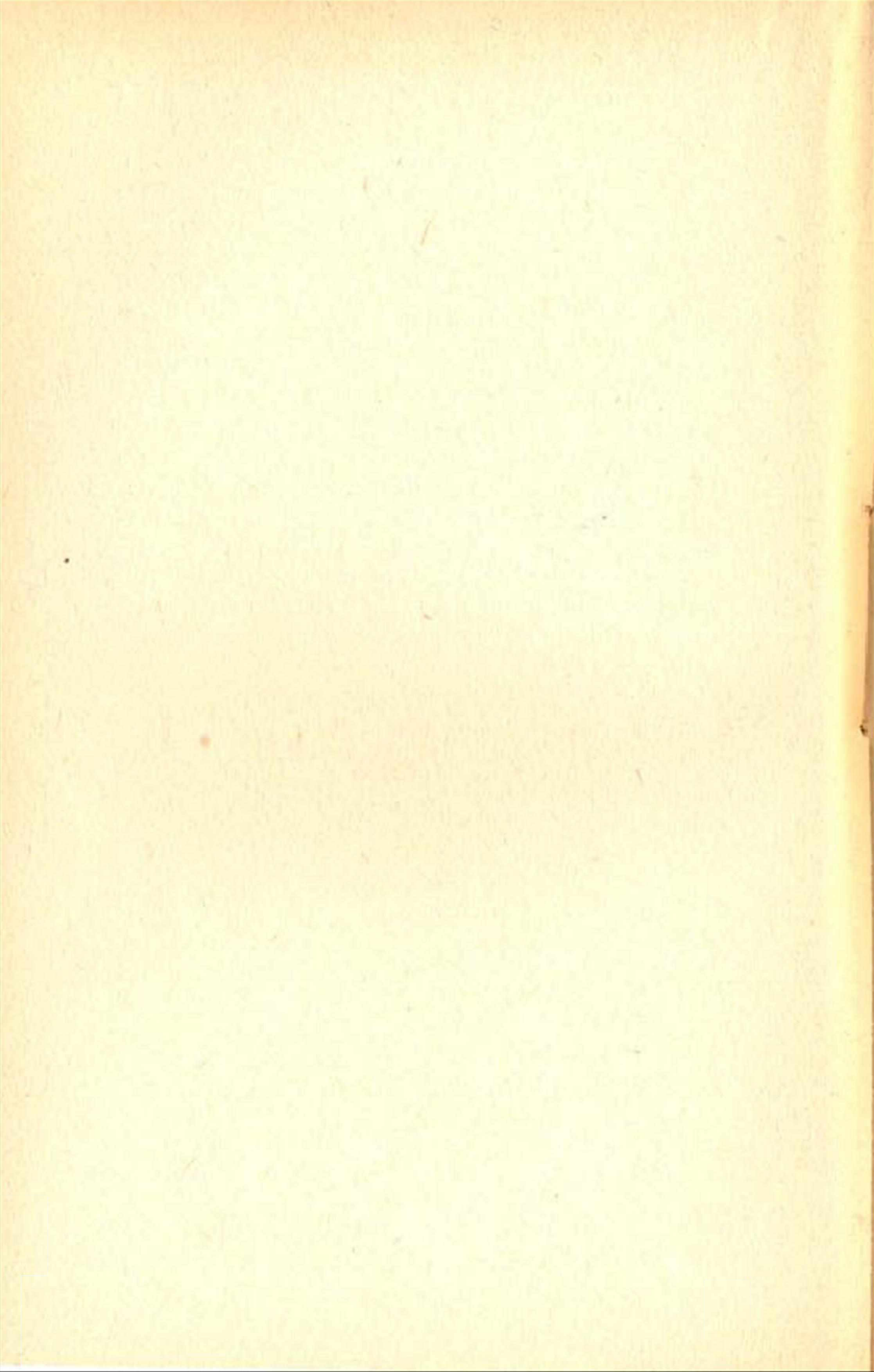
Vale a pena ler o livro de Arsène Dimont, *Dèpopulation et Civilisation*, porque ali a questão é tratada com a maior largueza e a maior profundidade, considerada sob todos os pontos de vista, não deixando subsistir qualquer dúvida que valesse a pena desfazer.

O estacionamento da população francesa provinha, principalmente, do regime democrático ali implantado, afectando tôdas as formas de actividade individual e colectiva, a capilaridade social exercendo-se, ao envés do que sucede na física, por forma que todos querem subir, a osmose e a exosmose entre as diferentes camadas, dando em resultado todos quererem subir, sem muito escrupulizarem nos meios.

Muita gente?

Boa gente?

Antes poucos e bons, que muitos e de má qualidade...



Emigração

Continua a febre de emigração, que é, apenas, como tôdas as febres, sintoma e não doença, muito embora teimem em considerá-la doença os curandeiros que, sem diploma de competência, exercem ou pretendem exercer a medicina social.

A questão demográfica é um dos aspectos mais interessantes do problema social, e o fenómeno de emigração é um dos elementos em que pode e deve decompor-se essa questão, mais do que outra qualquer vasta e complexa, para devidamente ser compreendida e estudada. Medidas repressivas da emigração, de ordem policial, como se de um crime ou delito se tratasse, é muito fácil decretá-las; mas a sua execução oferece muitas dificuldades, e a legitimidade carece de ser provada.

Admitamos, desprezado pequenas diferenças, que a área do País é de noventa mil quilómetros quadrados e que a sua população é de seis milhões de habitantes. Temos, pois, que a nossa densidade de população é insignificante, representadas por este número — 66, número não fazendo caso dos décimos. Além de ser escassa, a nossa população é mal distribuída, tão mal distribuída que, no Alentejo, para cada quilómetro quadrado, há apenas dezóito habitantes. Como sucede nas demais Províncias, há no Alentejo muitos terrenos insus-

ceptíveis de cultura; mas os incultos que podem ser cultivados representam uma área a que deveria corresponder uma população específica, pelo menos igual à do Minho ou Douro. Geralmente, quando se fala de terrenos incultos, alude-se a todos os terrenos em que se não faz cultura de qualquer espécie, sem ter em consideração que terras há que se não podem cultivar, por ser nula ou excessivamente reduzida a sua aptidão cultural. A exploração agrícola tem de ser remuneradora, economicamente lucrativa, ou então a agricultura, como disse Mariano de Carvalho, é pura e simplesmente a arte de empobrecer alegremente.

Como quer que seja, a tristíssima verdade, o facto que dolorosamente temos de constatar, porque se impõe com a força ou a brutalidade da mais irrecusável evidência, é esta — o País não tem a população que devia ter para evidentemente se explorar o seu solo, cheio de possibilidades de riqueza.

Sendo assim, ¿o que representa a nossa emigração, na inquietante proporção em que se faz desde há longos anos?

Um País que tem população em excesso, como a Alemanha antes da guerra, como o Japão de há meio século a esta parte, precisa fazer emigrar alguns milhares dos seus habitantes, sobretudo se o seu solo é pobre, embora seja rica a sua indústria.

Estava naturalmente indicado que a Alemanha, quando tinha colónias, mandasse para lá os seus emigrantes, realizando assim uma expansão da raça, tornando muito maior a Metrópole, sem que a dispersão geográfica lhe fizesse perder a unidade política. O Japão, fã de colónias, manda os seus emigrantes para toda a parte onde não se escusem a recebê-los, preferindo a América do Norte a qualquer outro país se o *yankee* não lhe fechasse a porta a cadeado e ferrólho. Actualmente o nipónico demanda em grandes levadas o Brasil,

mostrando tendências a desejar fazer da Amazónia uma colónia japonesa.

A emigração da Espanha e da Itália, países da nossa raça, é um fenómeno patológico, como a emigração portuguesa, porquanto nestes Países não há excesso de população e os seus incultos susceptíveis de cultura representam uma área de milhões de hectares. Os latifúndios, que em Portugal já pouco mais são que um enfeite retórico para o uso de economistas palreiros, na Espanha são uma flagrante realidade, havendo proprietários que mantêm incultas superfícies de milhares de hectares só para aí caçarem lebres, coelhos e perdizes. Que nós saibamos ainda se não deu comêço de realização, na Itália, a um plano de colonização intensa, da autoria de Nitti, financeiro ilustre e muito ilustre estadista.

Pois bem; na emigração para o Brasil, e é esta a que particularmente nos interessa, estes três Países — Portugal, Espanha e Itália — são os que entram com maior quota, sendo o nosso coeficiente emigratório igual ou superior à soma dos outros dois.

Em 1925, da Espanha foram para o Brasil 10.062 emigrantes e da Itália 9.846, ou seja um total de 19.908. De Portugal, no mesmo ano, foram 21.508.

Num período de dezassete anos, contados de 1908 a 1924, saíram da Espanha para o Brasil 257.628 emigrantes, e da Itália, no mesmo período, 227.453, o que perfaz um total de 485.081.

De Portugal, no transcurso destes dezassete anos, saíram para o Brasil, quási todos do Minho e das Beiras, 524.395 emigrantes.

Mesmo durante a guerra, em que a Espanha não tomou parte — conservando uma neutralidade que uma vez, conforme as suas conveniências de toda a ordem, violava em favor dos alemães, outras vezes violava em favor dos aliados — mesmo durante a guerra

nós mandámos para o Brasil maior número de emigrantes que a Espanha, e um pouco mais do que o dôbro da Itália.

Os números são enfadonhos para a maior parte da gente ; mas são duma eloquência tão persuasiva que vale a pena expô-los, ainda mesmo correndo o risco de enfiar o leitor.

Pois durante a guerra, a Espanha, país neutro, mandou 50.484 emigrantes para o Brasil, e nós, país beligerante, tendo de lutar contra os alemães em África e na França, mandámos 69.832.

No ano seguinte ao do armistício, isto é, em 1919, o número de emigrantes espanhóis para o Brasil foi de 6.627, o de portugueses foi de 17.068. Os espanhóis, não tendo entrado na dança, claro está que não tiveram mortos nem feridos ; nós tivemos alguns milhares de mortos nos campos de batalha, e também tivemos muitos feridos por balas ou por gases, inutilizados para o resto da vida.

A partir de 1919 a nossa emigração continuou a fazer-se em larga escala, sendo a média anual, até 1925, de 26.500 emigrantes.

Nos últimos tempos recrudesceu a febre emigratória, febre que é apenas, como tôdas as febres, um sintoma, muito embora os *mezinheiros* lhe chamem doença, preconizando contra ela remédios drásticos, para me servir duma correntia expressão inglesa, que não corresponde à mesma expressão em português, de significado restritamente farmacêutico.

Há muito que devia estar ríginosa e cientificamente estudado o fenómeno patológico da nossa emigração, definindo-se a doença de que ela é sintoma, e instituindo-se a terapêutica racional, e não grosseiramente empírica, que pode curá-la, se é susceptível de cura. Prende-se intimamente com este fenómeno patológico o fenómeno natural da natalidade, tão intimamente que não

vale a pena considerar um sem ao mesmo tempo considerar o outro.

A população de Portugal é escassa — seis milhões de habitantes para noventa mil quilómetros quadrados de superfície.

Mas ¿ não será lícito perguntar se vale a pena, se há vantagem para a comunidade em promover um aumento de população mantendo-se o êxodo migratório na escala em que vem a fazer-se há muitos anos ?

Dizia Jean-Baptiste Say que *é melhor aconselhar os homens a fazerem economias do que a fazerem meninos*; e num país em que os meninos de hoje serão emigrantes amanhã, o conselho não é para pôr inteiramente de banda, como *boutade* de mau gosto.

Todos os demógrafos que, à semelhança de Say, têm dado aos seus estudos sobre a população uma base puramente económica, poderiam aconselhar, como êle, as economias em vez dos meninos, pervertendo o conceito da família, que não é completa, nem é socialmente útil, se não fôr fecunda.

O emigrante é um instrumento de trabalho; no país para onde emigra, produz riqueza. Da economia que faz sobre os seus salários manda uma parte para a família que aqui deixou; mas a totalidade do que lhe pagam é nada, é bem pouca coisa em comparação do que produz. Se aqui trabalhasse, e o seu trabalho fôsse devidamente pago, economizaria uma fracção maior ou menor dos seus salários, tornando-se providente, e os valores que produzisse, ainda que indirectamente, aumentariam a fortuna pública. De resto, como diz Rugeot, — e como êle pensam todos os modernos economistas, — o trabalho bem remunerado é favorável à raça, porque só o homem que se alimenta suficientemente vive em boas condições higiénicas e conserva uma florescente saúde, dando as desejáveis garantias de prole vigorosa e sãdia.

Vale a pena estudar o fenómeno da emigração, determinando as suas causas ; e parece-nos bem que este estudo não será um trabalho de Hércules, um trabalho que não possam fazer, mesmo sem os auxílios do Estado, um professor, um médico, um sociólogo, um economista.

Os recursos do País

Proponho-me demonstrar, pela simples enunciação de factos, que Portugal não é um País irremediavelmente pobre, muito menos um País miserável, pois tem possibilidades de riqueza suficientes para lhe permitir um alto grau de prosperidade. Disse o ilustre director do Instituto, Sr. Dr. António Correia, que o assunto da minha conferência é duma extraordinária complexidade, sendo difícil tratá-lo convenientemente por falta de elementos estatísticos, base indispensável para estudos desta natureza. É verdade ; mas se eu conseguir chamar para êste magno problema a atenção das pessoas competentes, interessando-as pela sua melhor solução — a melhor e a mais rápida — terei prestado um bom serviço ao País, e ficará desculpado o meu atrevimento.

Deficientes, embora, as estatísticas mostram-nos que importamos uma boa parte dos cereais que servem para a nossa alimentação. A contar de 1898 até 1920, o valor desta importação foi de 155 mil contos, o que dá uma média de 6.700 contos, arredondando os números. O *pão político*, segundo os deficientes números que apurei, deve ter-nos custado à roda de 400 mil contos.

Estes *contos*, os primeiros 155 mil, não eram histórias ; e com êles, gastos inteligentemente, poderíamos ter feito o nosso apetrechamento para uma larga e sufficiente produção. 2 Resultará êsse *déficit* cerealífero de

estarmos fora, conforme velhas teorias, da zona dos cereais ?

Se assim fôsse, e muita boa gente tem pretendido que assim é, não valia a pena teimarmos em pedir à terra o que ela é incapaz de nos dar, isto é, os cereais necessários à nossa alimentação. Recordo-me de ouvir umas conferências, há anos, do professor José Júlio Rodrigues, no Teatro de S. Carlos, sustentando esta tese, com base nas afirmações de Gasparain, e aconselhando os nossos agricultores a explorarem a indústria pecuária, menos contingente e mais remuneradora. Ao tempo ainda uma boa parte da gente portuguesa, a do Norte, se alimentava de milho e centeio, e no Sul, o grosso da população comia o chamado «pão de tôda a farinha». É certo que não produzimos, em quantidade, os cereais de que carecemos para a nossa alimentação ; mas convém não esquecer que em relação ao trigo, por exemplo, o consumo hoje é muito maior do que era há vinte anos. O facto parece absurdo ou paradoxal, visto a nossa população ter-se conservado quasi estacionária. Vê-se que o não é, considerando que muita gente que se alimentava de milho e centeio passou a alimentar-se de trigo ; e que o pão fino deixou de ser exclusivo dos ricos, para tomar lugar em muitas mesas, sobretudo nas vilas e cidades.

No tempo em que se afirmava a incapacidade do nosso solo para a cultura do trigo, os processos de lavoura eram os do tempo bíblico ; ao conhecimento dos nossos agricultores não chegara nem sequer a notícia dos adubos químicos, e quem lhes falasse em selecção de sementes deixá-los-ia estarecidos. A lavoura era a mais rudimentar das nossas indústrias, a mais desprovida de base científica e também a mais abandonada dos poderes públicos. Ocorreu ao Estado, aí por 1899, dispensar-lhe alguma protecção, olhar para ela com todo o carinho, e então se publicou uma lei, a que mui-

tos chamaram da fome, e que deveria chamar-se, com mais propriedade, *lei da fartura*. Não é que, por mercê dessa lei, passássemos a não ter *déficit* cerealífero ; mas a verdade é que, graças a ela, alargou-se imensamente a área de cultura, sobretudo no Alentejo, alargamento que foi crescendo de ano para ano, a tal ponto que as charnecas alentejanas, vastas e estêreis como as *steppes* da Rússia, são hoje uma desbotada flor de retórica para uso dos economistas baratos que em discursatas e em artigos de jornais se preocupam com a sorte do País...

Convém saber que antes de 1899 se tinha legislado abundantemente para a lavoura ; já Oliveira Martins apresentara no Parlamento, em 1887, o seu vasto plano de fomento rural, e em 1896, Emídio Navarro encherá muitas colunas do *Diário do Governo* com inteligentes providências referentes à agricultura.

Quer-me parecer que não é por falta de leis que o País está pobre ; que não é, sequer, por falta de boas leis que nos encontramos na situação grave, pelo menos difícil, que preocupa os melhores espíritos. Quem se der ao trabalho de manusear os grossos volumes da nossa legislação, a partir da época em que os estadistas da Regeneração inauguraram a chamada política dos melhoramentos materiais, facilmente reconhecerá que nunca fomos parcimoniosos em legislar, e que durante largos anos as nossas leis foram redigidas com saber e cuidados gramaticais. Diplomas de importância eram acompanhados de substanciosos relatórios, às vezes excessivamente pantafaçudos, mas constituindo sempre um bom elemento de interpretação. A pouco e pouco os nossos legisladores foram descuidando a redacção das leis ; dispensaram-se de as relatar, umas vezes por lamentável preguiça, outras vezes por manifesta incompetência, e assim foi que resvalámos das leis sem espírito jurídico às leis sem gramática.

A lei de 1899, da autoria de Elvino de Brito, teria

sido decisiva para a nossa agricultura se tivesse sido acompanhada de providências que a completassem. Uma dessas providências seria o crédito agrícola, que só veio a ser criado mais tarde, em 1911. A lavoura não dispunha de capital; só lhe emprestavam dinheiro os usurários, cobrando um juro que absorvia todos os seus ganhos. O crédito predial não substituiu o crédito agrícola, e servindo mais para a constituição dos latifúndios que para o benefício da propriedade, bem se pode dizer que eram negativos os serviços que prestava à economia rural. Não se desenrolou pelo País o novelo de estrada e caminhos-de-ferro que se fizera no Terreiro do Paço, e a lavoura não dispensa transportes fáceis, rápidos e baratos. Oliveira Martins, mais crítico e historiador do que economista, era avesso à política dos caminhos-de-ferro, considerando-a de somenos importância para o desenvolvimento agrícola. O que era preciso, em sua opinião, era produzir; e o caminho-de-ferro é apenas um meio de transporte. Não tinha razão. Onde quer que se produz a mais do que as exigências do consumo, há necessidade de transportar; e se o País, no seu conjunto, vive no regime de *déficit* cerealífero, as regiões em que se cultiva o trigo, o Alentejo, por exemplo, só consomem uma diminuta parcela da sua produção.

O mal de ontem, em matéria de transportes, é ainda o mal de hoje, porque temos, pouco mais ou menos, os caminhos-de-ferro que tínhamos.

O concelho de Mértola, no distrito de Beja, era um concelho miserável no ponto de vista de produção cerealífera, e produz hoje entre quinze a vinte mil moios de trigo, nos anos de boa produção. É considerável a sua riqueza pecuária, que não posso exprimir em números, visto que só em 1870, há meio século, se fez entre nós um recenseamento de gados. Exporta umas quatro a cinco mil arrôbas de lã, o que representa, ao

preço que a lã tem presentemente, muitas centenas de contos. Pois bem, i este vasto e rico concelho, de que uma boa parte está por cultivar, não é atravessado por uma linha férrea, e a sua rede de estradas macadamizadas tem a extensão de 52 quilómetros ! Três vaus, perto da vila, quasi inutilizam o Guadiana como estrada que a liga a Vila Real de Santo António, e a destruição dêsses vaus custaria a bagatela de vinte a trinta contos.

O concelho de Odemira, que foi pobre até à valorização da cortiça, é hoje um dos mais ricos concelhos do distrito de Beja. Tem apenas alguns quilómetros de estrada a macadame; e o rio Mira, que liga a vila a Vila Nova de Milfontes, pôrto de mar, é pouco mais do que uma estrada de areia fora das invernadas. i Uma tonelada de cortiça levada de qualquer ponto do concelho para Vila Nova de Milfontes custava mais do que levada de Lisboa ao Japão !

O Estado, pela famosa lei de 1899, garantiu à lavoura a compra do trigo que produzisse, a um preço que foi considerado, e era, na verdade, remunerador; mas nada mais fêz, e muito mais havia que fazer, tornando eficaz a protecção concedida, para que ela não fôsse ou não parecesse ser o beneficio a uma classe em prejuízo de tôdas as outras. A moagem era obrigada a comprar à lavoura tôda a sua produção, em trigo, ao preço da tabela; mas não era obrigada, nem tinha nisso interesse, em estimulá-la a uma maior produção. Pelo contrario. Da farinação do trigo exótico é que ela tirava a maior parte dos seus lucros, e por isso rejubilava nos anos de escassa produção nacional. Por sua vez o Estado, sempre em urgências de dinheiro, gostava que se importasse muito trigo, para cobrar avultados direitos na Alfândega. Quem pagava as favas era o consumidor; e porque todos consomem e só alguns agricultam e muito poucos farinam, vá de clamar que a protecção à lavoura era um escandaloso favor aos senhores da

terra, que bem podiam fazer colheres, se não sabiam produzir trigo. Protegida como venho de expor, a lavoura fazia lembrar o Cristo, *crucificada entre a Moagem e o Estado*, não podendo eu dizer de que lado ficava o bom ladrão, sem ofensa às pessoas...

Exige a agricultura, como aplicação da ciência agromónica, um saber técnico que os nossos lavradores não tinham, que ainda hoje não têm, embora seja exagerado o que por aí se diz acêrca do seu espírito rotineiro. Criou o Estado, no papel, escolas e granjas, mas nunca umas e outras serviram, as que bem ou mal chegaram a funcionar, para ensinamento dos agricultores, antes os desmoralizaram pelos maus exemplos que lhes davam. Diziam-lhes que o arado era uma velharia; mas nem lhes forneciam dinheiro para comprar máquinas, nem os ensinavam a trabalhar com elas. Vagamente êles ouviam falar de análises de terras, indispensáveis para o emprêgo racional dos adubos; mas nunca os agentes do Estado os procuraram, nas suas herdades, para lhes explicarem claramente, sem bufaradas eruditas, por uma forma acessível à sua elementaríssima instrução, o que isso era e como se fazia, — isto é, como se colhia a terra para a mandar analisar em Lisboa! Publicou-se uma lei, criando os Sindicatos; mas não se atendeu a que a nossa gente pende muito pouco, quasi nada, para o associonismo, talvez por innatas tendências individualistas, talvez por falta de educação. Certo é que os Sindicatos não foram instrumento auxiliar da lavoura, só um ou outro, com raras excepções, sabendo usar das suas atribuições e faculdades.

O Governo Provisório, criando as Caixas de Crédito Agrícola, pretendeu avigorar por meio delas a associação sindical. Os lavradores querem dinheiro? Precisam associar-se para o terem, organizar-se em Sindicatos. Assim associada, à lavoura, no periodo de treze anos, já foram mutuados 33 mil e 200 contos, segundo o úl-

timo relatório da respectiva Junta de Crédito Agrícola. Não é muito, sem dúvida; mas é alguma cousa, e mais seria se a lavoura, zelando melhor os seus próprios interesses, se associasse em mais larga escala. Há em todo o País a insignificância de 260 Sindicatos; caixas de crédito agrícola há apenas 93, com pouco mais de sete mil sócios, e destas, sete não funcionam.

¿ Ao menos os Sindicatos que temos desempenham bem a sua função?

Só 117, dos 260 Sindicatos que há no País, responderam a um questionário que lhes foi enviado pela Direcção Geral do Crédito e das Instituições Agrícolas; e destes só dois têm biblioteca; nenhum tem campo de experiências; apenas um cedeu terreno para a instalação de um posto agrário oficial; só três têm caixas de seguro pecuário; e só 11 têm, anexas, sociedades cooperativas de consumo. Ensaaios de cultura, só em 12 destes Sindicatos se realizaram; e apenas estes tinham algumas máquinas agrícolas. Sem a dedicação de um ou dois sócios em cada Sindicato, a maior parte destas Associações agrícolas nem sombras de vida teriam.

Os que dizem mal do Estado, quasi sempre com razão, fariam bem, para serem inteiramente justos, em ver o que fazem os particulares, mesmo associados, porque talvez isso fizesse variar o objectivo das suas críticas. É preciso não ter a fobia do Estado, mas é igualmente preciso não confiar demasiadamente no seu providencialismo.

E' do conhecimento de todos que os terrenos irrigados são mais produtivos do que os mesmos terrenos secos, a tal ponto que o seu valor, função da sua produtividade, torna-se duas, três e quatro vezes maior. Pois a êste respeito estamos atrasados de séculos, nem sequer nos servindo de exemplo e de estímulo o que se passa na vizinha Espanha. Quando tivermos resolvido êste problema, o *déficit* cerealífero desaparecerá,

pelo menos atenuar-se-á a ponto de não embaraçar a nossa vida económica e financeira.

Tenho visto apontado como um dos factores da nossa escassa produção cerealífera o regime de propriedade no sul do País, sobretudo no Alentejo. Sem me demorar agora na consideração dêste assunto, direi que êste vício é dos que o tempo corrige sucessivamente, sendo por isso dispensáveis os radicalismos da lei para lhe dar eficaz remédio. Seria interessante saber qual é, na hora presente, o número de propriedades e o número de proprietários que há no Alentejo, muito maior, sem dúvida, e com tendências para crescer, do que há vinte anos.

Seja como fôr, a triste e irrecusável verdade é que vivemos em regime de *déficit* cerealífero, representado desde 1898 até 1920, em média anual, por 90 mil toneladas, *valendo sete mil contos*.

Mas êste *déficit* pode desaparecer, bastando para isso alargar a superfície cultivada ou obrigar a produzir mais, a que já se cultivava. Suponho que a nossa produção, em trigo, não vai além de nove sementes, ao passo que a Espanha, que em condições climáticas e agrológicas não tem sobre nós reconhecida superioridade, já anda à roda das catorze.

Se dúvidas houvesse, bem fundamentadas, sobre a capacidade da nossa terra para a cultura do trigo, abundante e remuneradora, o que haveria a fazer, antes de mais nada, seria dissipar essas dúvidas. Temos uma Faculdade de Ciências Agronómicas — o Instituto Superior de Agronomia — e os seus professores, se esta dúvida lhes fôsse exposta, a ela responderiam prontamente e por forma decisiva.

Davam resposta positiva ?

Haveria que fazer quanto é mister que se faça, e já devia estar feito, para habilitar a lavoura a produzir quanto é necessário que produza, e em condições eco-

nómicas, para não sermos tributários do estrangeiro no que constitue a base da nossa alimentação.

Davam resposta negativa?

Haveria então que dar à actividade dos agricultores outra orientação e diverso rumo. Os terrenos explorados com a criação de gado esgotam-se menos do que explorados com a cultura dos cereais, e a indústria pecuária é bem remuneradora, feita em países ou regiões que a ela se prestam pelo seu condicionamento climático e agrológico.

E já que de gados falei, não quero dispensar-me de informar VV. Ex.^{as} de um facto que bem mostra a nossa falta de iniciativa, traduzindo-se em dependência do estrangeiro. Quero referir-me às vacinas para o gado porcino, que mandamos vir da América e nos custam algumas centenas de contos. Conhece-se a sua composição, em que só entram banais drogas de farmácia, e não constitue segredo a sua preparação, de uma técnica elementar.

¿ Porque não havemos de fabricar estas vacinas, que temos de pagar em ouro, e para mais ouro americano, que adquiriu um valor quási inverosímil?

Escusado será dizer que a riqueza pecuária de um País se não mede só pelo número de cabeças, mas pelo que vale cada uma das utilidades que numa cabeça se reúnem.

Em relação aos animais que nos fornecem a carne, por exemplo, valem mais os que mais pesam, e pesam mais, naturalmente, sendo iguais tôdas as outras condições, os de maior corpulência. Em Moçambique, para falar daquela das nossas Colónias que regularmente conheço, temos uma considerável massa de gado bovino, mas gado cafreal, bois que em limpo dão entre 150 e 209 quilos, ao passo que na União Sul-Africana já desapareceu o gado cafreal, o *tipo zebú*, mercê de uma selecção rigorosamente feita e inteligentemente di-

rigida. Em 1922 a União vendeu para a Inglaterra reprodutores bovinos à razão de mil libras cada um.

Como não temos um recenseamento de gados, a não ser o que se fez em 1870, tudo quanto se diga a respeito da nossa riqueza pecuária e possibilidades de a aumentar, é meramente conjectural, sujeito a rectificação.

Também não produzimos todo o milho necessário ao nosso consumo, e este cereal ainda entra por muito na alimentação da gente pobre, ao norte do País. No sul é principalmente empregado nas *avarias*, isto é, na engorda de porcos fora dos montados, mantidos em currais, quasi sem nenhuma actividade, a não ser a de comer. No ano de 1920 importámos milho na quantidade de 31.932 toneladas e no valor de 4.475 contos. Uma só das nossas grandes Colónias de África, Angola ou Moçambique, pode fornecer à Metrópole todo o milho de que ela precise ou venha a precisar, e a razoáveis preços.

Os nossos montados de azinho, no Alentejo, estão gafos de *burgo*, havendo necessidade de substituir a bolota pelo milho, na engorda dos suínos. Considero as Colónias e a Metrópole como formando uma unidade económica, e assim posso dizer que o nosso País nem é pequeno, porque tem uma superfície de mais de dois milhões de quilómetros quadrados, nem é irremediavelmente pobre, porque o seu solo tem as mais variadas aptidões culturais sob os mais variados climas.

¿ Há que proteger a lavoura ?

Sem dúvida; mas essa protecção resultará ineficaz para o País, considerado no conjunto das suas classes, se fôr apenas a segurança de um preço alto, tornando cara a vida. Decretou o Governo Provisório, há treze anos, o levantamento do cadastro rústico; e a carta agrícola, principiada há meio século, ainda não está feita. Sem estes dois elementos não pode haver estatís-

tica agrícola, e sem estatísticas nunca se poderá saber ao certo o que o País vale e pode valer no ponto de vista da sua capacidade produtiva, no que respeita à agricultura.

* * *

O País consome actualmente 35 a 40 mil toneladas de açúcar, o que representa, mais grama, menos grama, seis quilos por cabeça e por ano. E' uma capitação insignificante, tanto mais que o açúcar não é apenas uma guloseima — é um alimento. Êste açúcar que consumimos não o produz a Metrópole, e por êle somos tributários do estrangeiro em muitos milhares de contos. No ano de 1920 o açúcar que importámos custou-nos à roda de 20 mil contos.

Na Metrópole podíamos cultivar a beterraba e dela extrair açúcar, e já em tempos esta cultura se ensaiou nos arredores de Tórres Novas, se não estou em êrro. Não para dela extrair açúcar, mas para aproveitar os seus valiosos sub-produtos na beneficiação da terra e na engorda do gado, poderíamos cultivar, no continente, a beterraba, apto como é o nosso solo, aqui e além, para esta cultura. Mas as nossas Colónias de África já podem fornecer-nos não só todo o açúcar que, por agora, consumimos, mas todo o que viermos a consumir quando se elevar a razoáveis limites a respectiva capitação. Só Moçambique produz umas 60 mil toneladas, e a sua produção é crescente. A verdade é que dos 20 mil contos que nos custou o açúcar que importámos em 1920 só 3800 contos foram para as Colónias.

Não falta em Portugal gente gulosa, e a guerra, que entre nós criou muitas necessidades, generalizou bastante o gosto e o uso das variadíssimas cousas em que entra o açúcar. Pois bem: as Colónias podem fornecer-nos três ou quatro vezes mais o açúcar que actual-

mente consumimos, e que é apenas a quarta ou quinta parte do que devemos consumir.

Em relação a qualquer género ou produto, não basta constatar que não produzimos; é necessário verificar se não poderemos produzir. Só a incapacidade intrínseca de produção pode afirmar a nossa pobreza ou miséria; e essa incapacidade, em relação ao açúcar, como em relação aos cereais, é fictícia.

* * *

Avulta o carvão na estatística das nossas importações, e o carvão é indispensável para a vida das indústrias. No referido ano de 1920 importámos carvão no valor de 70.153 contos, arredondando os números.

¿ Será possível resgatar este tributo ?

Ainda é controverso este ponto -- se temos ou não carvão, a verdadeira hulha, melhor ou pior do que a extraída das minas inglesas, mas em todo o caso hulha verdadeira. Muito se tem falado da existência de carvão de pedra no concelho de Alcácer; e ainda há poucos anos um engenheiro português, o Sr. Bessa, afirmou a existência de uma enorme bacia hulhífera, estendendo-se por uns poucos de distritos no centro e norte do País. Este engenheiro, aliás pessoa inteligente e culta, sondara o terreno com a broca da análise, segundo a frase de Mousinho da Silveira; e, seguro das suas sondagens, pediu e foi-lhe dado o que se chamou, pitorescamente, *um monopólio intelectual*. É possível que não tenhamos carvão; mas é absolutamente certo que temos magníficas linhites e antracites, e é fora de toda a dúvida que temos hulha branca em quantidade suficiente para nos libertarmos, ao menos em grande parte, da necessidade de comprarmos a hulha preta. O Douro, no trôço internacional, é susceptível de produzir a força de 300 mil cavalos, e metade

desta força pertence-nos. O mesmo rio, de Barca de Alva para baixo, é susceptível de produzir entre 100 e 150 mil cavalos, e a soma de todos estes cavalos dá energia suficiente para as necessidades da indústria no País inteiro. O pior é que este problema — o aproveitamento das quedas de água — ainda não foi estudado, a respeito dêles havendo pouco mais do que palpites e conjecturas, o que não pode constituir base para empreendimentos sérios. Importámos muitos milhares de toneladas de carvão; mas este pesado tributo, que pagamos ao estrangeiro, podemos deixar de pagá-lo se fizermos um aproveitamento inteligente dos nossos recursos naturais.

A independência política, sem a independência económica, é uma ficção perigosa; e não é economicamente independente um País que não produz o necessário para a alimentação da sua gente e da sua indústria, mormente se tiver uma balança comercial desequilibrada, por excesso de importação.

* * *

Custa-nos alguns milhões de escudos o algodão que importamos, todo êle estrangeiro, para garantir o trabalho de uma boa parte das nossas fábricas de tecelagem.

No ano de 1920 o algodão que importámos custou-nos qualquer coisa como 47.714 contos. Trata-se de um produto agrícola que não podemos obter na Metrópole, mas que as Colónias nos podem fornecer na medida em que dêles necessitarmos. Quere dizer, a terra portuguesa, não a do continente, mas a do Ultramar, pode libertar-nos da onerosa dependência em que estamos do estrangeiro, relativamente a uma matéria prima que não é possível dispensar. Simplesmente em nenhuma das nossas Colónias, mesmo naquelas em que de

há muito o algodão se cultiva, há o necessário apetrechamento para uma produção em grande escala. Não é barata a cultura do algodão, feita em terrenos irrigados, e tem esta planta o triste privilégio de ser uma das mais ricas... em doenças. Acresce ainda que a sua cultura é muito contingente, por ser imensamente sensível às variações meteorológicas. Presentemente a América, que quasi deteve, por largo espaço, o exclusivo de produção algodoeira, está em baixa de produção, e isso estimulou outros países, entre elles o Brasil, a produzi-lo cada vez mais. O Egipto é, desde velhos tempos, um país algodoeiro, talvez o que neste género de agricultura tem realizado maiores e mais custosas obras. Medem alguns milhares, muitos milhares de quilómetros, os seus canais e drenos, e exprime-se por milhões de metros quadrados a sua superficie irrigada ou em regime de colmatagem. Nem em Angola nem em Moçambique há trabalhos realizados para se cultivar o algodão em termos da sua produção ter influência na vida económica das respectivas Colónias; mas êsses trabalhos podem realizar-se — é uma questão de tino e de dinheiro —, e assim eu posso dizer que relativamente ao algodão, como relativamente ao açúcar, *não temos*, mas *podemos ter*, e é necessário que tenhamos, sob pena de morrermos atascados na miséria, rodeados de possibilidades de riqueza fácil.

* * *

Cultivamos o arroz desde o tempo do Marquês de Pombal, e por motivos de ordem vária, principalmente de ordem sanitária, êste ramo de agricultura nacional tem experimentado alternativas de progresso e decadência, não tendo atingido em qualquer época um alto grau de prosperidade. O certo é que importamos, em cada ano, alguns milhares de toneladas de arroz que

nos custam vários milhares de contos. Os respectivos números, em relação a 1920, são estes : — 14.645 toneladas e 12.623 contos. Êste cereal é dos que a terra portuguesa pode fornecer em abundância, como o milho, bastante a terra metropolitana, e quanto se quiser a terra colonial. ¿ Querem saber quantas, das 14.645 toneladas de arroz que importámos em 1920, vieram das Colónias? Apenas 1:200! Não admira. | Pois se nós produzimos em Moçambique mais açúcar do que a Metrópole consome, e fartamo-nos de comprar açúcar ao Brasil!

* * *

Não é leitura que se recomende, a das estatísticas, mas é uma leitura por vezes curiosa e constantemente instrutiva. ¿ Quantas pessoas saberão, de entre as que constituem o numeroso e ilustrado auditório, perante o qual tenho a honra de estar falando, que em 1920 importámos peles e couros, em bruto, curtidos ou preparados, no valor de 33 mil contos?

Em matéria de pastos, vivemos ao-Deus-dará, sem prados artificiais, não procurando corrigir a Natureza aonde ela foi pouco generosa e nada providente em relação às necessidades do gado nas várias épocas do ano. Não vale a pena encarecer a importância da indústria pecuária num País agrícola, mas talvez valesse a pena constatar, precedendo aturados estudos e rigorosos inquéritos, se é a pastoria, se é a lavoura que mais importa favorecer para o ressurgimento económico do País. Já tive ensejo de dizer que a pecuária é uma das mais prósperas indústrias na União Sul-Africana; direi agora que o comércio das lãs é uma das suas maiores riquezas. Nos vastos e quasi desertos campos daquela Nação em comêço vêem-se enormes rebanhos de *merinos*, autênticos merinos, que nós, vizinhos da Espanha, ainda não conseguimos adaptar aqui. Impor-

tamos e exportamos lãs; mas o valor das que importamos é aproximadamente quatro vezes o valor das que exportamos, traduzidos nestes números — 8:500 — 2:500.

*
* *
*

Até agora falei das nossas possibilidades de produção, e julgo não ter incorrido em exageros optimistas dizendo que podemos emancipar-nos da tutela económica do estrangeiro a respeito de muitos e valiosos artigos ou produtos que constituem o maior valor das nossas importações. Vejamos agora o que produzimos e exportamos, *o ouro que produzimos*, visto que nos são pagas em ouro as mercadorias que o estrangeiro nos compra.

Comecemos pelo vinho: No ano de 1920 fizemos uma exportação de vinhos — vinhos de tôdas as qualidades — no valor de 80 mil contos. Dêstes 80 mil contos a vigésima parte, ou sejam quatro mil, vieram-nos das Colónias, sobretudo de Angola e Moçambique. Somos um País vinhateiro, e se os nossos vinhos merecem tão boa aceitação no estrangeiro é porque a sua qualidade os recomenda. Na verdade, as nossas adegas ainda são um pouco do tipo antigo, e os nossos cenólogos, com as excepções do estilo, ainda são, pouco mais ou menos, técnicos como os velhos adegueiros. Os vinhos comuns que mandamos para França são vinhos para lotação, por assim dizer a matéria prima de que os franceses, mestres na arte, fazem os seus vinhos. «Pôrto» e «Madeira» são vinhos sem rival no mundo inteiro, e porque assim é, está constantemente garantida a sua venda a preços remuneradores. O que é preciso é não promovermos ou não deixarmos que se promova o seu descrédito, mantendo a sua genuidade, sem medo às grosseiras imitações.

Mas ¿ se um dia nos faltar o mercado da França?

Convém saber que o mercado interno ainda tem capacidade para a colocação de muitos milhares de pipas. Bem feitas as contas, o português é fraco bebedor, se considerarmos a quantidade de vinho que produzimos e o que a população consome, em média.

Na Suíça a capitação é de 80 litros. Se assim fôsse em Portugal, o consumo interno seria, no ano, de 900 mil pipas de 500 litros cada uma. O pior é que há pessoas que se embebedam todos os dias, e outras, o maior número, que só por ocasião de festas ou eleições bebem vinho. Com frequência se fala, por aí, de evitar o plantio, e nos anos de boa novidade quasi se grita por um Marquês de Pombal que mande arrancar as vinhas... dos outros. Para todo o vinho que nos sobeja do consumo da Metrópole, e muito mais que possamos ainda produzir, haverá mercado nas Colónias, aliás de escassa população. O prêto gosta de beber, gosta mesmo de se embebedar. António Enes escreveu no seu famoso Relatório que o prêto é, por natureza, bêbedo — bebeu, bebe e beberá. Devo dizer, em abôno da verdade, que em Lourenço Marques não vi tantos borrachos como em Lisboa, sendo certo que o prêto, de há anos a esta parte, se embebedava menos do que se embebedava.

¿ Com que se embebedava o prêto ?

Embebedava-se principalmente com as mixórdias cafreais, porque lhe não chegam os rendimentos para se embebedar com os vinhos, aguardentes e licores que se consomem na Metrópole. O prêto distila tudo que contenha alcool, e para as suas operações de destilação basta-lhe uma panela e um cano de espingarda, que muitas vezes substitue por uma cana. O branco, *no seu papel civilizador*, tem explorado a bebedeira indigena, em tôdas as colónias de Africa, e dêsse comércio verdadeiramente criminoso tem auferido interêsses consideráveis. O vinho cafreal, admitido nas Colónias sob pre-

texto de auxílio ou protecção à viticultura da Metrópole, é das mais repugnantes e condenáveis fraudes que o Estado tem protegido em benefício de gananciosos.

Sou de opinião que se deve tornar fácil ao prêto o uso do vinho, mas do vinho que seja feito com uvas, mais alcoolizado ou menos alcoolizado, pouco importa, mas vinho em todo o caso. Se o tornarem acessível à escassez dos seus recursos, êle começará por lhe franzir a testa e acabará por lhe lambe os beiços...

Os médicos ainda não chegaram a acôrdo sôbre êste grave problema — se o vinho é ou não alimentar, se o alcool é um estimulante indispensável, sendo muitas vezes um veneno perigoso.

Conta-se que, em Bruxelas, um professor de medicina realizou uma conferência pública sôbre a toxidade do alcool. Teatrou a cunha. Fêz o professor uma larga e substanciosa dissertação, acabando por êste argumento irrespondível... na sua opinião: — *Experimentei o vinho em porcos da Índia, servindo-me de outros porquinhos como testemunhas. Os que não tinham ração de vinho engordaram; os que a tinham morreram.*

Ergue-se uma voz, no meio da assistência:

— Bem feito! O vinho não é para porcos!...

Há que educar o prêto, e educá-lo é corrigir os seus vícios, sobretudo aqueles, como a bebedeira, que arruinam o indivíduo e comprometem a raça. Mas impor em África, aos indígenas, o regime sêco, tão preconizado na América, parece-me ser um exagêro humanitarista, além de ser um êrro económico.

Acho que as nossas Colónias de África podem e devem ser mercado para os nossos vinhos, especialmente os vinhos comuns, os vinhos de copo, mas vinhos que não sejam feitos a martelo, tendo um pouco de tudo, excepto o que só a uva dá.

Para os nossos vinhos generosos, para os afamados

«Madeira» e «Pôrto», não faltam mercados, como já disse, e sempre eles obterão um preço largamente remunerador.

* * *

A indústria da pesca é das nossas indústrias mais ricas, e é das que mais desvelos devem merecer dos poderes públicos, porque é das que empregam maior número de trabalhadores. Exportámos conserva de peixe, em 1920, no valor de 40 mil contos, o que é alguma coisa, mesmo entrando em conta com a desvalorização da moeda. Esta indústria, como a da lavoura, tem um cunho eminentemente nacional. As águas em que pescamos são portuguesas; os pescadores são portugueses; o azeite que empregamos nas conservas, na sua quasi totalidade, é português, e portugueses são os barcos em que pescamos. Convém dizer que temos magnífico azeite, e a sua produção, em média anual, excede de alguns milhões de litros — dez ou doze — o consumo interno. Pena é que no Algarve não se tenha atirado para a terra quanto se tira do mar, porque o peixe tem algumas vezes o capricho de emigrar, e quando abala não diz se voltará...

* * *

Fomos, por largos anos, o País mais produtor de cortiça, excedendo a nossa produção metade da produção mundial. E não só tínhamos cortiça em abundância, mas tínhamos cortiça da melhor qualidade. Só há pouco tempo a cortiça argelina nos faz concorrência, e essa, contrariamente ao que se dizia, é de boa qualidade, nem toda, é claro, mas uma boa parte. Era natural, visto que possuíamos a matéria prima, que criássemos e desenvolvêssemos a indústria respectiva; mas tal não sucedeu. Países aonde não existe, nem existiu jamais um sobreiro, entraram a manufacturar a cortiça

que lhes vendíamos em bruto, e nós próprios lha comprávamos depois de manufacturada !

É um produto rico a cortiça, em primeiro lugar porque vale muito dinheiro, e em segundo lugar porque a respectiva árvore se cria à lei da Natureza, sem exigir cuidados dispendiosos. Em 1920 vendemos cortiça, para o estrangeiro, no valor de 12 mil contos ; mas não vendemos quanta poderíamos e devíamos ter vendido, e o preço por que no-la pagaram, em relação a tudo o mais, foi insignificante. A Espanha fabrica quasi toda a sua cortiça, e a França vai a caminho de fabricar toda a sua produção do norte de África.

* * *

A nossa produção de cacau, produto colonial que se vende, na quasi totalidade, ao estrangeiro, está hoje diminuída, mas chegou a exceder trinta mil toneladas. Rendeu-nos o cacau, no referido ano de 1920, a bonita soma de 25 mil contos. Este produto constitue a riqueza de S. Tomé, que se diz ser o nosso melhor atestado de colonizadores, e entra por muito na vida económica da Metrópole. Sucede com o cacau uma coisa semelhante ao que sucede com a cortiça — exportamo-lo, e outros o industrializam. A nossa indústria apenas trabalha sobre escassas trezentas toneladas, das trinta mil que produzíamos, das dezassete mil que ainda produzimos, se não carece de rectificação o que a este respeito apurei. A Suíça não tem cacau nem tem açúcar ; mas os seus chocolates, os seus bonbons, todas as guloseimas que se podem fazer com estes produtos, chegam a todas as partes do mundo.

Esqueceu-me dizer, na devida altura, que as nossas Colónias de África podem fornecer-nos todo o café que consumimos, porque têm decidida aptidão para a cultura do cafezeiro, e o que consumimos — reporto-me ao ano

de 1920 — anda por 2500 contos. Pode cultivar-se o café no mesmo campo em que se cultiva o algodão, simultaneamente, prática muito seguida no Brasil com os melhores resultados. As culturas intercalares são grandemente remuneradoras, porque além da economia de terreno, permitem economizar trabalho, permitindo ainda economizar adubos, nos terrenos que não dispensam a adubação.

* * *

É uma verdade já banal, à fôrça de repetida, que a principal riqueza de um País é a sua população. Há utilidades gratuitas; mas essas não constituem riqueza, que é sempre o produto do trabalho do homem, tanto mais produtor quanto maior fôr o seu vigor, mais elevada a sua inteligência, mais vasto o seu saber, mais rígida a sua moral.

¿ O que é e o que vale a população do Portugal metropolitano ?

Em números redondos, e considerando só a terra metropolitana, somos seis milhões de portugueses, ocupando uma superfície de 90.000 quilómetros quadrados, o que dá por cada quilómetro pouco mais de sessenta habitantes. É muito pouco, e ainda por cima esta população está mal distribuída, muito escassa no Alentejo, muito densa no Minho.

¿ Somos poucos por falta de natalidade ? por excesso de mortalidade ? por causas orgânicas, económicas ou sociais ?

Não pretendo, neste momento, analisar o fenómeno demográfico português, muito de recomendar ao estudo das pessoas competentes, pelo que importa à resolução dos mais graves problemas da vida nacional. Limito-me a constatar, porque isso entra no plano da minha conferência, que a nossa população é escassa, isto é, que este recurso natural, condição e factor de toda a

riqueza, nos falta lamentavelmente, sendo necessário acrescê-lo na mais larga medida.

O que importa dizer bem alto, para evitar juízos errôneos, é que a gente portuguesa não se encontra em estado de miséria orgânica, precursora de mais ou menos rápido desaparecimento. Não encontro, nos trabalhos da especialidade, números indicadores desta miséria; a duração média da vida não tem baixado; o vigor de cada indivíduo, apreciado pelos mais competentes, não tem diminuído; e o acréscimo da população, embora lento, excessivamente lento, nota-se em cada ano.

Somos poucos em relação à área que ocupamos, e ainda por cima a emigração nos reduz o número. Fornecemos ao Brasil, por ano, muitos milhares de trabalhadores, *para cima de cinqüenta mil*, e nestes últimos anos, depois da guerra, temos fornecido para outros Países, na Europa, especialmente para a França, trabalhadores em número de alguns milhares. Se não estou em êrro, no ano de 1923 foram daqui para França, contratados, perto de 12 mil trabalhadores.

¿ Que significado tem a nossa emigração, visto não resultar de um excesso de gente em relação à superfície do território a explorar?

Sem me deter neste ponto, aliás muito interessante, sou levado a atribuir a nossa emigração a causas principalmente económicas, de sua natureza removíveis, sem desconhecer o espírito aventureiro da raça, a estas horas muito atenuado nos seus ímpetos.

¿ E se canalizássemos a nossa emigração para as Colónias?

Não precisei ir à África para saber que as Colónias tropicais, as nossas e as estrangeiras, por fatalismo do meio cósmico, não podem ser colónias de fixação, países em que a gente branca se instale para aí viver no decurso de infindáveis gerações. Tais colónias são mais ou menos importantes centros de produção e exporta-

ção ; o seu valor dependerá sempre do valor do elemento indigena, instruído, educado e dirigido pelo branco. O que se chama a adaptação do europeu na zona tórrida, é sempre, dizem os Mestres, um fenómeno patológico ; o individuo pretendidamente adaptado, deixa de ser, no ponto de vista biofisiológico, o mesmo individuo que era quando aí chegou, vindo da Europa ; e isso facilmente se reconhece estudando e analisando os seus órgãos e sistemas, como num laboratório ou numa enfermaria. Adapta-se perdendo qualidades, por assim dizer muda de raça para viver num meio que lhe seria constantemente hostil. Mas a colonização, escusado será dizê-lo, não se faz pela adaptação do individuo ; faz-se pela adaptação da família ; e esta, nos climas tropicais, se não viver como em estufa, difficilmente irá além da segunda geração. De resto, para a África ninguém vai para viver, simplesmente para viver, mas para arranjar fortuna rapidamente.

Não há que pensar, a meu ver, em canalizar para África a emigração que fazemos para o Brasil ; mas há que pensar, e muito a sério, em fixar aqui os nossos trabalhadores, utilizando o seu esforço na valorização da terra portuguesa.

¿ Quanto vale cada emigrante ?

Atribuindo-lhe o valor mínimo de um conto, e admitindo que todos os anos emigram daqui trinta mil trabalhadores, o que não é verdade, pois emigram mais, temos que anualmente exportamos um capital de 35 mil contos, parte do qual por lá fica, uns porque morreram, outros porque se expatriaram. Os homens que emigram são novos, e por via de regra emigram os de melhor qualidade — os mais vigorosos, os mais inteligentes, os mais audaciosos. Sob o ponto de vista populacional, a nossa emigração é desastrosa, por óbvias razões, que me dispenso de referir agora. O que eu não quero deixar de referir, porque o facto é grave, é

a incultura da nossa gente, tão grande que as estatísticas accusam uma percentagem de mais de 60 por cento de analfabetos. A República agravou, a este respeito, o mal que fizera a Monarquia, parecendo que ao Estado, monárquico ou republicano, convém que o País não saiba ler.

Seria natural, tratando dos recursos do País, dizer alguma coisa a respeito das indústrias que temos e das que podemos ter, mostrando o que elas importam e deveriam importar à economia do País. Não o farei, para não abusar mais da generosa atenção com que se têm dignado escutar-me. Temos abundância de matérias primas, considerando a unidade económica que forma a Metrópole com as Colónias, e essas matérias primas, se com elas trabalhássemos, poderiam alimentar muitas e florescentes indústrias — o cacau, o sisal, as oleaginosas.

Freqüentemente se ouve dizer : — *Não podemos ser um País industrial porque nos falta o carvão e o ferro.*

A Suíça não tem carvão e não tem ferro, como nós, e contudo é um País de grande indústria. Os seus relógios marcam horas em todo o mundo ; as suas máquinas giram por todos os caminhos-de-ferro ; e as suas guloseimas, feitas de açúcar, que não tem, e de cacau, que não produz, encontram-se em tôdas as confeitarias. Não tem carvão nem tem ferro, exactamente como nós, e contudo as suas indústrias metalúrgicas, as suas indústrias electro-químicas, criaram-se e desenvolveram-se, sendo hoje notáveis em todo o mundo.

Sem carvão, sem ferro, sem matérias primas, a Suíça é um País essencialmente industrial, e as suas indústrias fazem dela um País rico.

¿ Terão os suíços qualquer coisa que nos falta e não é possível adquirir em qualquer dos mais bem providos mercados do mundo ?

Terminada esta longa e fastidiosa palestra, seja-me permitido dizer, em síntese, que a Portugal não faltam recursos naturais; que temos avultadas riquezas em potencial; que a nossa pobreza económica é facilmente remediável, e que a nossa crise financeira é um acidente na vida do Estado — que é preciso não confundir com o País.

Joaquim Costa, que foi uma das mais altas mentalidades de Espanha, logo a seguir à guerra hispano-americana, consciente das realidades, e com esperanças no futuro, ergueu a sua voz potente e autorizada, proclamando aos seus concidadãos de todos os matizes políticos: — *A crise da Espanha é essencialmente pedagógica.*

Suponho que é da mesma natureza a crise de Portugal, na hora que passa.

Como combatê-la?

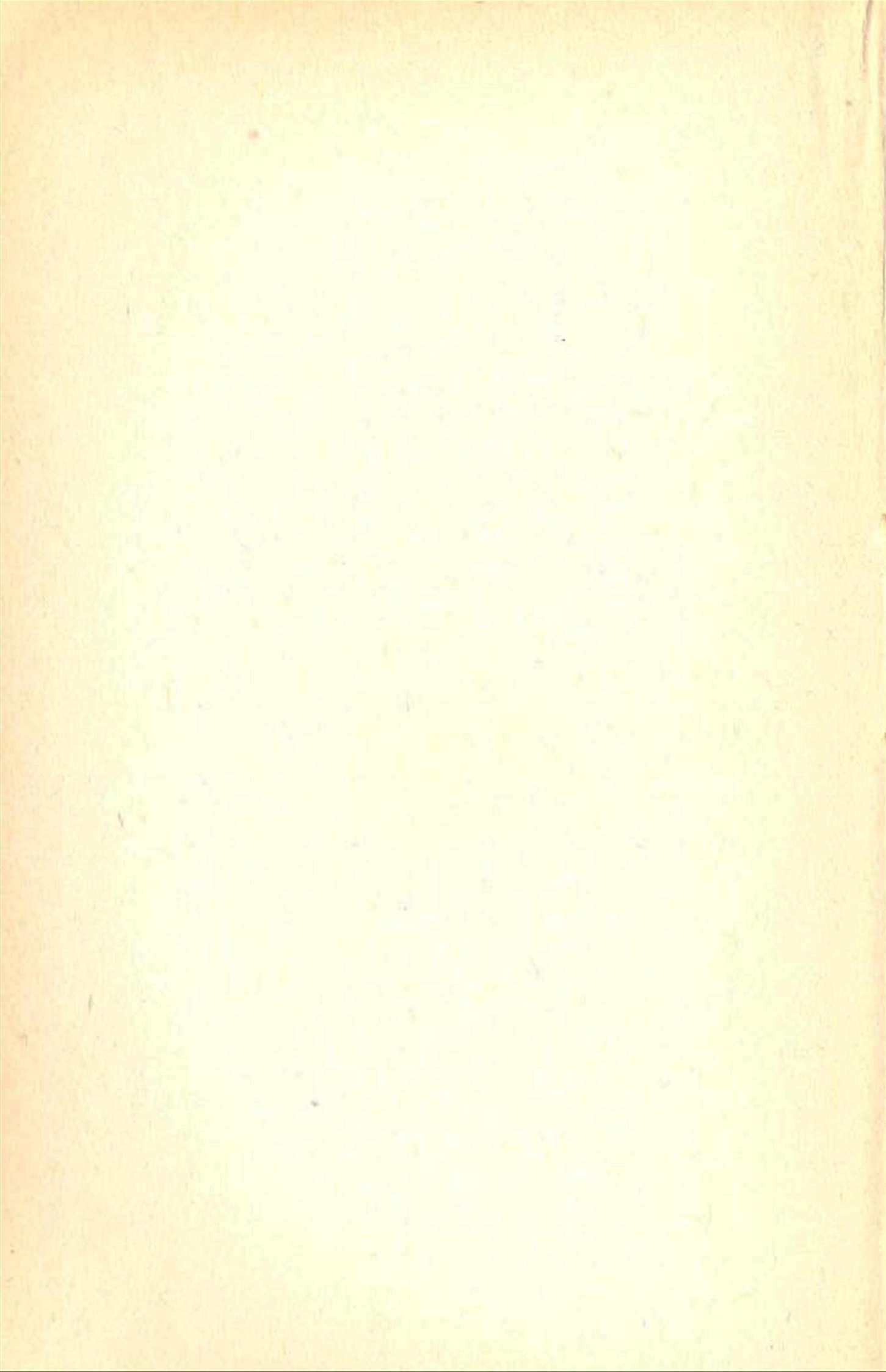
Tem de ser pela acção combinada do Estado e do País.

O Estado tem ao seu dispor um terrível instrumento de sucção — o Ministério das Finanças; e um admirável instrumento de riqueza — o Ministério do Fomento. Simplesmente o primeiro se mostra incansável em sugar, e o segundo é excessivamente modesto em produzir...

O País tem de trabalhar com o Estado, para o auxiliar... e para o corrigir. Considerá-lo como a Providência, de que há tudo a esperar, ou como o Diabo, de que há tudo a temer, é procedimento condenável, que pode ter graves consequências.

Presentemente em Portugal exercitam-se os pés mais do que as cabeças, e eu estou em crer que um alto pensamento oportuno vale mais, e produz melhores resultados, do que um pontapé dado a tempo...

(Conferência realizada no Instituto Superior do Comércio de Lisboa em 15 de Março de 1925).



NOTA

Mais um volume se publica, compilado com alguns dos escritos deixados pelo ilustre e falecido escritor Dr. Brito Camacho, organizado conforme o plano que procurámos apreender no próprio original do Prefácio que encontrámos junto ao restante material destinado a este livro.

Questões nacionais — titulo traçado pelo falecido escritor, com a sua própria letra, tão inconfundível — deve ser obra a que o Dr. Brito Camacho ligava especial importância, visto ter escrito, no Prefácio, que publicava este livro para valer como documento.

Documento de quê? Documento de que a política não fôra para ele um entretenimento fútil, um jôgo de habilidades e argúcias, mas um elevado exercício de onde ressaltava, sempre em plena actividade, o seu atento estudo dos mais importantes problemas que respeitavam ao progresso moral e material do País.

Não seria necessária tal documentação porque todos — amigos e adversários — reconhecem que o Dr. Brito Camacho dedicou, nobremente, a sua vida e a melhor actividade à propaganda e ao serviço da República. A sua acção é o notavel exemplo dum homem digno e intelligente, que nunca afrontou a sua própria intelligência supondo-se infalível, e naturalmente cometeu erros, como é próprio de todos os homens.

Mas se tal documento não é necessário para justificar o homem e o politico, é útil como elemento de es-

tudo ; valioso como subsídio para a história duma época política ; eloqüente como demonstração de que alguns dos mais representativos e austeros democratas estudavam e procuravam solucionar as grandes questões nacionais.

Quem considerar a sério a vida nacional, neste livro encontrará versados, com a maior simplicidade e clareza, problemas importantes, que acreditavam um jornalista, dos mais ilustres, preparado para homem de Estado. Simplesmente, este volume não comporta a matéria de todos os problemas que o brilhante publicista versou ou nos quais teve intervenção, como deputado, ministro, alto comissário, e que dará para muitos e interessantes livros.

Não devemos, porém, esquecer que estas opiniões, críticas e sugestões do Dr. Brito Camacho, agora vindas a lume, se referem, principalmente, a épocas passadas, quando elle exerceu a sua actividade de jornalista e politico. Mas, embora algumas dessas questões se encontrem solucionadas ou tomassem rumo diferente, nem por isso a sua actuação brilhantissima diminue de valor ao ser rememorada. Mais do que isso : alguns desses problemas mantêm absoluta oportunidade.

Por exemplo : a tuberculose, hospitalização de loucos e de todos os doentes pobres, criminalidade infantil, habitações operárias, analfabetismo, emigração — eis uma série de importantes problemas que ainda não puderam ser solucionados.

A produção agricola, é certo, augmentou consideravelmente, o que é importantissimo ; mas isso não significa, infelizmente, que o povo consuma todo o pão de que necessita para sua alimentação, por preço mais

acessível, e de harmonia com os seus salários. E nem esse aumento de produção agrícola, ainda instável, se pode confundir com a complexa solução do problema agrário.

Também é digno de registo o facto da economia nacional, nos últimos anos, se ter orientado num sentido de maior aproveitamento dos recursos naturais do País. Todavia, alguns dos mais importantes desses recursos ainda não puderam ser utilizados: na Metrópole, o carvão, as quedas-de-água, a indispensável industrialização da cortiça, cuja maior quantidade continua alimentando a indústria estrangeira em prejuizo do trabalho nacional; nas Calónias, o tabaco, o algodão, o chá, algumas oleaginosas — que continuamos importando do estrangeiro, desequilibrando a balança comercial.

Nem inoportunas censuras, nem antipáticas retaliações estão no intuito das nossas palavras. Procuramos, apenas, a fácil demonstração de que, embora o actual panorama económico e social seja diferente daquele em que o Dr. Brito Camacho desenvolveu a sua principal actividade, alguns dos presentes estudos são oportunos, e as suas opiniões ainda têm a maior utilidade.

Consideramos mesmo muito interessante, até como recreio espiritual, que as novas gerações observem, com sereno critério de justiça, a maneira como esse homem tratava os problemas, o idealismo que o determinava, os informes práticos e a cultura que constantemente recolhia, e tudo isso pelo seu amor ao País e respeito pelas suas idéias políticas, sempre procurando ajudar a solução das grandes questões nacionais — algumas das quais vão sendo resolvidas conforme ele preconizava.

Ninguém, mais do que ele, defendeu a urgência da intensificação da produção agrícola pela aplicação dos mais modernos processos técnicos, agitando salutareos exemplos do estrangeiro, defendendo mesmo a experiência cooperativista, que começa a esboçar-se.

Além disso, é de elementar justiça reconhecer a maneira honesta, superior e prática como resolveu algumas dessas questões durante o curto prazo em que exerceu as funções de ministro e alto comissário — nomeadamente os problemas do ensino superior técnico, do crédito agrícola, do crédito predial e da produção de açúcar em Moçambique, que hoje já excede as necessidades do consumo na Metrópole e nas Colónias.

Não pretendo explicar a sua obra, que se impõe por si própria. E se insisto nestas minúcias é pensando nos leitores menos informados e num público especial que ainda supõe que o Dr. Brito Camacho passou a maior parte do seu tempo a fazer blagues e a tentar demolir os seus contemporâneos pela piada...

Não. Trata-se dum homem que tomou a politica a sério, e que foi um dos nossos mais estudiosos publicistas. Como ele já não se pode defender, não oculto um vago receio de que lhe não façam a justiça que merece, sem ter de cair num rastejante idolatrismo pela sua honrada memória.

Peço que me relevem a insistência, que, em minha consciência, deriva do cumprimento dum dever.

Maio — 1937.

Julião Quintinha.

O grande êxito da obra póstuma do Dr. Brito Camacho

(NOTA DOS EDITORES)

Pode considerar-se vasta e, sob muitos aspectos, apreciável, tãda a obra publicada da autoria do Dr. Brito Camacho, que nesta altura já conta trinta e cinco volumes. É qualquer coisa digna de registo e de respeito num País de acanhado movimento livresco ; é a melhor prova da grande aceitação que têm no público os trabalhos do ilustre escritor falecido, que teve a glória de manejar uma das mais brilhantes penas do jornalismo português.

A crítica à obra literária do que foi eminente publicista está feita ; e os talentos e a alta probidade mental do escritor não foram contestados nem pelos seus mais encarniçados adversários políticos.

De-facto, nenhum homem de letras gozou de maior prestígio, nos nossos dias, do que o Dr. Brito Camacho, que até ao momento de expirar exerceu sensível influência numa boa parte da sociedade portuguesa constituída por pessoas de envergadura intelectual.

Esse seu prestígio, literário e político, era justificado. Dizem os entendidos que a sua obra é interessantíssima, pela multiplicidade de aspectos sociais que revela, pela variedade dos temas literários que o publicista tratou e pela naturalidade dum estilo inconfundível, que soube criar e manter.

Quem percorrer as páginas dêsses trinta e cinco volumes encontra ali quasi todos os géneros literários: a crónica amena ou satírica, as magníficas impressões de viagem, os quadros regionais, cheios de pitoresco, a critica política, altos estudos sociais e administrativos, contos e novelas, e páginas modelares de biografia. E como tudo isso está escrito numa linguagem colorida, animada, comunicativa, quem se recrear nessa leitura sentirá como que a reconstituição de curiosísimos quadros da vida literária e política dêstes últimos quarenta anos.

Que o prestígio do escritor perdura, podemos nós — editores da sua obra — assegurar-lo, não só pela continuada procura dos livros publicados durante a sua vida, como pelo grande êxito da obra póstuma, que o público continua procurando com singular carinho.

O presente volume — *Questões nacionais* — é o quarto livro que publicamos após a morte do Dr. Brito Camacho. Evidentemente, se continuamos lançando a público a obra valiosa que o ilustre extinto deixou para ser publicada é porque continua merecendo a atenção de alguns milhares de leitores. Êste facto muito nos alegra, pelo respeito que nos merece a memória do es-

critor e pela consciência que temos de concorrer para a divulgação duma obra útil, onde os leitores encontram sempre lição aproveitável, a-par da recreação do espirito.



«Contos selvagens»

Contos selvagens foi o primeiro livro que lançámos depois da morte do Dr. Brito Camacho, e a sua publicação constituiu um êxito retumbante.

Embora habituados a ver procurar, com interêsse, todos os novos livros do escritor que tanto se distinguu nas lides da imprensa, e a-pesar-de sabermos que há centenaes de coleccionadores da sua obra, o êxito do volume *Contos selvagens* não deixou de nos surpreender. Em poucos dias venderam-se alguns milhares, e presentemente a obra encontra-se quasi esgotada.

A explicação do êxito tivemos-la alguns dias depois do aparecimento do livro, na attitude unânime da imprensa, que dispensou aos *Contos selvagens* o melhor acolhimento, classificando-os como um dos mais notáveis trabalhos literários do consagrado autor. A Crítica salientou o vigor descriptivo dêsses contos e a visão dramática do escritor que, num ambiente colonial, observado e descrito com mestria, soube desenvolver acção empolgante, plena de interêsse, estuante de emoção.

O Dr. Brito Camacho, além de publicista brilhante, era um médico distintissimo. A sua segurissima intuição de homem de letras era servida por uma razoável

cultura científica, que lhe permitia profundos conhecimentos sôbre psicologia. Daqui resultavam a agudeza da sua observação sôbre coisas e pessoas e a facilidade com que penetrava todos os assuntos.

Dêste modo, e com o dom de escrever bem e de saber narrar, as personagens dos seus contos e narrativas tinham vida, moviam-se com exactidão e sempre de harmonia com os quadros trágicos ou burlescos desenhados pelo escritor.

São tôdas estas qualidades que ressaltam e avultam em *Contos selvagens*, onde nos dá, com flagrante realismo, alguns temas impressionantes de sabor africano e da vida colonial.



«Portugal na Guerra»

Portugal na Guerra, que publicámos a seguir, foi outro grande êxito nesta série da obra póstuma do illustre escritor.

Também em poucos dias se esgotaram alguns milhares, e tôda a imprensa se referiu ao livro com o maior elogio, recordando que nessas páginas ressurgia o antigo e brilhantissimo articulista do jornal *A Luta*, que tanto deliciava os seus leitores.

Não admira o êxito dêsse livro, ainda hoje procurado em tôdas as livrarias. O seu interêsse não é momentâneo, apenas de ocasião, porque as suas páginas oferecem o valor dum testemunho e também dum depoimento

acêrca do grande acontecimento que foi a intervenção de Portugal na guerra mundial que estalou em 1914.

Quem quiser conhecer o que foi a intervenção do nosso País no conflito europeu, quais foram os reflexos dessa grande tragédia em Portugal, não poderá deixar de consultar êsse livro do Dr. Brito Camacho, onde se marcam e comentam as mais importantes fases da agitada política nacional, desde o estalar do conflito até ao Tratado da Paz firmado em Versalhes.

Nessas páginas se sente o entusiasmo com que, desde o início, o Dr. Brito Camacho defendeu a causa dos aliados, sem que, contudo, o seu entusiasmo o levasse a admitir escusados sacrifícios, alheios às obrigações contraídas pelo nosso País. Reveste-se êsse livro duma excepcional importância, porque o autor, além de ser um dos mais cotados jornalistas portugueses, então com grande influência na opinião pública, era deputado e chefe dum Partido Político ; por consequência, era personalidade com as maiores responsabilidades, estando a-par de tudo que se passava na política interna e internacional.

Oferece o livro *Portugal na Guerra* ainda um outro interêsse muito especial : nas suas páginas o Dr. Brito Camacho repele as injustas acusações que lhe foram dirigidas — de contrariar, com fins políticos, a intervenção do País no conflito — demonstrando, plenamente, que a sua posição, sempre fiel aos princípios defendidos pelos aliados, nunca deixou de inspirar-se no alto interêsse nacional, de acôrdo com as obrigações estabelecidas nos Tratados.

A sua argumentação, sob este aspecto, pode ser discutida, mas é sempre admirável ; e revela a sua poderosa inteligência e grande nobreza moral. Tão bem organizado o seu lúcido espirito que, ao discutir-se, no Parlamento, o *Tratado da Paz*, êle foi dos poucos que se não satisfez com algumas cláusulas e profetizou, mesmo, que êsse Tratado, tal como se apresentava, seria a semente de guerras futuras.



«Rescaldo da Guerra»

Rescaldo da Guerra foi o terceiro livro póstumo que publicámos. São páginas valiosíssimas, dum grande equilibrio mental, onde o Dr. Brito Camacho continua a sua análise aos acontecimentos da guerra. A Critica considera-o um dos melhores livros do Dr. Brito Camacho, pelos conhecimentos que revela acêrca da politica europeia e da organização dos diversos Estados que se encontraram em luta. É um livro que, pelos seus ensinamentos, não só explica muitos factos que se relacionam com a última guerra, como orienta os nossos raciocínios acêrca de possiveis guerras futuras.

Rescaldo da Guerra é um livro para consultar sempre, e da maior oportunidade no actual momento, em que o mundo se mostra tão agitado e as grandes chancelarias fazem desesperados esforços para conjurar os perigos de nova guerra. Nas suas páginas, o Dr. Brito Camacho revela uma superior cultura e o meticoloso

cuidado com que se informava e documentava acêrca das grandes questões internacionais.

Não é sem surpresa e justificada admiração que lêmos algumas das passagens dêste livro onde o Dr. Brito Camacho comentou e criticou, acertadamente, erros cometidos por eminentes políticos europeus — erros graves, que fizeram desencadear a guerra e privaram os povos duma paz duradoira.

Rescaldo da Guerra é um livro de alto interêsse e da maior actualidade.



«Questões nacionais»

De *Questões nacionais*, o presente volume que acabamos de lançar a público, nada diremos, relegando tôdas as considerações para o juízo do leitor.

Quem o ler atentamente não deixará de notar que está em face dum livro muito sério, que documenta o talento do escritor e a competência do homem de Estado.

Todos os problemas versados neste livro têm oportunidade, embora alguns estejam solucionados ou se desenvolvam em directrizes diferentes daquelas que o escritor encarou, de harmonia com as idéias da sua época. Entretanto, não é difícil encontrar em diversas passagens do livro aquêle espírito de previsão que é um dom das inteligências superiores. Sobretudo, quem notar o carinho com que, nestas páginas, o autor se

ocupa de tantos males que afligem a humanidade, não poderá deixar de concluir que eram erradas as opiniões dos que atribuíam ao Dr. Brito Camacho um carácter irascível, agressivo, alheio aos sentimentos de ternura e piedade.

Mais do que tôdas as palavras que poderíamos escrever, de merecido elogio, falam estas páginas de *Questões nacionais*, onde se abordam alguns dos mais importantes problemas sociais, sempre tratados com elevação, sempre inspirados no mais sincero interêsse pela causa pública e progressos do País, e no mais acrisolado amor pela pura Democracia.

Lisboa, Outubro de 1937.

ÍNDICE

	Pág.
Prefácio	5
Tuberculose	9
Loucos à solta	23
Os diabéticos	27
Criminalidade infantil	31
Recordação da Morgue	39
Habitações operárias	43
A instrução popular	59
Ensino de direito	71
Ensino técnico	77
A lição do Crédito Predial	81
O caso Hinton	87
Socialismo municipal	91
Problema agrário	103
Latifúndios	115
Crédito agrícola	121
Caminhos-de-ferro	133
Problema demográfico	139
O solteirismo	147
Emigração	155
Os recursos do País	161
Nota	187

OBRAS DO AUTOR

Herança mórbida (esgotado)
A propaganda (esgotado)
Dois crimes (esgotado)
Impressões de viagem (esgotado)
Nas horas calmas (esgotado)
Ao de leve (esgotado)
Pretos e brancos (esgotado)
Por ahí fóra (2.^a edição)
Longe de vista (2.^a edição)
D. Carlos íntimo (2.^a edição)
Gente rustica (2.^a edição)
Os amores de Latino Coelho
A Caminho d'África
Terras de lendas
Quadros alentejanos
Jornadas
Contos ligeiros
Gente vária
Contos e sátiras
Cenas da vida
Gente Boér
Pó da estrada
Lourdes
A questão romana (esgotado)
Por cerros e vales
Ferroadas
A reacção (esgotado)
A linda Emilia
Moçambique
De bom humor
Matéria vaga
Contos selvagens
Portugal na guerra
Rescaldo da guerra
Questões nacionais